

Observatory on Structures and Institutions of Inequality in Latin América

WORKING PAPER SERIES
#26

***Desigualdade e Gênero:
características e dinâmicas da família no Brasil***

Maria Coleta F. A. de Oliveira
Joice Melo Vieira
Glaucia dos Santos Marcondes
Luiz Felipe Walter Barros

November, 2009

Center for Latin American Studies
University of Miami

Informação de contato

Maria Coleta F. A. de Oliveira

Professora do Departamento de Demografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo - Brasil.

Correio eletrônico: mcoleta@nepo.unicamp.br

Resumo

Este working paper apresenta análises realizadas por integrantes do Grupo de Pesquisa Família, Gênero e Demografia, do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp, coordenado por Maria Coleta F. A. de Oliveira, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), realizada em 2006. Três temas foram abordados: composição familiar, conjugalidade feminina e fecundidade adolescente. O primeiro capítulo fornece uma descrição detalhada sobre os domicílios e núcleos familiares e analisa os perfis das famílias com crianças menores de 14 anos de idade. As características e diferenças entre as mulheres com experiência de uma união conjugal e mulheres com mais de uma união conjugal são o foco do segundo capítulo. No terceiro capítulo busca-se testar hipóteses acerca das desvantagens que a fecundidade na adolescência representa para as jovens e seus filhos. Foram analisadas informações acerca das percepções das mulheres adolescentes e jovens sobre os impactos da experiência de gravidez e de maternidade e comparados três indicadores referentes aos filhos menores de 4 anos: circulação da criança, avaliando a possibilidade de mães adolescentes transferirem para outros adultos a criação de seus filhos; déficits apontados nas avaliações antropométricas das crianças; e exposição das crianças ao risco de acidentes.

Sumário

<i>Introdução</i>	10
<i>Capítulo 1 – Composição dos domicílios e núcleos familiares brasileiros a partir da PNDS 2006</i>	18
Caracterização geral dos arranjos domiciliares	20
Caracterização dos núcleos familiares	28
Os núcleos familiares das crianças.....	37
Considerações Finais.....	39
<i>Capítulo 2 – As mulheres em união conjugal na PNDS 2006: características da população feminina na primeira união e recasada</i>	41
Contexto da nupcialidade brasileira	41
Características da população feminina em união da PNDS 2006	46
Alguns aspectos da composição e situação domiciliar das mulheres em união	51
Características da vida reprodutiva e da fecundidade das mulheres unidas	55
Olhares mais acurados para as diferenças e desigualdades	62
<i>Capítulo 3 – Gravidez na adolescência e bem-estar: A idade da mãe é um fator determinante?</i>	63
Dados e método.....	65
Um retrato da gravidez adolescente no Brasil.....	67
Algumas características sócio-demográficas das mulheres.....	72
Percepções das adolescentes sobre a reprodução precoce.....	76
Reprodução precoce e bem-estar das crianças	80
Circulação de crianças.....	81
Déficits Antropométricos	85
Crianças Vítimas de Acidentes.....	87
Considerações Finais.....	90

<i>Capítulo 4 – Principais questões e perspectivas de futuro.....</i>	91
Perspectiva institucional: a construção de parcerias.....	95
<i>Anexo</i>	98
<i>Referências Bibliográficas</i>	99

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 – Composição domiciliar segundo situação de residência. Brasil, 2006.....	20
Tabela 1.2 – Composição domiciliar segundo sexo do responsável pelo domicílio, Brasil, 2006.....	21
Tabela 1.3 – Distribuição da chefia masculina e feminina segundo tipo de família, segmentado por grupo etário do responsável pelo domicílio, Brasil, 2006.....	22
Tabela 1.4 – Número médio de anos de estudo do responsável pelo domicílio segundo tipo de arranjo domiciliar, Brasil, 2006.....	22
Tabela 1.5 – Número médio de pessoas por domicílio segundo a composição domiciliar, Brasil, 2006.....	23
Tabela 1.6 – Renda domiciliar per capita média segundo a composição domiciliar (em reais), Brasil, 2006.....	24
Tabela 1.7 – Percentual de domicílios que recebem rendimentos provenientes de fontes alternativas de renda segundo composição familiar, Brasil, 2006.....	26
Tabela 1.8 – Distribuição de tipos de família segundo a renda domiciliar per capita total (r.d.p.c. total), Brasil, 2006.....	35
Tabela 1.9 – Distribuição das famílias segundo critérios selecionados, Brasil, 2006....	35
Tabela 1.10 – Chefia dos núcleos familiares segundo o sexo, Brasil, 2006.....	36
Tabela 1.11 – Distribuição etária dos responsáveis por núcleos familiares, Brasil, 2006.....	36
Tabela 1.12 – Distribuição dos núcleos familiares segundo quintil de r.d.p.c. total e características selecionadas, Brasil, 2006.....	37
Tabela 1.13 – Distribuição das crianças segundo informação sobre seus pais, Brasil, 2006.....	39
Tabela 2.1 – Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal, Brasil, 1960-2000.....	43
Tabela 2.2 – Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal. Grandes Regiões, 1991 e 2000.....	43
Tabela 2.3 – Distribuição percentual das mulheres entrevistadas, segundo número de uniões conjugais, estado conjugal atual e grupo etário, Brasil, 2006.....	46
Tabela 2.4 – Percentual das mulheres unidas por ordem e tipo de união conjugal atual e posição no domicílio. Brasil, 2006.....	51
Tabela 2.5 – Percentual de mulheres unidas por ordem e tipo da união conjugal atual e tipo de arranjo familiar. Brasil, 2006.....	53
Tabela 2.6 – Distribuição percentual das mulheres unidas por ordem e tipo de união atual, tipo de arranjo familiar, posição no domicílio e situação de domicílio, segundo quintis de renda domiciliar <i>per capita</i> . Brasil, 2006.....	54

Tabela 2.7 – Distribuição percentual das mulheres unidas quanto à faixa de idade de início da vida sexual, da primeira união, da primeira gravidez e do primeiro filho nascido vivo por ordem e tipo da união atual. Proporção das mulheres unidas por diferença de idade na ocorrência da primeira relação sexual, da primeira gravidez e do primeiro filho nascido vivo em relação ao início da vida conjugal com primeiro companheiro. Idade mediana à primeira relação sexual, à primeira união, à primeira gravidez e ao nascimento do primeiro filho nascido vivo por ordem e tipo de união atual. Brasil, 2006.....	56
Tabela 2.8 – Proporção de mulheres unidas até 24 anos e de 45-49 anos de idade pelo número total de filhos nascidos vivos, segundo ordem e tipo da união atual e faixa etária de início da vida sexual. Brasil, 2006.	58
Tabela 2.9 – Número médio de filhos nascidos vivos das mulheres segundo ordem de união e grupo quinquenal de idade e características selecionadas.	60
Tabela 2.10 – Percentual das mulheres unidas segundo a satisfação do desejo por filhos, por ordem e tipo de união conjugal e número de filhos nascidos vivos. Brasil, 2006. ...	61
Tabela 2.11 – Percentual das mulheres unidas segundo a satisfação do desejo por filhos, por ordem e tipo de união conjugal e grupo etário. Brasil, 2006.	61
Tabela 2.12 – Percentual das mulheres unidas segundo a satisfação do desejo por filhos, por ordem e tipo de união conjugal e quintil de rendimento domiciliar <i>per capita</i> . Brasil, 2006.	62
Tabela 3.1 – Distribuição percentual das mulheres segundo grupo etário atual e vivência de gravidez/maternidade durante a adolescência	68
Tabela 3.2 – Número médio de anos de estudo segundo o grupo etário e classificação quanto à vivência de gravidez na adolescência	73
Tabela 3.3 – Distribuição percentual das mulheres por situação conjugal atual e grupo etário atual	74

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Distribuição dos núcleos familiares segundo existência de outros núcleos no domicílio, Brasil, 2006	34
Gráfico 1.2 – Distribuição dos núcleos familiares segundo a aliança (presença de par conjugal), Brasil, 2006	34
Gráfico 1.3 – Distribuição dos núcleos familiares segundo a descendência (presença de filhos), Brasil, 2006	34
Gráfico 1.4 – Distribuição dos núcleos familiares segundo a origem dos filhos tidos, Brasil, 2006	34
Gráfico 2.1 – Taxa Bruta de Nupcialidade e Divórcio, Brasil, 1986-2006	42
Gráfico 2.2 – Taxa de fecundidade por idade para o total das mulheres de 15-49 anos e para as atualmente em união de 15-49 anos. Brasil, 2006.....	59
Gráfico 3.1 – Idade média das mulheres à época de ocorrência de eventos selecionados segundo grupo etário atual, Brasil, 2006	69
Gráfico 3.2 – Taxas de fecundidade por idade e TFT segundo experiência de gravidez/maternidade na adolescência e para todas as mulheres. Brasil, 2006.....	71
Gráfico 3.3 – Razões para ter engravidado, Brasil, 2006	77
Gráfico 3.4 – Percepções das adolescentes sobre o impacto da gravidez/maternidade sobre suas vidas, Brasil, 2006.....	80
Gráfico 3.5 – Principais tipos de acidentes envolvendo crianças 0-4 anos (Brasil, 2006).....	88
Gráfico 3.6 – Local de ocorrência dos acidentes envolvendo crianças de 0-4 anos (Brasil, 2006).....	88

Lista de Figuras

Figura 2.1 – Proporção de mulheres por parcela de contribuição do rendimento do trabalho para pagamento de despesas do domicílio por ordem e tipo de união atual e renda domiciliar <i>per capita</i> . Brasil, 2006.	55
---	-----------

Lista de Quadros

Quadro 1.1 – Critério de classificação dos núcleos conjugais	30
Quadro 2.1 – Características selecionadas das mulheres entrevistadas de 15-49 anos em união, segundo ordem da união conjugal atual. Brasil, 1996 e 2006.	45
Quadro 3.1 – Modelo logístico multivariado para início da vida reprodutiva na adolescência.....	75
Quadro 3.2 – Modelo logístico multivariado para crianças em circulação (0-14 anos).....	83
Quadro 3.3 – Modelo logístico multivariado para algum tipo de déficit (crianças de 0-4 anos).....	86
Quadro 3.4 – Modelo logístico multivariado para acidentes sofridos nos últimos 12 meses (crianças de 0-4 anos que vivem com a mãe)	89

Desigualdade e Gênero: características e dinâmicas da Família no Brasil

Introdução

Este relatório apresenta resultados de análises realizadas por integrantes do Grupo de Pesquisa Família, Gênero e Demografia, do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp, coordenado por Maria Coleta F. A. de Oliveira.

Conforme a proposta aprovada pelo Observatório da Desigualdade, o Grupo de Pesquisa do Nepo/Unicamp tem por objetivos: (a) aprofundar o conhecimento e as discussões sobre as possibilidades e limitações metodológicas e analíticas oferecidas por fontes de dados secundários para o estudo das dinâmicas e características das famílias brasileiras contemporâneas; (b) avaliar estratégias para a elaboração de um projeto de pesquisa que permita avançar no tratamento de questões importantes para os estudos de família e; (c) fornecer subsídios para debates e possíveis estudos comparativos com pesquisadores e grupos de pesquisa latino-americanos vinculados a RED LAFAM (Latin American Family Network), afiliada à Associação Latino-Americana de População (ALAP).

O grupo de pesquisa possui particular interesse no aprofundamento de algumas questões relacionadas à dinâmica e características das famílias:

- As relações entre fecundidade adolescente – feminina e masculina - e o bem estar dos filhos;
- As relações entre diferentes composições familiares e o bem-estar de crianças e adolescentes;
- As relações entre recursos familiares, sociais e culturais e os processos de transição para a vida adulta;
- Circulação de crianças e os efeitos de diferentes práticas de adoção para o bem-estar dos filhos;
- Impactos dos divórcios e uniões seqüenciais nas dinâmicas familiares.

Sob determinados aspectos essas preocupações nortearam o desenvolvimento do trabalho apresentado nesse relatório.

Informações e reflexões sobre as famílias brasileiras contemporâneas

Alterações na constituição, composição e manutenção dos domicílios e das famílias brasileiras observadas a partir de dados censitários e outras pesquisas domiciliares (PNAD; POF; PCV)¹ refletem o processo de intensas mudanças sociais, econômicas e culturais pelas quais têm passado a sociedade brasileira, particularmente nas últimas três décadas. Nesse contexto de transformações na família, a dissociação entre sexo e reprodução possibilitada pelos métodos contraceptivos modernos, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da escolarização feminina desempenham um papel decisivo, conjuntamente, com a assimilação de ideais individualistas e feministas que possibilitaram a contestação de valores e práticas referentes à vida conjugal e familiar pautadas na assimetria de gênero (OLIVEIRA, 1996, VAITSMAN, 1994).

Mudanças também se operaram no campo jurídico. Nos anos de 1980 e 1990, a sociedade brasileira estava em pleno período de redemocratização e a atuação de várias vertentes de movimentos sociais, entre eles as feministas, colocaram na pauta das principais reformulações legislativas concepções de direitos humanos, cidadania e bem-estar na abordagem de questões referidas à família, à sexualidade, à reprodução, à saúde e à educação.

As últimas décadas do Século XX foram marcadas por profundas transformações no conjunto do Ocidente, imprimindo maior complexidade à instituição familiar, destacando-se formas novas ou anteriormente percebidas como raras e marginais, como as chamadas famílias de dupla carreira, os casais sem filhos, aqueles com filho único, as monoparentais, os domicílios unipessoais, casais na fase do “ninho vazio” e casais de mesmo sexo (THERBORN, 2006). Uma complexidade que não está livre de contradições e conflitos, pois são configurações que envolvem direitos e obrigações, desejos e constrangimentos, solidariedades e reciprocidades permeadas por relações de gênero e geração, ou seja, relações de poder (OLIVEIRA, 2008; BILAC, 2006; THERBORN, 2006).

¹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) foram realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pesquisa de Condições de Vida (PCV) cobre somente as regiões urbanas do Estado de São Paulo e é realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Para estudiosos e gestores públicos entender e lidar com essa realidade social complexa refletida pelas famílias, em que os efeitos de diferenças, igualdades e desigualdades podem assumir os mais diversos contornos, constitui um verdadeiro desafio (GOLDANI, 2002 e 2005; ARRIAGADA, 2005). Assim concluíram os participantes do seminário “Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales”, organizado pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), em 2005. Um dos consensos no debate sobre as possibilidades em termos de políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades sociais que afetam as famílias latino-americanas foi a necessidade de avaliações que levem em consideração a pluralidade nas formas de organização das famílias e os problemas específicos que enfrentam cada membro familiar decorrente de sua posição nas relações de gênero e geração (ARRIAGADA, 2005).

Dessa maneira, para formulações mais efetivas de políticas públicas, seja de tipo universalista, com vistas à garantia de direitos sociais básicos, ou focalizada, voltada para atender necessidades específicas dos domicílios ou de alguns de seus membros são necessárias informações e análises cada vez mais acuradas sobre as famílias e o conjunto de relações que as constituem (OLIVEIRA, 2007 e 2008; ARRIAGADA, 2005).

No Brasil, pesquisadores do campo de estudos de população, desde os anos de 1980, discutem suas avaliações críticas sobre as principais pesquisas domiciliares (Censos Demográficos e PNADs) no que se refere aos conceitos (família, raça, chefia, etc...) e ao tipo de captação de dados (transversais *versus* longitudinais) sobre as famílias e seus temas correlatos (nupcialidade, fecundidade, migração, entre outros). Em tempos mais recentes, esse debate voltou a se intensificar diante de demandas específicas de políticas públicas que necessitam de informações cada vez mais precisas sobre como vivem e se organizam as famílias, promovendo, desta forma, canais de discussão entre técnicos e pesquisadores com vistas à criação de novas fontes de informações ou no aprimoramento dos instrumentos já existentes (SABÓIA, 2005; OLIVEIRA, 2007 e 2008).

Mas quais seriam as informações básicas necessárias para compreender a profundidade dessas transformações, ou melhor, o que gostaríamos de saber sobre as famílias brasileiras contemporâneas?

Uma barreira metodológica a ser transposta é o tipo de foco utilizado para a captação dos eventos. Possibilitar a observação dos eventos enquanto parte integrante de

processos permitiria avanços significativos na apreensão dos momentos e tempos de crise ou de maior fragilidade das famílias e os meios que dispõem para o enfrentamento dessas fases. Nesse sentido, Oliveira (2006 e 2007) sugere a reflexão particularmente sobre três dimensões: processos de formação das famílias, características das famílias e transição para a vida adulta.

Nos processos de formação das famílias interessa saber de homens e mulheres as **histórias de união/ruptura conjugal e reprodutiva**, com seus respectivos marcadores de idade na ocorrência do evento e seu tempo de duração assim como **as associações existentes com a escolarização, a inserção no mercado de trabalho e eventos migratórios**.

No que diz respeito à caracterização das famílias alguns aspectos podem ser aprofundados como a **identificação**: (a) **da filiação**, permitindo o conhecimento de todos os filhos que são enteados, os menores de idade que não estão morando com os pais e os filhos adotivos; (b) **dos núcleos de consumo e núcleos reprodutivos** permitindo, através do primeiro, estabelecer comparações com dados de outros países latino-americanos e, com o segundo, identificar a coabitação de mais de uma unidade familiar; (c) **da distribuição das tarefas domésticas**; (d) **das transferências públicas e privadas intra e extradomiciliares**; e (e) **da qualidade das relações** entre os membros das unidades familiares.

Quanto à recuperação de trajetórias individuais, seria importante resgatar o momento em que certos eventos de relevância sócio-demográfica têm lugar na vida das pessoas. Nesse sentido caberia captar com maior exatidão as idades em que ocorrem marcos transicionais que assinalam mudanças significativas no curso de vida dos indivíduos: **a idade em que terminam ou interrompem os estudos, a idade em que conquistam o primeiro emprego, que saem da casa dos pais, que iniciam vida conjugal e que têm o primeiro filho**. Todos estes eventos marcam a transição para a vida adulta. Mas dado que estes eventos não são necessariamente irreversíveis, caberia ainda captar o momento de inflexão, de reversão do curso. Só assim poderemos conhecer o *timing* e a duração desses processos cruciais para a sócio-demografia.

Ao longo das últimas décadas, esforços foram empreendidos no país para prover informações sobre vários dos aspectos destacados acima. Em grande parte foram

incorporados como temas complementares nos questionários de alguns anos da PNAD. No entanto, na maioria das vezes são iniciativas pontuais, realizadas sem continuidade ou qualquer tipo de constância na sua captação².

Mais recentemente, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, se revelou como mais um exemplo de esforço de melhoria na coleta de informações de eventos relacionados à constituição e organização das famílias e da vida reprodutiva das mulheres. Em realidade, as rodadas anteriores da pesquisa – 1986 e 1996 – já haviam introduzido informações inexistentes em outros levantamentos domiciliares no país, tendo algumas dimensões recebido tratamento mais detalhado na PNDS 2006.

Dessa maneira, a exploração das informações contidas na PNDS 2006 se mostrou oportuna por sua atualidade e abrangência temática nos assuntos de interesse do projeto proposto por nosso grupo de pesquisa. As análises apresentadas nesse relatório baseiam-se em dados da PNDS 2006, especificamente aqueles relativos aos seguintes temas: composição familiar, conjugalidade feminina e fecundidade na adolescência.

Composição familiar, conjugalidade feminina e fecundidade na adolescência: as contribuições da PNDS 2006

A PNDS 2006 integra a 5ª Fase do projeto internacional MEASURE DHS (*Monitoring and Evaluation to Assess and Use Results – Demographic and Health Surveys*) apoiada pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que tem por finalidade o provimento de dados comparáveis para produção de indicadores de planejamento, monitoramento e avaliação de impacto nas áreas de população, saúde e nutrição de mulheres e crianças de países em desenvolvimento. A pesquisa de 2006 corresponde à terceira edição realizada no Brasil, abarcando domicílios particulares com presença de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos), com plano amostral estratificado que visou garantir a representatividade do estudo para as cinco Grandes Regiões do país e suas áreas urbanas e rurais (BERQUÓ, 2008).

A pesquisa possui dois instrumentos de coleta: a ficha de domicílio - com informações básicas sobre a unidade domiciliar e seus moradores, além de questões de

² A nupcialidade, por exemplo, foi tema de um único suplemento da PNAD realizado em 1984. Os temas dos suplementos de 2001 a 2007 estão disponíveis em http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento_pnad.shtm

segurança alimentar - e o questionário da mulher, distribuído em 9 seções temáticas contendo dados sobre as mulheres em idade reprodutiva e seus filhos menores de 5 anos de idade. Para os filhos nascidos a partir de janeiro de 2001 foram obtidas informações detalhadas a respeito da gravidez e do parto, da amamentação, das condições nutricionais, vacinação, sintomas de enfermidades, as ocorrências de acidentes, além da mensuração de peso e altura e coleta de sangue para análise clínica (BERQUÓ, 2008)³.

No total, o estudo reuniu dados de 14.617 domicílios, 15.575 mulheres em idade reprodutiva e cerca de 27 mil filhos nascidos vivos, dos quais aproximadamente 5.000 eram menores de 5 anos de idade.

Além disso, conta com alguns quesitos inexistentes em outras pesquisas domiciliares, permitindo ampliar a discussão de alguns aspectos do tema central desse *working paper*.

No quadro abaixo são destacados alguns desses aspectos e as variáveis utilizadas, que foram aprofundadas nos capítulos a seguir:

³ Para informações detalhadas sobre a pesquisa – procedimentos metodológicos, questões éticas, dados preliminares, instrumentais de coleta de dados – o relatório completo está disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2006				Diferenças - Outras pesquisas domiciliares		
Cobertura: Nacional				Censo 2000	PNAD 2006	PCV 2006
Realização: CEBRAP (executora); Núcleo de Estudos de População (NEPO) – Unicamp; Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas – Unicamp; Núcleo de Pesquisas em Nutrição e Saúde da Faculdade de Saúde Pública – USP; Laboratório de Nutrição do departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP				Realização: IBGE	Realização: IBGE	Realização: Fundação SEADE
Aspecto	Variáveis	Tipo de informação	Local do questionário	Tipo de informação	Tipo de informação	Tipo de informação
Identificação da filiação	P003 - Relação de parentesco com o responsável P005m-Número da linha da mãe/outra situação P005p-Número da linha do pai/outra situação M238A-Número de filhos adotivos M238B-Número de filhas adotivas M245-Filho estava vivo na data da pesquisa M247-Filho vive com você, se vivo	Permite discriminar filhos, enteados e adotivos. Permite identificar filhos que não moram com a mãe biológica ou que moram com apenas um ou nenhum dos pais biológicos. Permite mensurar os menores de idade que estão "em circulação" (não morando com a mãe biológica). Permite identificar situações de adoção.	Ficha de domicílio; Questionário da mulher - Seção 2 e História de Nascimentos	Não permite discriminar filhos, enteados e adotivos, pois estão todos agregados em uma única categoria.	Não permite discriminar filhos, enteados e adotivos, pois estão todos agregados em uma única categoria. Permite a identificação de filhos que não moram com a mãe biológica.	Permite discriminar filho e enteado, mas não filho adotivo.
Núcleos reprodutivos	P005c-Número da linha do cônjuge/companheiro P005m-Número da linha da mãe/outra situação P005p-Número da linha do pai/outra situação	Permite identificar diferentes núcleos reprodutivos no mesmo domicílio, inclusive núcleos recompostos.	Ficha de domicílio	Permite identificar famílias conviventes. Com exceção do núcleo reprodutivo principal (responsável, cônjuge e filhos), a recuperação das relações de parentesco entre os membros do domicílio é parcial. São agregados: pais com sogros; netos com bisnetos; todos os demais na categoria outros parentes. Não permite identificar núcleos recompostos.	Permite identificar famílias conviventes. Com exceção do núcleo reprodutivo principal (responsável, cônjuge e filhos), a recuperação das relações de parentesco entre os membros do domicílio é parcial. São agregados: pais com sogros; netos com bisnetos; todos os demais na categoria outros parentes. Não permite identificar núcleos recompostos.	Permite a identificação de famílias conviventes. Família principal e secundária. A identificação de uma ou mais famílias em um domicílio é obtida a partir da ordenação das relações nucleares (casal), relações primárias (pai, mãe, filho, irmão) e relações secundárias (tio, sobrinho, primo, etc.).
Rendimentos	D01501 a D01515 - Algum morador recebe algum tipo de rendimento monetário em dinheiro? M716-Quanto dos gastos do domicílio é pago c/ salário da mulher	Permite abordar isoladamente cada um dos tipos de rendimentos e benefícios não provenientes de trabalho. Permite explorar a contribuição financeira das mulheres no domicílio.	Ficha de domicílio e Questionário da mulher - Seção 7	Capta os valores de rendimentos não provenientes do trabalho, mas não permite identificar alguns benefícios isoladamente. Por exemplo, os valores de Bolsa-família, PETI, Renda mínima e outras transferências públicas são computadas numa única categoria.	Capta apenas quantos moradores recebem Bolsa-família, BPC e PETI. E se recebe algum outro benefício público. Sem especificação de valores. Valores especificados apenas para pensões, aposentadorias, aluguéis e contribuições financeiras de outros não moradores.	Capta recebimento de diferentes programas sociais (um total de 12 programas): o valor recebido, o tempo de permanência no programa e a quem recorrer para ter acesso ao benefício. Informações sobre doações em espécie e a origem destas doações também são captadas. Além do recebimento de aposentadorias e pensões.
Conjugalidade	P005c-Número da linha do cônjuge/companheiro M501-Casada ou em união atualmente M502-Alguma vez foi casada ou unida M503-Estado conjugal atual M506 -Quantas vezes esteve em união M507-Idade à primeira união XM010-Estado conjugal M504-Marido mora junto M505-Linha do marido na Ficha do Domicílio M702-Idade do cônjuge/companheiro M703-Cônjuge/companheiro frequentou escola M704-Última série concluída do companheiro M705-Último grau concluído do companheiro	Permite explorar aspectos diversos da experiência de união conjugal - início da vida conjugal, tempo de duração da primeira união, ordem e tipo da união atual. Permite recuperar características do companheiro atual.	Ficha de domicílio, Questionário da mulher - Seção 5 e 7	Possui apenas três quesitos que permitem identificar convivência com cônjuge ou companheiro, natureza da última união e estado civil.	Nenhuma informação de estado civil ou conjugalidade é captada. Somente se identifica a existência de cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio e/ou família.	Possui um quesito sobre a situação conjugal atual (solteiro, casado, união consensual, viúvo, separado não judicialmente, divorciado/desquitado) para todos os moradores.
História reprodutiva	M508-Idade primeira relação sexual M228-Idade na primeira gravidez M230-Idade ao ter a(o) primeira(o) FNV M63301-12 - Razão filhos/engravidou <20 anos M63401-13 - Mudanças filhos/engravidou <20 anos M619b-No.filhos escolheria para ter por toda a vida M629-Marido quer o mesmo número de filhos	Recupera informações sobre início da vida sexual. Além da informações básicas de fecundidade corrente e parturição, permite abordar vários aspectos que cercam o nascimento dos filhos: idade ao nascimento; condições de saúde; desejo por filhos, planejamento da fecundidade. Permite recuperar as percepções e repercussões da experiência de gravidez/maternidade na adolescência.	Questionário da mulher - Seção 2, 5 e 6	Disponibiliza questões básicas sobre fecundidade captadas para moradoras de 10 anos e mais de idade: número de filhos nascidos vivos e sobreviventes por sexo; sexo, mês e ano de nascimento do último filho nascido vivo; e filhos nascidos mortos.	Questões básicas sobre fecundidade para moradoras de 10 anos e mais de idade: número de filhos nascidos vivos, filhos sobreviventes, coabitação com os filhos, sexo, mês e ano de nascimento do último filho nascido vivo e filhos nascidos mortos	Questões de fecundidade para moradoras de 14 anos e mais de idade: número de filhos nascidos vivos, mês e ano do nascimento do último filho nascido vivo. Permite identificar abandono escolar motivado por gravidez ou casamento.

A seguir são apresentados três capítulos temáticos e uma discussão final sobre as perspectivas para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos por nosso grupo de pesquisa.

O primeiro capítulo foi desenvolvido a partir de três metas: descrição da composição dos domicílios; identificação dos núcleos familiares abrigados nas unidades domiciliares, com destaque para os núcleos recompostos; e análise dos perfis das famílias com presença de crianças menores de 14 anos de idade. Os diferenciais por sexo, idade e renda foram analisados no contexto de cada uma das metas acima mencionadas. As características das mulheres em união são o foco do desenvolvimento do segundo capítulo. O objetivo principal é fornecer um perfil descritivo dos diferenciais que marcam as mulheres que estavam em primeira união e aquelas que experimentaram pelo menos um recasamento após a ruptura de uma união. São tratadas as características do domicílio em que residem e aspectos da vida conjugal e reprodutiva dessas mulheres.

No terceiro capítulo busca-se testar hipóteses acerca das desvantagens que a fecundidade na adolescência representa para as jovens e seus filhos. O capítulo tem como ponto de partida a caracterização sócio-demográfica das mães adolescentes na época da pesquisa, sendo analisadas na continuidade do texto as informações acerca das percepções das mulheres adolescentes e jovens sobre os impactos da experiência de gravidez e de maternidade em suas vidas. Ao final do capítulo são analisadas algumas dimensões relacionadas ao bem estar infantil dos filhos das jovens mães, que na época da entrevista tinham até 4 anos completos de idade. Foram selecionados e comparados três indicadores: circulação da criança, avaliando a possibilidade de mães adolescentes transferirem para outros adultos a criação de seus filhos; déficits apontados nas avaliações antropométricas das crianças; e exposição das crianças ao risco de acidentes.

Capítulo 1

Composição dos domicílios e núcleos familiares brasileiros a partir da PNDS 2006

Em meio aos debates em torno das eleições gerais japonesas de 2009, um jovem estudante questionou o primeiro-ministro daquele país, Taro Aso, sobre sua posição a respeito do baixo índice de natalidade japonesa, um problema sério em um país de população já bastante envelhecida, expondo também suas inquietações sobre as dificuldades econômicas encontradas pelos jovens japoneses para assumir um casamento, levando-os a postergar a formação de família. A posição manifesta pelo primeiro-ministro foi de que: “Os jovens com pouco dinheiro não deveriam se casar. (...) Parece-me difícil que alguém sem nenhuma renda possa ser visto como objeto de respeito”. O resultado desta e de outras declarações polêmicas foi a diminuição expressiva de sua popularidade, o que obrigou o governo a se explicar perante a indignação da opinião pública⁴. Ainda sofrendo o impacto da crise econômica global, as declarações do primeiro-ministro foram interpretadas como culpabilização dos pobres e dos desempregados como os principais responsáveis pelos problemas que enfrentam. Faltaria a estas pessoas “determinação” para vencer nos momentos de crise.

O raciocínio acima expresso desconsidera a possibilidade de mobilidade social descendente. Em momentos de crise econômica torna-se cada vez mais comum que trabalhadores, independente da idade, possam se encontrar transitoriamente sem nenhuma renda. Para os que são jovens e que ainda podem evitar o casamento, a saída proposta é que não formem famílias. Mas que saída este tipo de raciocínio vislumbraria para um pai/mãe de família que se visse privado de qualquer renda? Subtrairiam suas próprias vidas e de seus filhos?

Em que pese a distância cultural entre Brasil e Japão, a culpabilização dos pobres pela reprodução da pobreza não é um argumento novo. Como lembram Sabóia e Cobo (2005: 1), “A questão da pobreza familiar é muitas vezes associada ao número elevado de seus membros”. Isso muitas vezes levou a visões simplificadoras da dinâmica da pobreza, fazendo crer que bastaria reduzir a fecundidade das mulheres pobres para diminuir, quando não erradicar, a pobreza.

⁴ Fonte: France Press, “Populista, primeiro-ministro japonês perdeu apoio com sequência de gafes”. Folha on line, 29 de agosto de 2009. (www.folha.com.br)
EFE, “Primeiro-ministro japonês aconselha jovens a não casar se forem pobres”, 24 de agosto de 2009. (www.g1.globo.com)
EFE, “Premiê japonês: jovens não devem se casar caso sejam pobres”, 24 de agosto de 2009. (<http://odia.terra.com.br/portal/>)

Por uma questão cultural, não se pode negar que formar família e, sobretudo ter filhos, é ainda considerado uma fonte importante de auto-realização para uma parte significativa da população brasileira. É na família que se obtém não apenas apoio e suporte material através de sua rede de amparo e proteção, mas também se experimenta as principais vivências emocionais e compensações quando a expectativa de auto-realização via trabalho e ascensão social é por vezes remota. Neste contexto de difícil mobilidade social, de baixa perspectiva de sucesso profissional, especialmente a maternidade, mais que uma condição feminina, é um valor (DAMATTA, 1987; SARTI, 1996).

Apesar das dificuldades materiais, a tendência marcadamente das camadas populares do Brasil é de assimilar os novos núcleos reprodutivos que porventura surjam, promovendo um re-arranjo nos domicílios de forma a absorvê-los – mais do que censurá-los ou reprimi-los. O que não significa que esta assimilação ocorra sem conflitos. Permanecer na casa dos pais ou voltar a ela, no caso daqueles que já a haviam deixado, é uma estratégia possível diante de uma gravidez acidental, de uma separação conjugal ou mesmo frente a uma situação econômica adversa que impossibilite um casamento e a realização da neolocalidade. Esta forma de gerir a vida familiar impacta a composição dos domicílios. Os domicílios encontram-se profundamente marcados pela maneira como as famílias são estruturadas e pelas estratégias que elas utilizam para atender às necessidades mínimas de moradia e sobrevivência.

A maioria das tendências atuais em matéria de arranjos domiciliares encontradas em países mais industrializados, tais como o aumento do número de famílias monoparentais e reconstituídas, o crescimento do número de domicílios unipessoais e da prática da coabitação são verificadas também no caso brasileiro (SABÓIA e COBO, 2005). Mesmo a postergação da formação de família – muito discutida em países de economia avançada e de estrutura etária envelhecida – é válida para segmentos sociais específicos do meio urbano, mais escolarizados e com alguma perspectiva de crescimento profissional.

Este capítulo cumpre três objetivos fundamentais: 1) descrever a composição dos domicílios brasileiros; 2) enumerar os núcleos reprodutivos, daqui em diante denominados *núcleos familiares*, classificando-os segundo critérios utilizados na América Hispânica (STREET, 2006), visando uma primeira tentativa de comparabilidade dos dados, destacando-se a estimação da proporção de famílias recompostas; 3) identificar o cenário familiar onde as crianças brasileiras estão

crecendo e se desenvolvendo. Um objetivo transversal que permeia todos os demais é explorar os diferenciais associados ao sexo, à idade e à camada de renda de pertencimento.

Caracterização geral dos arranjos domiciliares

Segundo os dados da PNDS 2006, existem no país cerca de 54,6 milhões de domicílios. O tipo de arranjo domiciliar mais comum no Brasil é o de casal com filhos (47,56%). Se contabilizado em conjunto com o arranjo deste tipo em que se encontram também outros moradores (parentes ou não-parentes) residindo com a família, nota-se que o arranjo domiciliar casal com filhos segue perpetuando-se como maioria absoluta no país (58,68%). O segundo tipo de arranjo domiciliar mais comum é o monoparental feminino (12,33%) que supera em muito o arranjo monoparental masculino (1,96%).

Tabela 1.1 – Composição domiciliar segundo situação de residência. Brasil, 2006

Composição domiciliar	Situação de residência		Total (%)
	Urbano (%)	Rural (%)	
Unipessoais	9,62	3,40	8,67
Casal com filhos	45,92	56,72	47,56
Casal com filhos e outros	10,99	11,81	11,12
Casal sem filhos	12,60	12,63	12,61
Casal sem filhos e outros	2,07	2,26	2,09
Monoparental - mãe e filhos	8,59	5,47	8,12
Monoparental - mãe e filhos e outros	4,28	3,82	4,21
Monoparental - pai e filhos	1,04	0,44	0,95
Monoparental - pai e filhos e outros	1,00	1,09	1,01
Outros arranjos domiciliares	3,85	2,36	3,62
Indeterminado	0,04	0,00	0,03
Total	100%	100%	100%
Número total de domicílios*	46386565	8292509	54679074

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

*Inclui todos os domicílios, mesmo aqueles que não contam com mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos).

Do total de domicílios brasileiros 84,8% são urbanos. De modo geral, há pouca diferença na distribuição dos arranjos familiares segundo situação de residência (urbano/rural). Porém, como era de se esperar, no meio urbano o peso relativo dos casais com filhos é menor, ao passo que aumenta a importância dos arranjos monoparentais e unipessoais, se comparado ao meio rural. Os domicílios unipessoais,

que já somam 8,67% em todo o Brasil, são quase três vezes mais comuns no meio urbano que no rural.

Outro dado importante quanto aos domicílios unipessoais é que 66,6% deles são habitados por mulheres vivendo sozinhas. Mais de um quarto do total de domicílios unipessoais são compostos por mulheres com mais de 65 anos. Apenas 8,1% dos domicílios unipessoais são formados por homens desta mesma faixa etária.

A maior parte dos domicílios brasileiros (67,8%) tem como responsáveis pessoas maduras (30-64 anos). Entretanto, 17,2% são encabeçados por jovens (até 29 anos) e outros 15% estão sob maior responsabilidade de um idoso (pessoa de referência com idade igual ou superior a 65 anos). Quanto ao sexo do responsável pelo domicílio, no Brasil 22,4% dos domicílios são chefiados por mulheres.

Tabela 1.2 – Composição domiciliar segundo sexo do responsável pelo domicílio, Brasil, 2006

Composição domiciliar	N	Sexo do responsável		Total
		Masculino	Feminino	
Unipessoais	4743231	33,4	66,6	100%
Casal com filhos	8037944	97,1	2,9	100%
Casal sem filhos	32084182	98,1	1,9	100%
Monoparental feminino	6741399	0,0	100,0	100%
Monoparental masculino	1073212	100,0	0,0	100%
Outros arranjos domiciliares	1999106	24,9	75,1	100%
Total	54679074	77,6	22,4	100%

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

A tabela 1.3 apresenta a distribuição da chefia masculina e feminina de acordo com a idade do responsável e segundo o tipo de família que lideram. A primeira evidência de relevo é que os responsáveis do sexo masculino estão à frente de domicílios cujo núcleo conjugal está intacto, ou seja, tendem a estar sempre acompanhados por uma mulher. O arranjo familiar mais comum de chefia masculina é o casal com ou sem filhos. Já a chefia feminina, independente da idade da mulher, está concentrada em domicílios cujo arranjo caracteriza-se pela monoparentalidade, seguido pelo arranjo domiciliar unipessoal – cuja relevância aumenta, sobretudo, nas idades mais avançadas.

Tabela 1.3 – Distribuição da chefia masculina e feminina segundo tipo de família, segmentado por grupo etário do responsável pelo domicílio, Brasil, 2006

Idade do responsável pelo domicílio	Tipo de família	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Jovem (até 29 anos)	N	8172734	1228778	9401512
	Unipessoais	3,2	25,3	6,1
	Casal sem filhos	28,7	4,0	25,5
	Casal com filhos	65,7	8,6	58,3
	Monoparental feminina	0,0	45,3	5,9
	Monoparental masculina	0,2	0,0	0,1
	Outros arranjos domiciliares	2,2	16,8	4,1
	Total	100,0	100,0	100,0
Maduro (30-64 anos)	N	29311318	7768148	37079466
	Unipessoais	3,2	20,0	6,7
	Casal sem filhos	13,9	1,8	11,4
	Casal com filhos	79,8	6,2	64,4
	Monoparental feminina	0,0	63,3	13,3
	Monoparental masculina	2,1	0,0	1,7
	Outros arranjos domiciliares	0,9	8,8	2,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Idoso (65 anos e +)	N	4942631	3255464	8198095
	Unipessoais	7,8	39,8	20,5
	Casal sem filhos	27,7	1,4	17,2
	Casal com filhos	54,5	0,8	33,2
	Monoparental feminina	0,0	39,1	15,5
	Monoparental masculina	8,9	0,0	5,4
	Outros arranjos domiciliares	1,1	18,9	8,2
	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

Tabela 1.4 – Número médio de anos de estudo do responsável pelo domicílio segundo tipo de arranjo domiciliar, Brasil, 2006

Arranjos domiciliares	Anos médio de estudo do responsável pelo domicílio
Domicílios unipessoais	5,63
Casal com filhos	6,36
Casal sem filhos	6,57
Monoparental feminina	5,86
Monoparental masculina	4,79
Outros arranjos domiciliares	7,03
Todos os domicílios	6,26

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

Quanto à escolaridade dos responsáveis pelos domicílios (Tabela 1.4), eles apresentam em média 6,26 anos de estudo. Vale assinalar que os responsáveis por arranjos monoparentais masculinos são os que apresentam escolaridade mais baixa dentre todos, com 4,79 anos de estudo em média.

Verifica-se no Brasil a existência em média de 3,4 pessoas por domicílio (Tabela 1.5). Mas ocorrem variações segundo o arranjo domiciliar. Conforme se pode observar na Tabela 1.5, o arranjo casal com filhos (considerando-se aqui indistintamente a presença de outros moradores no domicílio) é o mais numeroso, tendo em média 4,17 pessoas por domicílio. O arranjos monoparentais, independente de serem masculinos ou femininos, apresentam número médio de pessoas bastante próximo: 3,54 e 3,27 pessoas por domicílio respectivamente.

Tabela 1.5 – Número médio de pessoas por domicílio segundo a composição domiciliar, Brasil, 2006

Composição domiciliar	Nº médio de pessoas por domicílio
casal com filhos	4,17
casal sem filhos	2,21
Monoparental feminino	3,27
Monoparental masculino	3,54
Outros arranjos domiciliares	2,62
Todos os domicílios	3,42

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

A renda domiciliar per capita (r.d.p.c.) mediana (considerando todos os rendimentos monetários provenientes de trabalho e de outras fontes) é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Já a r.d.p.c. média é de R\$ 446,46 (quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos). A disparidade entre a mediana e a média reflete em certa medida a distribuição desigual da renda.

Uma observação importante é que a informação sobre rendimento total do domicílio proveniente de trabalho foi coletada na PNDS 2006 a partir do *Questionário da Mulher*, aplicado a todas as mulheres de 15-49 anos, e não na *Ficha do Domicílio*⁵.

⁵ Na *Ficha do domicílio*, indaga-se sobre se algum dos moradores recebe algum tipo de rendimento monetário e o valor recebido. Porém, o valor monetário proveniente da execução de trabalho remunerado não é contemplado. Este quesito (nº 15 da *Ficha do Domicílio*) capta rendimentos provenientes de: seguro-desemprego, aposentadoria, aluguéis, pensões, venda de produtos, doações e diferentes programas de auxílio e redistribuição de renda. No *Questionário da Mulher* coleta-se a informação não apenas sobre o rendimento bruto proveniente do trabalho da mulher no último mês, como o rendimento bruto proveniente do trabalho considerando em conjunto todos os moradores do domicílio, excluindo-se empregados e pensionistas. Em domicílios em que mais de uma mulher em idade reprodutiva foi entrevista, há casos em

Com isto, nos deparamos com uma primeira limitação, pois não dispomos de informação sobre o rendimento total dos domicílios que não contam com mulheres em idade reprodutiva entre seus membros – que representam 13,7% do universo.

De fato, além da restrição acima mencionada, mesmo nos domicílios para os quais a questão sobre rendimentos totais provenientes de trabalho foi aplicada, há considerável perda, porque a mulher desconhecia estes valores ou se recusou a responder. Portanto, na PNDS 2006 contamos com informação sobre o rendimento total do domicílio (proveniente de trabalho e outras fontes) para 74,7% do universo de domicílios.

Na Tabela 1.6, temos a r.d.p.c. média proveniente de trabalho e a r.d.p.c. média total segundo a composição do domicílio, considerando-se os 74,7% dos domicílios para os quais dispomos de informações. As famílias monoparentais femininas são as que apresentam menor r.d.p.c. média proveniente de trabalho (R\$ 254,62). No entanto, é digno de nota que embora este arranjo siga sendo o mais “pobre” (R\$ 378,86), quando consideramos a totalidade das fontes de rendimento sua r.d.p.c. média se aproxima bastante daquela dos casais com filhos (R\$ 386,06). Para as famílias monoparentais, outras fontes de renda alternativas ao trabalho (pensões, aposentadoria, aluguel e programas governamentais) têm um peso superior a 30% no cômputo geral da r.d.p.c. total.

Tabela 1.6 – Renda domiciliar per capita média segundo a composição domiciliar (em reais), Brasil, 2006

Composição domiciliar	r.d.p.c. média proveniente de trabalho	r.d.p.c. total média (todas as fontes de renda: trabalho e não-trabalho)	Percentual da r.d.p.c. total média creditado a fontes alternativas (não-trabalho)
Unipessoais	1177,84	1258,82	6,4%
casal com filhos	332,97	386,06	13,8%
casal sem filhos	607,18	647,68	6,3%
Monoparental feminino	254,62	378,86	32,8%
Monoparental masculino	358,80	564,78	36,5%
Outros arranjos	410,42	552,83	25,8%
Todos os domicílios	379,68	446,46	15,0%

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

que elas atribuem valores diferentes ao rendimento total do domicílio proveniente do trabalho. Nestas situações, para efeito do cálculo da renda domiciliar per capita, consideramos como válido o valor relacionado pela responsável pelo domicílio ou pela cônjuge do responsável. A escolha baseou-se no critério de considerar a declaração da mulher que estivesse mais proximamente relacionada ao responsável.

Os arranjos domiciliares monoparentais masculinos aparentemente estão em melhor situação que os monoparentais femininos e casais com filhos. Todavia, estes dados devem ser olhados com cautela, pois arranjos monoparentais masculinos são raros e representam apenas cerca de 2% do total de domicílios. Somado a isto, os domicílios monoparentais masculinos foram aqueles cujos chefes registraram menor número médio de anos de estudo, o que parece inconsistente com o fato de apresentarem a terceira maior média de r.d.p.c. total.

Quando se consideram todos os domicílios do país, independentemente de contarem com mulheres em idade reprodutiva entre seus membros, verifica-se que 15,2% deles recebem o Bolsa Família, principal programa de transferência de renda existente no país.

Mas considerando as limitações impostas à análise de r.d.p.c. total utilizando a PNDS 2006 anteriormente ressaltadas, centramos nossas considerações acerca dos domicílios que apresentam mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) com informação completa sobre rendimentos (proveniente de trabalho e não-trabalho) – 74,7% do universo, como já mencionado. Entre estes, o percentual de domicílios que recebem o Bolsa Família aumenta para 18,6%, o que em parte é esperado, posto que na época do levantamento da PNDS 2006 a margem de possibilidade de uma família com crianças e adolescentes ser incluída no Programa era maior⁶. Uma vez que esse Programa privilegia a segurança alimentar, educação e saúde de famílias com crianças e adolescentes, é plausível que os domicílios prioritariamente atendidos coincidissem com domicílios com mulheres em idade reprodutiva.

⁶ Sobre o critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família na época do levantamento dos dados da PNDS 2006, o Ministério do Desenvolvimento Social informa: “As famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa podem ser incluídas no Programa independentemente de sua composição. Por sua vez, as famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 por pessoa podem ingressar no programa desde que tenham gestantes, nutrizes e crianças entre 0 a 15 anos”.

(fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/conteudo-antigo/programa-bolsa-familia1/programa-bolsa-familia/criterio-de-elegibilidade/>).

A partir de 2009 estes critérios foram alterados. Podem integrar o Cadastro Único para Programas Sociais as famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 independente da composição familiar. O benefício básico é de R\$68,00 mesmo que na família não exista nenhuma criança ou adolescente. Há um benefício variável destinado a crianças e adolescentes de até 15 anos no valor de R\$ 22,00. Mas este benefício não chega a ser pró-natalista, pois cada família pode receber no máximo três benefícios variáveis (valor máximo recebido R\$ 66,00). O mesmo se sucede com o benefício variável vinculado ao adolescente. Havendo adolescentes com idades entre 16 e 17 anos frequentando escola, a família pode receber um auxílio de R 33,00 por adolescente. Também neste caso pode-se acumular no máximo R\$ 66,00.

(Fonte: http://mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)

De todas as formas, mesmo com as modificações e reajustes efetuados no Bolsa Família em 2009, supondo que uma única família acumule os valores das três componentes do Bolsa Família (Benefício Básico, Benefício Variável e Benefício Variável Vinculado ao Adolescente), ela receberá no máximo R\$ 200,00, ou seja, menos da metade do valor do salário mínimo vigente em 2009 (R\$ 465,00).

Tabela 1.7 – Percentual de domicílios que recebem rendimentos provenientes de fontes alternativas de renda segundo composição domiciliar, Brasil, 2006

Fonte de renda alternativa ao trabalho regular	Composição domiciliar						Todos os domicílios
	Unipessoais	Casal com filhos	Casal sem filhos	Monoparental feminino	Monoparental masculino	Outros arranjos domiciliares	
Seguro desemprego	1,8%	2,5%	2,1%	3,1%	-	0,6%	2,4%
Aposentadoria	0,8%	17,5%	11,3%	26,2%	57,8%	36,9%	18,8%
Pensão alimentícia	0,1%	3,6%	0,9%	18,4%	4,3%	5,5%	5,2%
Outra pensão	4,5%	3,1%	3,1%	16,9%	7,9%	15,5%	5,4%
Renda mensal vitalícia	0,6%	1,2%	0,4%	2,5%	4,8%	4,1%	1,4%
Aluguel	1,4%	3,3%	2,6%	3,5%	1,6%	1,9%	3,1%
Doações	-	0,3%	-	0,6%	-	0,2%	0,3%
Bolsa Família	4,2%	21,5%	4,9%	21,7%	16,6%	10,2%	18,6%
Bolsa Escola	-	2,6%	0,5%	3,5%	1,6%	2,0%	2,2%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	-	0,2%	0,2%	0,6%	5,3%	-	0,3%
Auxílio gás	1,0%	1,1%	0,9%	1,0%	2,4%	0,6%	1,1%
Cartão de alimentação	-	1,3%	0,8%	0,5%	3,3%	1,9%	1,1%
Auxílio PETI	-	0,4%	-	0,3%	-	0,8%	0,3%
Programa Agente Jovem	-	0,1%	-	0,3%	-	-	0,1%
Venda de produtos	4,8%	2,6%	4,3%	8,8%	4,0%	9,0%	7,0%

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

Sobre a r.d.p.c. proveniente de fonte alternativa ao trabalho (Tabela 1.7) vale destacar que as aposentadorias abarcam um universo de beneficiários tão grande quanto o do Bolsa Família – 18,8% e 18,6% do total de domicílios, respectivamente. As aposentadorias também se mostram uma importante fonte de amparo para os lares monoparentais, muito provavelmente por ser comum conterem integrantes de três diferentes gerações, nos quais os idosos também aportam recursos.

As pensões também são uma fonte de renda comum em arranjos monoparentais, sobretudo, femininos. A pensão alimentícia beneficia 18,4% dos domicílios compostos por arranjos monoparentais femininos, ao passo que assiste 4,3% dos monoparentais masculinos. Outras pensões são mencionadas como fonte de renda por 16,9% dos domicílios compostos por arranjos monoparentais femininos, o que também contrasta com os 7,9% de domicílios monoparentais masculinos que declaram contar com esta fonte de renda. Por outro lado, as aposentadorias se mostram mais presentes nos arranjos domiciliares monoparentais masculinos (57,8%) que nos monoparentais femininos (26,2%). Isto pode talvez justificar o fato de os arranjos domiciliares monoparentais masculinos exibirem a terceira maior r.d.p.c., a despeito da baixa escolaridade dos responsáveis, aspecto já destacado anteriormente.

A partir dos dados do censo demográfico de 2000, Sabóia e Cobo (2005) observam que 6,4% dos domicílios brasileiros eram ocupados por famílias conviventes – ou seja, neles se encontravam duas ou mais famílias que coabitavam. Segundo os dados da PNDS 2006, esta proporção ter-se-ia elevado para 9,2%.

Os domicílios de famílias conviventes tendem a se concentrar nos estratos sociais de menor renda. Mais da metade dos domicílios de famílias conviventes (50,9%) se encontram entre o primeiro e o segundo quintil de renda. Já entre os domicílios de família única a proporção de domicílios situados entre o primeiro e o segundo quintil é menor (38,8%).

Mas, uma coisa é olhar estes números adotando como unidade de análise os domicílios, outra distinta consiste em assumir uma perspectiva de análise cuja referência sejam os núcleos familiares.

Descontados os domicílios unipessoais e aqueles ocupados pelos chamados “outros arranjos domiciliares”, os domicílios propriamente organizados em torno de estruturas familiares correspondem a 47,9 milhões. No próximo tópico nos deteremos na caracterização dos *núcleos familiares*.

Caracterização dos núcleos familiares

Como vimos no tópico anterior, o arranjo domiciliar mais comum no Brasil é aquele composto exclusivamente por um casal com filhos. Isso equivale a dizer que a “família nuclear” é predominante no Brasil. A estrutura típica de uma família nuclear pode ser descrita como:

(...) um grupo de residência nuclear e neolocal, relativamente isolado do parentesco extenso, baseado no reconhecimento do parentesco bilateral (o que permite a herança igualitária de ambos os lados), repousando no casamento e na forte diferenciação de papéis sexuais e geração. (BILAC, 1991: 75)

Porém, graves dificuldades econômicas podem impossibilitar a compra ou o pagamento do aluguel de uma moradia própria, bem como a manutenção dos gastos que uma habitação autônoma implica. A coabitação de duas ou mais famílias em um mesmo domicílio pode ainda ser justificada por outras razões diferentes desta racionalidade econômica que objetiva a contenção de gastos. A coabitação também pode ocorrer por razões afetivas e como uma forma de acomodar demandas de cuidado e auxílio mútuo que, embora não negue a racionalidade econômica, claramente a transcende, caracterizando a formação de uma estrutura básica de proteção social e bem-estar. A conservação da família ampliada (que abrange o parentesco extenso) no domicílio assegura a troca de serviços fundamentais de cuidados cotidianos nem sempre passíveis de serem mecanicamente substituídos por serviços oferecidos pelo mercado. Sob essas circunstâncias, a neolocalidade pode ser para alguns um ideal não concretizado – seja por razões estritamente associadas à falta de recursos econômicos, seja por razões de ordem relacional inerentes à dinâmica familiar, quando alguns indivíduos podem estar privados de autonomia emocional ou demandando cuidados específicos delegados à família.

Ainda segundo Bilac (1991: 76):

Famílias ampliadas são concebidas não como uma estrutura alternativa à família nuclear, mas como constituindo, antes, momentos transitórios e possíveis da vida de uma família nuclear, que se contrai ou se amplia, em diferentes fases de seu ciclo vital. Por conseguinte, a transformação de uma família nuclear em família ampliada e sua posterior refragmentação em vários núcleos familiares outra vez é fruto tanto da dinâmica interna do núcleo familiar quanto da dinâmica das relações entre os núcleos de orientação e de procriação dos envolvidos.

O ponto de partida da abordagem aqui desenvolvida é a tentativa de aplicar aos dados da PNDS 2006 critérios e classificações dos núcleos empregados por Street (2006) na análise do caso argentino. A metodologia adotada permite reconhecer não

apenas as famílias conviventes, mas o que é mais inovador, estimar as famílias recompostas, aquelas instituídas pelo recasamento em que os cônjuges trazem filhos de uniões anteriores.

Deve-se ressaltar que o procedimento metodológico utilizado – e, sobretudo, a estimativa da ocorrência de famílias recompostas – só foi viabilizado graças à forma detalhada como foram tratadas as relações existentes entre os membros de cada unidade domiciliar.

A PNDS 2006 sofisticou a maneira como as presenças de pai, mãe e cônjuge no domicílio costumam ser captadas⁷. Ao invés de simplesmente prover respostas dicotômicas quanto à presença destas figuras-chave, o inquérito recuperou a linha destes indivíduos no domicílio. Como se sabe, a linha do indivíduo no domicílio é o que identifica cada membro no domicílio. A informação do número do domicílio, quando associada ao número da linha do indivíduo no domicílio, permite resgatar as informações particulares a cada pessoa incluída no banco de dados. Assim, é possível recuperar, por exemplo, não apenas a informação se a *mãe de uma criança x está no domicílio* como saber exatamente *quem é a mãe*.

O fato de não se limitar à relação de cada membro com o chefe do domicílio e permitir a identificação precisa de pais e cônjuges no domicílio, abre uma série de possibilidades para o estudo da composição domiciliar e das estruturas familiares. A principal delas é que cada analista pode adotar pressupostos e critérios próprios para construir tipologias de família apoiado na abordagem teórica que desejar seguir.

Além da inovação que consiste estimar a proporção de famílias recompostas a partir de uma pesquisa domiciliar de representatividade nacional, ao seguir a proposta metodológica adotada por Street (2006), e os critérios de análise expostos até previamente por Torrado (1998), realizamos um primeiro esforço de construir indicadores comparáveis entre países latino-americanos.

Um primeiro desafio a ser enfrentado é a própria concepção vigente acerca de determinados conceitos e o sentido de termos que existem tanto na literatura de língua espanhola quanto portuguesa, mas com significados por vezes distintos. A metodologia aplicada por Street (2006) fundamenta-se na noção de “núcleos conjugales”. A identificação destes núcleos é feita: 1) identificando-se pais e mães com filhos

⁷ Este tipo de captação de informação foi objeto de demandas de especialistas nos temas de família, aí incluídos os pesquisadores integrantes da Rede LAFAM.

conviventes; 2) identificando-se cônjuges conviventes; 3) efetuando a vinculação do primeiro com o segundo passo.

Con estos datos, es posible identificar todos los núcleos conyugales, que pueden estar conformados por: i) una pareja sola (sin hijos solteros); ii) una pareja con al menos un hijo (hijo de alguno o de ambos cónyuges) en la que el hijo es soltero, no tiene pareja ni hijos propios convivientes, o iii) solo el padre o solo la madre con al menos un hijo soltero, sin pareja ni hijos propios convivientes. (STREET, 2006: 145)

Estes núcleos conjugais são classificados de acordo com três critérios básicos apresentados no Quadro 1.1:

Quadro 1.1 Critério de classificação dos núcleos conjugais

Critérios	Classificação dos núcleos conjugais	
<i>Preeminência</i>	<u>Primário</u> : núcleo que contém o responsável pelo domicílio	<u>Secundário</u> : núcleo que não contém o responsável pelo domicílio
<i>Compleitude</i>	<u>Completo</u> : ambos os cônjuges estão presentes	<u>Monoparental</u> : Só o pai ou a mãe está presente
<i>Descendência</i>	<u>Com filhos</u> : com ao menos um filho solteiro	<u>Sem filhos</u> : sem filhos solteiros (casal sozinho)

Fonte: TORRADO, S. *Familia y diferenciación social. Cuestiones de método*, Buenos Aires, Eudeba, 1998. Citado por Street (2006).

As *famílias recompostas* são aquelas com “núcleo conjugal completo” e “com filhos”, mas que ao menos um dos filhos solteiros residentes no domicílio é fruto de uma união anterior de um dos cônjuges.

Em um primeiro momento, quanto ao critério *compleitude*, causa-nos estranhamento a dicotomia *completo x monoparental*, porque subjaz a idéia de incompleitude dos núcleos monoparentais. Da mesma forma, soa incongruente a referência a um núcleo monoparental como um tipo de “núcleo conjugal”, pois um casal de fato pode nunca haver existido, havendo a possibilidade de uma família haver sido composta desde sempre por uma díade pai-filho(a) ou mãe-filho(a). A percepção de que uma família é fundada no matrimônio ou na coabitação de um casal está no cerne desta formulação, como explicita a autora:

Una familia tiene su origen en la formación de una unión o pareja que puede establecerse por dos vías: la unión legal por medio del matrimonio civil, que confiere determinados derechos y obligaciones a los cónyuges, y la cohabitación por el consenso simple de los miembros de la pareja (SREET, 2006: 145).

Portanto, aplicamos a metodologia acima descrita, mas reformulamos alguns conceitos. De fato, para ser constituído um núcleo precisa-se identificar que duas ou mais pessoas estão relacionadas, seja por laços de aliança ou filiação. Um casal pode ter

um filho sem jamais ter se casado ou coabitado, o que justifica a preferência por uma terminologia mais abrangente. Ao invés de nos referirmos a *núcleos conjugais* denominaremos esta estrutura relacional mínima como *núcleos familiares*.

A insatisfação com a terminologia referente ao critério *completude* (núcleo completo x monoparental) é um pouco mais difícil de ser dirimida. Para nós, o oposto de um núcleo monoparental seria um núcleo biparental. Considerar que o oposto de um *núcleo monoparental* é um *núcleo completo* implica, mesmo que involuntariamente, em um julgamento de valor.

É fácil compreender que um núcleo monoparental prescinde de um dos cônjuges e que este núcleo é formado por duas ou mais pessoas (pai ou mãe com um ou mais filhos). No entanto, quando nos referimos a um casal como biparental estamos assumindo de antemão que este núcleo é formado por no mínimo três pessoas (pai, mãe e um ou mais filhos). O termo biparental não é adequado para um casal que nunca teve filhos ou sem filhos solteiros no domicílio. Mas então que termo poderia substituir a idéia de *núcleo completo*?

Para contornar o incômodo que o uso do termo *completude* nos causou, preferimos resgatar o objetivo fundamental deste critério que é identificar a presença de um casal no núcleo. Portanto, ao invés de falarmos da *completude* dos núcleos, trataremos da existência de *aliança* nos núcleos familiares. Assim, inspirando-nos no terceiro critério (descendência), que identifica a presença de filhos solteiros no núcleo, denominaremos *aliança* o critério que identifica a presença de um casal no núcleo familiar.

Portanto, seguiremos utilizando três critérios: *preeminência*, *aliança* e *descendência*.

No interior dos domicílios, consideramos núcleos familiares grupos que internamente compartilham vínculos primários. Via de regra os integrantes de cada núcleo estão unidos por laços de filiação (biológica ou adotiva) ou aliança (legal ou consensual). Note-se a ressalva de que, no caso da filiação, o filho seja solteiro e siga residindo com ao menos um dos pais. Um(a) filho(a) do responsável pelo domicílio que se encontre em união formal ou consensual em coabitação com o(a) respectivo(a) parceiro(a), é considerado como pertencente a um novo núcleo familiar. Logo, constituem núcleos familiares: 1) casais sem filhos; 2) casais com filhos; 3) a díade

mãe-filho; 4) a díade pai-filho⁸. Os núcleos familiares são classificados segundo os seguintes critérios:

- A) *Preeminência*. Considera uma ordenação de núcleos no interior do domicílio. O chamado núcleo primário é aquele que conta com o responsável pelo domicílio entre seus integrantes. Todos os demais núcleos encontrados em um mesmo domicílio são denominados “secundários”, independente da relação de parentesco dos membros desses outros núcleos com o responsável pelo domicílio. A classificação vigente nos censos brasileiros adota a nomenclatura *família única* – para designar a família que ocupa sozinha um domicílio – e *famílias conviventes* – quando duas ou mais famílias ocupam um mesmo domicílio (GOLDANI, 1984). As famílias conviventes são freqüentemente subdivididas em “principal” (a família do responsável pelo domicílio) e famílias “secundárias” (as demais famílias residentes no domicílio). A correspondência é clara. Núcleos primários correspondem a famílias únicas e a famílias principais em domicílios de famílias conviventes. Núcleos secundários dizem respeito a famílias secundárias.
- B) *Aliança*. Considera a presença de um par conjugal no núcleo familiar. Quanto ao critério *aliança*, as categorias serão presença do par conjugal *versus* ausência do par conjugal (núcleo monoparental).
- C) *Descendência*. Assinala a presença de prole: 1) núcleo com descendência; 2) núcleo sem descendência.

Se, como afirmamos anteriormente, o número de domicílios com estrutura familiar é de aproximadamente 47,9 milhões, o número de núcleos familiares supera esta marca, totalizando 53.275.207. Isso indica que o princípio da neolocalidade nem sempre se realiza quando uma família é constituída seja via formação do par conjugal e/ou concepção de filhos.

⁸ Vale frisar que a noção de núcleo familiar não se confunde com o conceito de família nuclear. A família nuclear pode ser entendida como um tipo especial de núcleo familiar no qual se encontra intacta a tríade pai, mãe e filho(s).

Um número menor de domicílios em relação ao número total de famílias é por vezes considerado uma medida rústica de *déficit habitacional*, mas a magnitude deste déficit depende da própria definição de família que estamos adotando. Parte ainda do pressuposto de que o ideal é uma família por domicílio, o que não necessariamente corresponde aos desejos e necessidades dos indivíduos nos diversos contextos sociais em que se encontram famílias conviventes. Por sinal há diversas metodologias de cálculo do déficit habitacional que sempre partem de alguma definição e concepção de família (ALVES e CAVENAGHI, 2006). Não é nosso objetivo discutir o déficit habitacional, mas cabe registrar que 19,7% dos núcleos familiares brasileiros se tratam de famílias conviventes. Como veremos adiante, essas famílias estão concentradas nos estratos mais pobres da população o que pode de fato levar a que os constrangimentos econômicos estejam entre as principais motivações para a coabitação de múltiplos núcleos familiares, ainda que todos, ou a maior parte deles, pertençam a uma única família ampliada. A maioria absoluta dos núcleos familiares brasileiros (80,3%) ocupa sozinho um domicílio. Dentre os núcleos familiares que constituem famílias conviventes (19,7%), o mais usual é encontrar apenas dois núcleos coabitando no mesmo domicílio. Contudo, em casos extremos encontrados na PNDS 2006, é possível que um mesmo domicílio seja compartilhado por até cinco núcleos familiares.

Do total de núcleos familiares, 20,8% correspondem a famílias monoparentais; 83,3% possuem ao menos um filho solteiro integrando o núcleo; e 15,4% tratam-se na verdade de *famílias recompostas*, ou seja, são núcleos com descendência, mas ao menos um dos filhos é proveniente de uniões anteriores dos respectivos cônjuges que formam o casal atual. A quase totalidade das famílias recompostas tem como integrante ao menos um filho só da mulher (14,3%). Isto é, apesar de toda a flexibilização da legislação no sentido de permitir a guarda compartilhada ou que o pai assuma a guarda do filho, esses casos são raros. A maioria dos filhos segue residindo com a mãe, esteja esta mulher à frente de um núcleo familiar monoparental ou recasada.

Gráfico 1.1 – Distribuição dos núcleos familiares segundo existência de outros núcleos no domicílio, Brasil, 2006

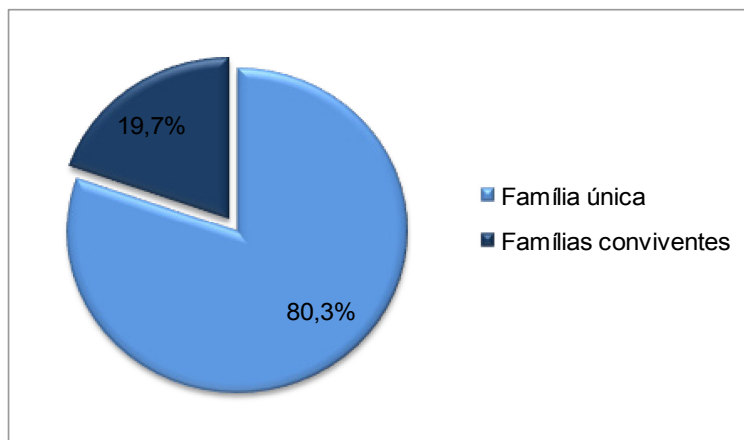
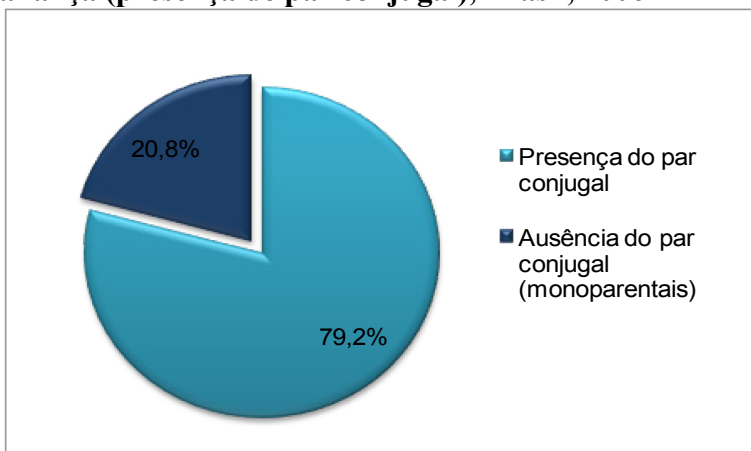


Gráfico 1.2 – Distribuição dos núcleos familiares segundo a aliança (presença de par conjugal), Brasil, 2006



Fonte: PNDS 2006.

Gráfico 1.3 – Distribuição dos núcleos familiares segundo a descendência (presença de filhos), Brasil, 2006

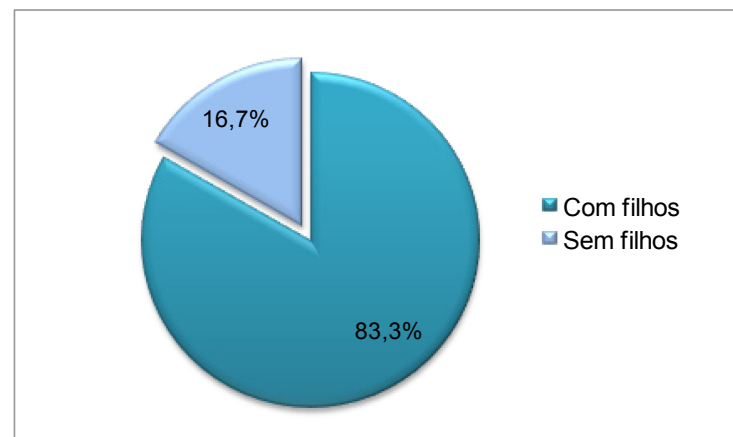
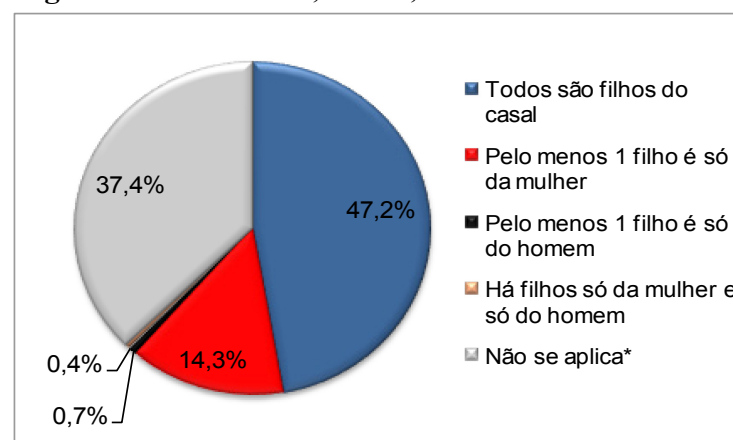


Gráfico 1.4 – Distribuição dos núcleos familiares segundo a origem dos filhos tidos, Brasil, 2006



*Se o casal possui ao menos um filho de outra união isso caracteriza uma família recomposta. *Não se aplica* inclui monoparentais/sem filhos/sem filhos solteiros.

Quanto a diferenciais econômicos, é digno de nota que enquanto a maioria das famílias únicas (60,6%) está concentrada do 3º ao 5º quintil de r.d.p.c. total – indicando r.d.p.c. mais elevada – enquanto que a maioria das famílias conviventes se concentra no 1º e 2º quintil de r.d.p.c. total (52,5%).

Tabela 1.8 – Distribuição de tipos de família segundo a renda domiciliar per capita total (r.d.p.c. total), Brasil, 2006

Famílias	N	r.d.p.c. total	
		1º e 2º quintil	3º ao 5º quintil
Única	34602922	39,4%	60,6%
Conviventes	8759118	52,5%	47,5%
Total	43362040	40%	60%

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

As famílias secundárias estão geralmente vinculadas ao responsável pelo domicílio por algum grau de parentesco próximo. Em 83,7% dos casos trata-se da família de um filho do responsável pelo domicílio, para ser mais exato uma filha, posto que a relação é de 2,6 famílias de filhas para cada família de filho coabitando no domicílio onde os pais são responsáveis.

Tabela 1.9 – Distribuição das famílias segundo critérios selecionados, Brasil, 2006

Família	N	Aliança (presença de casal)		Descendência (presença de filhos)	
		Com par conjugal	Sem par conjugal (monoparental)	Com filhos	Sem filhos
Única	42802415	86,2%	13,8%	83,9%	16,1%
Principal	5053449	62,4%	37,6%	79,2%	20,8%
Secundária	5419343	39,5%	60,5%	82,2%	17,8%
Total	53275207	79,2%	20,8%	83,3%	16,7%

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

Entre as famílias secundárias é mais comum encontrarmos núcleos monoparentais. Enquanto entre as famílias únicas apenas 13,8% são deste tipo, entre as secundárias esse percentual atinge a marca de 60,5% do total. Mas também é digno de nota que entre as famílias principais, ou seja, aquelas que acolhem as famílias secundárias, a monoparentalidade é mais elevada do que no conjunto das famílias (37,6% contra 20,8%). Quanto à presença de filhos, os diferenciais são pequenos e não chamam tanto a atenção.

As famílias principais apresentam menor proporção de filhos solteiros entre seus componentes, o que é esperado dado que costumam ser mais envelhecidas, cabendo-lhes acolher a família de procriação de seus filhos.

Tabela 1.10 – Chefia dos núcleos familiares segundo o sexo, Brasil, 2006

Família	N	Masculino	Feminino
Única	42802415	86,1%	13,9%
Principal	5053449	68,1%	31,9%
Secundária	5419343	29,4%	70,6%
Total	53275207	78,6%	21,4%

PNDS 2006. Tabulações próprias.

Se, como vimos, os domicílios chefiados por mulheres representam 22,4% do total, é digno de nota que há grande variação quando consideramos ao invés dos domicílios, os núcleos familiares. A Tabela 1.10 apresenta a distribuição da chefia dos núcleos familiares segundo o sexo. Observa-se que entre as famílias únicas a chefia feminina atinge 13,9%, enquanto entre as famílias principais se eleva para 31,9% do total. Esse dado é relevante na medida em que uma proporção importante dos lares receptores de famílias secundárias é chefiada por mulheres. Ou seja, são filhos (mais comumente filhas) que buscam guarida na casa dos pais, mas não raro, trata-se da *casa da mãe*.

As famílias secundárias são não só as que apresentam chefia mais feminizada (70,6%)⁹, como são também as mais jovens, pois 52,7% dos responsáveis por estes núcleos familiares têm no máximo 29 anos de idade.

Tabela 1.11 – Distribuição etária dos responsáveis por núcleos familiares, Brasil, 2006

Família	N	Faixa etária do chefe do núcleo		
		até 29 anos	de 30 até 64 anos	65 anos e mais
Única	42802415	16,7%	74,2%	9,2%
Principal	5053449	2,2%	60,6%	37,3%
Secundária	5419344	52,7%	42,9%	4,4%
Total	53275207	18,9%	69,7%	11,4%

PNDS 2006. Tabulações próprias.

⁹ No caso das famílias únicas e principais é considerado chefe do núcleo familiar a pessoa apontada como chefe do domicílio. No entanto, para nos referirmos a um chefe de núcleo secundário, elegemos a pessoa mais proximamente relacionada ao responsável pelo domicílio. Este critério baseia-se no pressuposto de que esta relação, pelo menos em um primeiro momento, é a fonte motriz da solidariedade que se estabelece entre dois ou mais núcleos que coabitam no mesmo domicílio.

Na Tabela 1.12 é possível observar a distribuição dos núcleos familiares segundo os critérios descendência e aliança por quintil de r.d.p.c. total, bem como a distribuição das famílias recompostas por quintil de r.d.p.c. total. Em uma situação hipotética de total igualdade, era de se esperar que para todos os subgrupos considerados encontrássemos 40% dos núcleos enquadrados entre o 1º e o 2º quintil de r.d.p.c. total. Mas não é isto que verificamos.

Existe de fato a tendência de núcleos familiares com filhos, monoparentais e também de famílias recompostas, especialmente daquelas onde ambos os cônjuges trazem filhos para a nova união, estarem sobre-representados nas camadas sociais de mais baixa renda.

Os núcleos familiares sem filhos são os que se encontram em melhor posição no que diz respeito à situação financeira, estando 73,7% deles concentrados entre o 3º e o 5º quintil de r.d.p.c. total.

Tabela 1.12 – Distribuição dos núcleos familiares segundo quintil de r.d.p.c. total e características selecionadas, Brasil, 2006

Classificação dos núcleos familiares		N	r.d.p.c. total	
			1º e 2º quintil	3º ao 5º quintil
Aliança	Presença de casal	34354174	40,6%	59,4%
	Ausência de casal (monoparentais)	9007867	47,8%	52,2%
Descendência	Com filhos	37322778	44,6%	55,4%
	Sem filhos	6039263	26,3%	73,7%
Recomposta	Todos são filhos do casal	21598784	42,2%	57,8%
	Pelo menos 1 filho é só da mulher	6284245	47,5%	52,5%
	Pelo menos 1 filho é só do homem	294366	47,1%	52,9%
	Há filhos só da mulher e só do homem	182751	67,2%	32,8%
	Não se aplica*	15001892	39,2%	60,8%
Total		43362040	40,0%	60,0%

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

* *Não se aplica* diz respeito às famílias que não são recompostas, portanto abarcam os núcleos familiares monoparentais, os casais sem filhos, casais sem filhos solteiros e os casais nos quais todos os filhos são da união atual.

No próximo tópico, nosso objetivo será localizar onde estão inseridas as crianças (menores de 14 anos) e a situação familiar em que vivem.

Os núcleos familiares das crianças

A grande maioria das crianças brasileiras (71,8%) vive no mesmo domicílio com o pai e a mãe. O segundo grupo numericamente mais importante é o das crianças que vivem com a mãe, mas sabe-se que os pais delas estão vivos, apenas não coabitam com seus filhos. No entanto nada se pode dizer sobre o grau de proximidade e convivência estabelecido com esses pais. Fica mais uma vez clara que, na inexistência de um vínculo conjugal ou diante da ruptura de uma união, a regra geral é que a criança permaneça na companhia da mãe. Aliás, na ausência da mãe, é mais comum que a criança viva com outras pessoas do que com o próprio pai, visto que o terceiro maior grupo de crianças é aquele composto por meninos e meninas que não vive com os pais, mas ambos estão vivos (5,2%).

Há duas maneiras de estimar o número de crianças em circulação utilizando os dados da PNDS 2006. Uma delas consiste em considerar as declarações obtidas no *Questionário da Mulher*, a outra, valer-se-ia da informação produzida a partir da *Ficha do Domicílio*. No primeiro caso, de acordo com o histórico de nascimentos reportados pelas mulheres e o inquérito se os filhos nascidos vivos que estão vivos e moram com elas, estima-se que 6,4% das crianças estão em circulação (não residem com a mãe). Esta alternativa será explorada no Capítulo III, por permitir considerar características das mães que têm filhos em circulação.

A segunda maneira de estimar o número de crianças em circulação, agora utilizando a *Ficha do Domicílio*, é assumindo que se enquadram nesta situação os indivíduos menores de 14 anos que não coabitam com nenhum dos pais, ainda que um deles ou ambos estejam vivos. Por este prisma, estima-se que 5,8% das crianças estão em circulação (não vivendo com nenhum dos pais). Já o percentual de crianças que não residem com a mãe – para adotarmos o mesmo critério considerado na ocasião em que utilizamos o Questionário da Mulher – é de 7,7%.

Tabela 1.13 – Distribuição das crianças segundo informação sobre seus pais, Brasil, 2006

Situação da criança em relação aos pais	Frequência	Percentual
Vive com o pai e a mãe	34844344	71,8
Órfão de mãe, vive com o pai	203138	0,4
Órfão de pai, vive com a mãe	995772	2,1
Vive com a mãe, mas o pai está vivo	8813557	18,2
Vive com o pai, mas a mãe está viva	713421	1,5
Não vive com os pais, mas ambos estão vivos	2530421	5,2
Órfão de mãe e não vive com o pai	98160	0,2
Órfão de pai e não vive com a mãe	102574	0,2
Vive com a mãe e não sabe do pai	96143	0,2
Não mora com a mãe e não sabe do pai	21559	0,0
Órfão de mãe e não sabe do pai	4549	0,0
Não sabe de ambos	61125	0,1
Vive com o pai e não sabe da mãe	6417	0,0
Não mora com o pai e não sabe da mãe	16106	0,0
Órfão de ambos	49507	0,1
Total	48556792	100

Fonte: PNDS 2006. Tabulações próprias.

Cerca de 56,8% das crianças vivem em núcleos familiares situados na base da pirâmide social, ou seja, domicílios onde r.d.p.c. total está situada entre o 1º e o 2º quintil de renda. Isto revela que as crianças tendem a estar sob a responsabilidade das famílias mais pobres, o que já era esperado uma vez que a fecundidade nas camadas populares tem sido sistematicamente ao longo do tempo um pouco mais elevada que entre as camadas médias.

Considerações Finais

Os domicílios brasileiros ocupados por núcleos familiares tendem a se enquadrar no perfil de famílias nucleares. Ou seja, um domicílio para cada família com pai, mãe e filhos é o ambiente familiar mais comum. No entanto, há exceções a esta regra. Os núcleos familiares monoparentais e as famílias recompostas, embora sejam minoritárias numericamente, representam a realidade de uma proporção importante das famílias brasileiras. Cerca de 14,29% dos domicílios brasileiros são ocupados por arranjos domiciliares monoparentais. Quando se adota como referência não os domicílios mas os núcleos familiares, percebe-se que os núcleos familiares monoparentais representam 20,8% do total dos núcleos familiares. Sabe-se também que 15,5% das crianças menores de 14

anos estão sendo criadas em núcleos monoparentais, quase sempre sob responsabilidade da mãe.

A forma como a PNDS 2006 capta a informação relativa à presença de pai, mãe e cônjuge no domicílio permitiu construir uma estimativa do total de famílias recompostas existentes no Brasil em torno de 15,4%. É muito raro que o homem traga para uma nova união filhos de uniões anteriores. Os filhos seguem a mãe seja quando esta lidera sozinha um núcleo familiar ou mesmo um domicílio, seja quando ela inicia uma nova união.

A análise da condição das famílias conviventes também reportou uma proporção maior de chefia feminina entre as famílias principais (ou seja, aquelas que acolhem no domicílio outros núcleos familiares), do que de chefia feminina no cômputo geral dos domicílios brasileiros. Já a chefia feminina é maioria absoluta entre as famílias secundárias (70,6%).

Núcleos familiares monoparentais, obviamente porque não podem contar com o modelo de dupla renda, mostram-se suscetíveis ao risco de pertencerem à parcela mais empobrecida da população e a assumirem a posição de núcleo secundário em domicílio de famílias conviventes, tal como ocorre com muitos núcleos liderados por jovens de até 29 anos. Mas as famílias recompostas surpreendentemente também tendem a se concentrar nas camadas sociais de mais baixo ingresso monetário, especialmente quando há filhos tanto da mulher quanto do homem integrando o núcleo familiar.

Pode-se claramente vislumbrar certas associações lógicas entre a estrutura familiar/composição domiciliar e maior probabilidade de pertença às camadas de baixa renda. Ao invés de seguir a perspectiva enunciada pelo primeiro-ministro japonês, exposta no início deste capítulo de que pessoas sem nenhuma renda dificilmente poderiam ser vistas como objeto de respeito, nossa posição é de que os desafios impostos pela pobreza só podem ser superados e a própria pobreza combatida, conhecendo a dinâmica e as características daqueles que mais são afetados por ela. O respeito por estas famílias, independente da configuração que apresentem, é o primeiro passo para o seu reconhecimento como portadoras de direitos.

Capítulo 2

As mulheres em união conjugal na PNDS 2006: características da população feminina em primeira união e recasada¹⁰.

Um elemento importante a ser considerado nas análises sobre as transformações recentes na constituição das famílias e das proles é a conjugalidade. Há um significativo acúmulo de conhecimento no campo demográfico sobre as tendências de início da vida sexual, de idade ao casar, de tipo de união conjugal, de duração das relações e de características socioeconômicas dos parceiros. Boa parte dos trabalhos está especialmente voltada para o entendimento do efeito desses fatores sobre a fecundidade, particularmente aos aspectos que imprimem diferenças nos níveis de fecundidade dos diversos segmentos que compõem a população. O aumento das taxas de divórcios, a ocorrência de uniões conjugais seriadas e um conjunto amplo de transformações em curso nas relações de gênero e geração, somados aos aspectos anteriores, demandam dos pesquisadores interessados no tema da reprodução e da família informações mais detalhadas acerca dos eventos e tempos da história afetivo-sexual e reprodutiva dos sujeitos. Nesse sentido, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) constitui uma fonte de informações importante, pois possibilita aprofundar alguns aspectos da reprodução articulados à conjugalidade que outras fontes de dados nacionais domiciliares não permitem.

A análise contida nesse segundo capítulo é exploratória, debruçando-se sobre as características da população feminina em união na PNDS 2006.

Contextos da nupcialidade brasileira

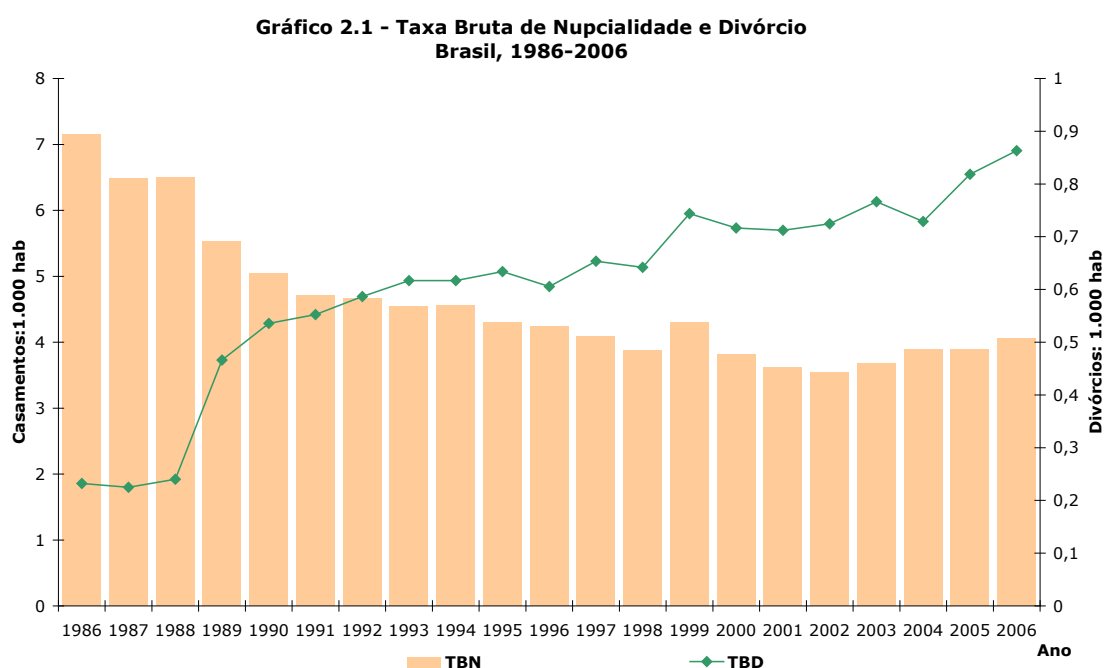
Em 2006, a legalização do divórcio no Brasil estava às portas de completar três décadas de existência, assim como se aproximavam os vinte anos da promulgação da Constituição de 1988, ambos considerados marcos jurídicos de suma importância no contexto das mudanças ocorridas e em andamento na conjugalidade e nas famílias brasileiras.

Um breve olhar sobre as últimas quatro décadas nos mostra um rápido processo de transformações nas famílias. No censo demográfico de 1970, 57,6% dos arranjos familiares brasileiros eram formados por casais com filhos, 9,2% por casais sem filhos e 7% por mulheres sem cônjuge com filhos. Trinta anos depois, o censo demográfico de 2000

¹⁰ O termo recasada é utilizado nesse texto como referência para as mulheres com experiência de mais de uma união conjugal, independente do tipo (formal ou informal).

registra que estes arranjos representavam respectivamente 54,4%, 13,1% e 13,7% (IBGE, 2003). Nesse período, 1970 a 2000, o número médio de integrantes das famílias diminuiu de 4,8 para 3,5 pessoas, refletindo a acentuada queda da taxa de fecundidade total (TFT), que passou de 5,7 para 2,3 filhos por mulher (BERQUÓ, 1998; IBGE, 2003).

As taxas brutas de nupcialidade (TBN) e de divórcios (TBD) apontam para transformações no estado conjugal da população brasileira que se assemelham a tendências observadas nos países desenvolvidos. Desde meados dos anos de 1980, o Brasil apresenta TBNs decrescentes e TBDs crescentes, como pode ser acompanhado no pelo **Gráfico 2.1**.



Fontes: IBGE, Registro Civil, Censos Demográficos e Estimativas da População, 1986-2006. Tabulações próprias.

Segundo informações censitárias das últimas quatro décadas, há uma tendência contínua de redução na proporção de pessoas casadas e um incremento da parcela de pessoas unidas consensualmente na população brasileira de 15 anos de idade ou mais (**Tabela 2.1**).

Tabela 2.1 - Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal, Brasil, 1960-2000.

Estado Conjugal	1960	1970	1980	1991	2000
Solteiro	34,0	36,6	34,6	31,8	34,0
Em união	57,7	55,5	57,9	59,0	56,6
Formal	93,5	93,1	88,2	81,6	71,4
Consensual	6,5	6,9	11,8	18,4	28,6
Separado ou Divorciado	2,4	2,5	2,5	4,4	4,7
Viúvo	5,7	5,4	5,0	4,9	4,7

Fontes: BERQUÓ, 1998 para dados de 1960, 1991; IBGE, 2003.

A porcentagem da população na condição de separado ou divorciado praticamente dobra entre os censos de 1980 e 1991, refletindo provavelmente um ajuste proporcionado pela legalização do divórcio sancionada no país em 1977 (IBGE, 2003; LAZO, 2001; BERQUÓ, 1998; BERQUÓ e OLIVEIRA, 1992; BERQUÓ, OLIVEIRA e CAVENAGHI, 1990) **(Tabela 2.1)**.

Ao observar a distribuição do estado conjugal da população para as Grandes Regiões do país nos censos de 1991 e 2000, esse incremento da população unida consensualmente foi de 8 pontos percentuais no Sudeste e 13 p.p. na Região Norte **(Tabela 2.2)**.

Tabela 2.2 - Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal. Grandes Regiões, 1991 e 2000.

Estado Conjugal	1991					2000				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Solteira	49,8	49,4	43,6	39,6	45,3	47,6	47,8	41,5	37,4	42,4
Em união	46,9	46,1	50,3	54,9	50,1	48,7	47,2	50,6	55,3	51,6
Formal	69,2	78,3	83,8	86,4	78,2	55,6	66,8	75,1	76,4	68,0
Consensual	30,8	21,7	16,2	13,6	21,8	44,4	33,2	24,9	23,6	32,0
Separada ou Divorciada	0,4	0,5	1,4	1,2	1,2	1,2	1,5	3,1	2,7	2,7
Viúva	2,9	3,9	4,6	4,4	3,4	2,6	3,5	4,8	4,6	3,3

Fontes: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000. Tabulações próprias.

O aumento das uniões consensuais é uma questão de destaque nas discussões mais recentes sobre as relações entre as mudanças na conjugalidade e na família. A literatura que aborda o crescimento da coabitação nos países europeus, nos Estados Unidos e no Canadá aponta esse tipo de arranjo conjugal como um símbolo da emancipação feminina e do questionamento das relações de gênero implicadas no casamento formal. Nessa linha de pensamento, a percepção do casamento como fonte de segurança financeira e social seria questionada e considerada menos atraente para mulheres que detêm recursos. A ampliação

da participação feminina no mercado de trabalho tem destacada importância nesse contexto (PINELLI, 2004; QUILODRÁN, 2003; GARCIA e ROJAS, 2002).

No caso dos países latino-americanos e do Caribe, a união consensual não é um fenômeno recente. Sua existência remete ao passado colonial da região e, por uma série de condicionamentos socioeconômicos e culturais, tornou-se uma forma de constituição familiar comum nos segmentos sociais menos favorecidos, de baixa escolaridade e entre a população residente em regiões rurais e periferias urbanas (GARCIA e ROJAS, 2002; BERQUÓ, LOYOLA, 1984). No entanto, o crescimento mais recente das uniões consensuais em alguns países latino-americanos envolve uma parcela de coabitantes com características semelhantes aos dos países desenvolvidos, indicando a coexistência de dois tipos de união consensual. Parece ser assim no caso brasileiro.

No Brasil, uma parcela das uniões consensuais está relacionada a uma “tradição de ilegitimidade”¹¹ que envolve a população mais pobre e pessoas separadas. Entre os primeiros, a opção por esse tipo de união surge diante da falta de recursos para arcar com os custos financeiros e sociais de um casamento, no qual se incluem as dificuldades em acessar e lidar com os aparatos legais. No que se refere às pessoas separadas, até a aprovação da Lei do Divórcio, a informalidade das novas uniões era imposta por restrições legais (LAZO, 2001; BERQUÓ, 1998; OLIVEIRA, 1996; GREENE e RAO, 1992; OLIVEIRA, 1979).

Se, por um lado, constrangimentos sociais de várias ordens tornaram a união consensual a única opção de conjugalidade e constituição familiar para alguns segmentos da sociedade, em tempos mais recentes, ela igualmente se difunde como uma escolha possível, inclusive para aqueles que querem assumir uma nova união¹².

Contudo, esse tipo de união teria impactos diferenciados na vida de homens e mulheres. Estudos apontam que a maior flexibilidade proporcionada pela união consensual seria algo mais vantajoso para os homens do que para as mulheres, na medida em que as cobranças quanto à atuação masculina enquanto provedor familiar seriam menores do que em um casamento formal (PINELLI, 2004; GREENE e RAO, 1992). Em caso de ruptura

¹¹ Expressão cunhada por Maria Coleta de Oliveira com base nos trabalhos de Marcilio (1984 e 1986) sobre a formação demográfica brasileira.

¹² Em um conjunto de estimativas realizadas para o Estado de São Paulo, nos anos de 1990, Lazo e Santana (1993) calcularam que para cada recasamento legal de viúvos haveria 2,5 recasados por via de uma união consensual. Para as viúvas, essa relação seria de um recasamento legal para 3,4 constituídos consensualmente. Essa discrepância seria ainda maior entre as pessoas divorciadas (LAZO e SANTANA, 1998 apud LAZO, 2001). No censo de 2000, por exemplo, 38,2% das pessoas divorciadas e 10,6% das viúvas estavam vivendo com um(a) companheiro(a). Ou seja, estavam em uma nova união não formalizada (MARCONDES, 2008).

conjugal, os homens em união consensual tenderiam a se sentir desobrigados de fazer acordos de partilha ou ajuda financeira com a ex-parceira, mesmo em situações em que o casal possui filhos (PINELLI, 2004)¹³. Nesse sentido, os arranjos entre coabitantes igualmente são apontados como sendo mais instáveis, com menor investimento de recursos na vida doméstica e, em muitos países, desprovidos de qualquer tipo de proteção do Estado, o que colocaria um número muito maior de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade do que homens (PINELLI, 2004; WU e HART, 2001). Alguns autores, por outro lado, destacam que em certos segmentos sociais a coabitação seria uma escolha mais atraente para as mulheres, porque possibilitaria a construção de uma relação mais igualitária, onde as responsabilidades com o espaço doméstico e com a criação dos filhos são negociadas pelo casal (WU e HART, 2001).

Infelizmente, muitos desses aspectos e hipóteses não podem ser avaliados em profundidade para o conjunto da população brasileira. Os dados mais sistemáticos e completos que dispomos sobre a condição de conjugalidade da população são provenientes do Registro Civil, ou seja, restringem-se ao contexto da nupcialidade legal. Pouco se sabe sobre a dinâmica de primeiras uniões, separações e recasamentos que acontecem informalmente. Desconhecemos, por exemplo, com que intensidade acontece e quais as características das pessoas que migram de um tipo de união para outro após uma ruptura conjugal ou até mesmo ao longo de um mesmo relacionamento amoroso. Desconhecemos, igualmente, a parcela de crianças e adolescentes envolvidos em cada uma dessas dinâmicas.

Os dados que dispomos sobre a conjugalidade são restritos e impõem limites para quem deseja estudar a conjugalidade articulada com outras esferas da vida social. Os Censos Demográficos contam com um número mínimo de quesitos que permitem unicamente conhecer a situação conjugal atual e o estado civil da população. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) – principal fonte de dados domiciliares amostrais - apresenta descontinuidade na coleta desse tipo de informação, tendo sido a situação conjugal da população captada apenas para os anos de 1977, 1978, 1992 a 1995. Em 1984, a PNAD contou com um suplemento de nupcialidade que recuperou a história de união dos entrevistados, ensejando uma série de trabalhos sobre a temática (LAZO, 2001, MIRANDA-RIBEIRO, 1993; GREENE, 1992; GOLDANI, 1990). Com a PNDS, encontramos

¹³ Em estudo com usuários de um serviço de mediação familiar na extinta Procuradoria de Assistência Judiciária na cidade de São Paulo (OLIVEIRA e BRITO, 2007), as pesquisadoras observaram que muitos homens eram surpreendidos com a informação de que a ex-parceira, com quem viviam em união estável, teria o direito à metade dos bens do casal.

algumas alternativas para estudar a conjugalidade articulada com a reprodução e as condições de vida das famílias. No entanto, tem como principais limitadores o tamanho de sua amostra e o fato de suas informações serem restritas à população feminina de 15 a 49 anos de idade. Apesar desses limitadores, a PNDS não deixa de representar uma fonte de dados importante para aqueles que desejam ampliar as reflexões sobre as transformações sociais que têm impacto sobre as condições de vida da população feminina.

Características da população feminina em união da PNDS 2006

Na PNDS 2006 observamos uma proporção de 25,8% de mulheres que declararam nunca terem vivido com esposo ou companheiro. Entre as mulheres com experiência de união conjugal, grande parte estava em sua primeira união, sendo a maioria casada formalmente. (Tabela 2.3)

Tabela 2.3 - Distribuição percentual das mulheres entrevistadas segundo número de uniões conjugais, estado conjugal atual e grupo etário. Brasil, 2006

Ordem de união	Grupo Etário	Atualmente casada formalmente	Atualmente unida	Viúva	Separada	Divorciadas/Desquitadas	Total	Mulheres com experiência de união conjugal
Primeira União	15-19 anos	26,1	62,8	0,1	11,0	0,0	100,0	2.157.050
	20-24 anos	37,2	51,9	0,7	10,1	0,0	100,0	4.617.446
	25-29 anos	49,9	39,0	1,0	9,9	0,2	100,0	5.129.356
	30-34 anos	62,0	26,6	0,3	9,1	1,9	100,0	5.176.297
	35-39 anos	65,7	21,4	1,3	9,6	2,1	100,0	5.094.023
	40-44 anos	71,3	15,9	2,0	8,3	2,6	100,0	5.249.007
	45-49 anos	70,2	8,8	6,4	10,9	3,7	100,0	4.145.613
	Total	57,2	29,8	1,7	9,7	1,6	100,0	31.568.792
Recasada	15-19 anos	1,4	79,2	0,0	19,4	0,0	100,0	158.450
	20-24 anos	15,4	75,2	0,0	9,1	0,3	100,0	678.934
	25-29 anos	12,5	75,2	0,5	10,8	1,0	100,0	1.081.339
	30-34 anos	21,5	67,8	1,2	8,3	1,2	100,0	1.196.249
	35-39 anos	13,5	74,2	1,6	9,1	1,7	100,0	1.407.660
	40-44 anos	14,3	59,8	3,4	16,5	6,0	100,0	1.212.193
	45-49 anos	18,9	57,2	6,0	12,0	5,9	100,0	1.356.214
	Total	15,8	67,8	2,3	11,2	2,9	100,0	7.091.039

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

No que diz respeito às recasadas, elas representam 18,3% das mulheres em união e, em sua maioria, encontram-se unidas informalmente e em idades jovens.

A tabela acima (Tabela 2.3) mostra que a união consensual tem um peso relativo importante nas faixas etárias iniciais. Entre aquelas em primeira união se apresenta como a forma de parceria conjugal assumida pela maioria das mulheres com até 24 anos de idade, tendo seu peso relativo diminuído conforme o aumento da faixa etária, passando o casamento formal a ter um peso maior. Esse comportamento não se observa entre as mulheres que declararam experiência de mais de uma união conjugal. A união consensual

assume um peso relevante no grupo das recasadas, onde aparece como o tipo de união declarada por cerca de $\frac{3}{4}$ das mulheres de cada faixa etária quinquenal dos 15 aos 39 anos de idade.

Ao comparar os dados mais recentes com as informações coletadas na PNDS anterior - 1996 – a distribuição percentual da ordem de união segundo o seu tipo (formal ou informal) revela ter havido nos dez anos decorridos um aumento expressivo do peso relativo das uniões informais, independente da ordem de união. Trata-se de algo esperado, tendo em vista as informações censitárias apresentadas anteriormente (**Tabelas 2.1 e 2.2**).

Enquanto a parceria formal permanece como o tipo assumido pela maioria das entrevistadas que estavam em primeira união, nos dois anos destacados, a informalidade, ganha maior evidência no grupo das recasadas (**Quadro 2.1**).

Quadro 2.1 - Características selecionadas das mulheres entrevistadas de 15-49 anos em união, segundo ordem da união conjugal atual. Brasil, 1996 e 2006.

	1996		2006	
	Uma união	Mais de uma união	Uma união	Mais de uma união
N amostra =	7.453	1.203	8.117	1.822
Idade média das mulheres	33,0	34,6	33,2	35,7
Idade média dos companheiros	37,7	38,3	37,7	39,2
Idade mediana das mulheres	33	35	33	36
Idade mediana dos companheiros	37	36	37	38
Idade média à 1a. união das mulheres	20,3	17,9	20,8	18,0
Idade mediana à 1a. união das mulheres	20	17	20	17
Tipo da união conjugal atual (%)				
Formal	83,0	35,8	64,3	18,4
Informal	17,0	64,2	35,7	81,6
Cor (%)				
Branças	46,7	37,4	43,3	34,7
Pretas e Pardas	53,3	62,6	56,7	65,3
Anos de estudo (%)				
Nunca frequentou a escola	6,2	11,3	2,2	5,6
1-4 anos	37,8	43,6	19,8	27,4
5-8 anos	30,2	28,9	30,3	36,9
9-11 anos	19,1	11,9	34,6	22,5
12 anos e mais	6,6	4,2	13,1	7,7
Média de anos de estudo	6,0	5,9	8,3	6,8
Mediana de anos de estudo	5	5	8	7
Experiência de trabalho (%)				
Trabalha	48,1	49,5	52,2	52,4
Já trabalhou alguma vez	28,3	29,3	34,2	40,9
Nunca trabalhou	23,6	21,2	13,6	6,8

Fonte: PNDS, 1996 e 2006. Tabulações próprias.

As características do grupo de mulheres em união que foram entrevistadas nas duas rodadas da PNDS não apresentam diferenças marcantes, mas destacam-se mudanças na escolaridade e na experiência de trabalho. No **Quadro 2.1** ao se observar a idade média de início da vida conjugal nota-se que, nos dois momentos destacados, o grupo de mulheres recasadas, em média, iniciou a vida conjugal em idades mais jovens do que o grupo em primeira união e a diferença etária entre parceiros se manteve no mesmo patamar de cerca de 4 anos, em média.

Em geral, os companheiros são mais velhos. No entanto, entre aquelas com mais de uma experiência conjugal, cerca de 1/3 dos parceiros são mais jovens que as mulheres, 31,7% entre as recasadas formalmente e 34,0% nas informais. No grupo daquelas em primeira união, os parceiros mais jovens somam 13,3% entre as formalmente unidas e 17,1% entre as informais. Esse dado parece indicar que o recasamento e a união de tipo consensual estariam associados a uma maior frequência de inversão do padrão cultural prevalecente de parceria conjugal no qual o homem é mais velho do que a mulher.

Na formação de parcerias conjugais o homem ser mais velho que sua companheira persiste como um padrão majoritário. Contudo, essa norma cultural combinada com certos aspectos da dinâmica demográfica atual – ganhos na expectativa de vida, sobremortalidade masculina e excedente feminino na população, por exemplo – provocam uma compressão no mercado matrimonial desfavorável para as mulheres. As chances femininas de estabelecer uma união conjugal seguindo esse padrão cultural dominante se reduzem conforme as mulheres avançam na idade. Ou seja, as mulheres ao olharem “para cima”, em direção ao topo da pirâmide etária, veriam suas opções se tornarem mais escassas na medida em que o contingente masculino em grupos etários mais elevados se reduz. O oposto acontece com os homens, que ao olharem “para baixo” veriam suas opções se ampliarem (BERQUÓ, 1998; OLIVEIRA e BERQUÓ, 1990).

Para amenizar os impactos dessa compressão e ampliar as possibilidades de estabelecer parcerias, as mulheres tenderiam a flexibilizar suas escolhas. A inversão da norma cultural – mulheres unidas com homens mais jovens – seria um dos exemplos dessa flexibilização. No entanto, conforme apontam outros estudos, a compressão matrimonial não apenas produz efeitos nas possibilidades de escolha das mulheres quanto à idade mas, igualmente, em relação a outras características como cor, escolaridade, condição social do parceiro e tipo de união conjugal assumido. As mulheres jovens, nunca unidas e que contam com melhores recursos financeiros e sociais teriam, por exemplo, maior poder de barganha para estabelecer uniões formalizadas do que outros grupos femininos, destacadamente as mais pobres e que já foram unidas e/ou tem filhos (GREENE e RAO, 1992; OLIVEIRA e BERQUÓ, 1990).

No que se refere aos anos de estudo, observa-se que o grupo de mulheres entrevistadas em 2006 apresenta maior escolaridade que as de 1996. Conforme apresentado no **Quadro 2.1**, pouco mais da metade do grupo de recasadas em 1996 tinha de 0 a 4 anos de estudo e, em 2006, quase 2/3 do grupo entrevistado estava na faixa de 1 a 8 anos de

estudo. Esse deslocamento para cima igualmente pode ser observado nas proporções relativas no grupo de entrevistadas em primeira união. Nesse grupo, a maior concentração em 1996 era de mulheres de 1 a 8 anos de estudo, em 2006 quase a metade do grupo tinha 9 anos ou mais.

Quanto à escolaridade do parceiro atual, cerca de 2/3 completou até o ensino fundamental e aqueles com nível superior completo atingem aproximadamente 13%. As mulheres em uniões formais em maiores proporções (32,5% das em primeira união e 32,6% das recasadas) estavam com parceiros que haviam completado o ensino médio.

As diferenças nos níveis de instrução observadas entre 1996 e 2006 refletem o incremento na escolarização da população brasileira, principalmente na feminina, ocorrido nas três últimas décadas. Desde meados de 1990, as mulheres ultrapassaram os homens no que diz respeito ao nível de instrução alcançado, sendo os maiores diferenciais encontrados a partir do ensino médio, onde há maior proporção de mulheres matriculadas e que completaram a formação nesse nível (GUEDES, 2008; BUSCHINI e LOMBARDI, 2001; BUSCHINI, 2007). Esse ganho em escolaridade tem possibilitado a inserção feminina em postos de trabalho de melhor qualificação e rendimento. Um contingente significativo de mulheres continua, no entanto, desempenhando ocupações precárias, sem proteção legal ou de estabilidade de rendimentos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001).

No que diz respeito ao trabalho das mulheres unidas, independente da ordem de união, em 2006 pouco mais da metade das mulheres entrevistadas estavam trabalhando no momento da pesquisa, enquanto em 1996 as proporções eram ligeiramente menores. Observa-se também em 2006 decréscimo da proporção de mulheres que nunca trabalharam, destacando-se as recasadas. (**Quadro 2.1**).

Bruschini (2007) destacam que grande parcela das mulheres que estava no mercado de trabalho até os anos de 1970 era jovem, solteira e sem filhos. Ao longo dos anos de 1980 e, destacadamente, na década de 1990, as trabalhadoras passaram a ser, em maior número, mulheres mais velhas, casadas e com filhos. Conforme mostram as autoras, no ano de 2005¹⁴, a maior taxa de atividade feminina¹⁵ foi observada na faixa etária de 30 a 39 anos (74%), seguida pelas mulheres de 40-49 anos (69%) e 50-59 anos (54%). Ao

¹⁴ As autoras analisam estatísticas oficiais provenientes do IBGE, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001).

¹⁵ Percentual das Pessoas Economicamente Ativas (PEA) em relação a População em Idade Ativa (PIA).

considerar a posição no domicílio, a taxa de atividade das cônjuges (58,5%) se assemelha à das chefes (59,4%).

A autora avalia ainda que, muito embora pressões de ordem econômica tenham impulsionado a ida das mulheres casadas e mães ao mercado de trabalho, o aumento e a constância da participação desses segmentos da população feminina na PEA estão igualmente relacionados a um processo intenso de mudanças no qual, como destacado anteriormente, a expansão da escolaridade feminina assume um papel fundamental. No entanto, essa nova identidade feminina que alia trabalho e família se, de um lado, abarca conquistas importantes, por outro, encobre permanência de desigualdades que têm sobrecarregado esse contingente de novas trabalhadoras. A persistência das assimetrias de gênero no que se refere ao trabalho doméstico-familiar (cuidados com a casa e com os filhos e outros familiares) faz com que essas mulheres tenham acúmulos significativos de responsabilidades e horas trabalhadas, principalmente aquelas com filhos pequenos.

Alguns aspectos da composição e situação domiciliar das mulheres em união

A maioria das mulheres em união ocupa a posição de cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio (90,4%). Nas uniões formais, independentemente da ordem, essa posição é ocupada pelas mulheres quase que em sua totalidade. Entre aquelas que estão em união consensual, cerca de 15% delas se distribuem em outras posições. No grupo de mulheres em primeira união de tipo consensual, observa-se uma concentração na condição de filha e de nora do(a) responsável (11,5%) evidenciando a coabitação de mais de um núcleo familiar no domicílio (**Tabela 2.4**).

Tabela 2.4 - Percentual das mulheres unidas por ordem e tipo de união conjugal atual e posição no domicílio. Brasil, 2006.

Ordem de união	Tipo de união	Responsável	Cônjuge	Filha	Nora	Outros	Total	Total de mulheres
Primeira união	Formal	1,2	94,2	2,8	1,5	0,2	100,0	18.046.961
	Informal	1,8	84,7	6,1	5,4	2,1	100,0	9.398.978
	Total	1,4	91,0	3,9	2,8	0,9	100,0	27.445.939
Recasadas	Formal	0,7	95,8	1,0	1,8	0,7	100,0	1.119.594
	Informal	7,0	85,8	3,9	2,2	1,0	100,0	4.790.814
	Total	5,8	87,7	3,4	2,1	1,0	100,0	5.910.408

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

Quando há convivência de mais de um núcleo familiar, as filhas e noras unidas teriam menor poder de gerência sobre o espaço doméstico no qual estão inseridas, comparadas às mulheres que ocupam a posição de responsável ou cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio. A idade da mulher constitui um elemento adicional nessas situações. Em grande parte, as filhas e, principalmente, as noras são mulheres mais jovens (15-24 anos) e nas possíveis combinações e negociações de gênero e geração, o poder e a autonomia doméstica que dispõem podem ser reduzidos. É possível imaginar que uma parcela desses casos seja constituída de núcleos familiares uma fase de transição. Filhas e noras jovens podem estar ainda no início da vida conjugal, eventualmente saindo do domicílio de pais e sogros com o passar do tempo.

No que diz respeito ao grupo de mulheres na posição de pessoa responsável pelo domicílio, a maior concentração está entre as recasadas consensualmente (**Tabela 2.4**) e é composto, em sua maioria, por mulheres acima dos 30 anos de idade. A associação entre a condição de chefia e idade já foi apontada por Oliveira, Sabóia e Soares (2002) ao analisarem censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000. Segundo as autoras, quanto mais se avança nas faixas de idade, maiores são as proporções de mulheres na condição de chefia. Até o censo de 1980, esta condição estava relacionada em sua esmagadora maioria à ausência de um cônjuge. Nos censos de 1991 e 2000, o que se observa é um incremento das proporções de famílias chefiadas por mulheres com cônjuge, principalmente no último censo.

As autoras avaliam que esses casos refletem as mudanças na condição social das mulheres. O aumento da participação das casadas no mercado de trabalho e no sustento financeiro da família estaria alterando a condição de poder e as percepções sobre o papel que as mulheres desempenham na condução da vida familiar, principalmente em contextos sociais onde o desemprego ou subemprego masculino é elevado. Assim, cada vez mais as mulheres se perceberiam como responsáveis pela família tanto quanto seus companheiros.

Ainda segundo Oliveira, Sabóia e Soares (2002) uma mudança conceitual-metodológica no Censo Demográfico de 2000 também teria contribuído para o aumento no número de famílias chefiadas por mulheres com cônjuge. No questionário do último censo o termo “chefe” foi substituído por “pessoa responsável” pelo domicílio. Para as autoras essa modificação é significativa na medida em que suscita interpretações diversificadas. Enquanto a palavra “chefe” está culturalmente associada à figura masculina do provedor e do marido, “pessoa responsável” não remeteria a nenhum dos sexos em particular. Além disso, a

noção de responsabilidade levaria à consideração também de outros aspectos da vida doméstico-familiar que não somente o sustento financeiro. Nesse sentido, a pessoa responsável pode ser tanto a que provém financeiramente quanto aquela que gerencia o espaço doméstico e os cuidados para com os integrantes da família.

A **Tabela 2.5** a seguir apresenta os dados acerca dos arranjos familiares em que se acham envolvidas as mulheres em união em 2006. O tipo principal de arranjo é o constituído por casal com filho, com ou sem a presença de outras pessoas (77,9%), com pequenas diferenças entre as recasadas e as mulheres em primeira união. Os arranjos monoparentais são claramente minoritários. Porém as mulheres unidas informalmente, unidas em primeira união ou recasadas, são as que apresentam proporções mais elevadas.

Tabela 2.5 - Percentual de mulheres unidas por ordem e tipo da união conjugal atual e tipo de arranjo familiar. Brasil, 2006.

Tipo de Família	Primeira união			Recasadas		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Unipessoal*	0,1	0,1	0,1	0,0	0,6	0,5
Casal sem filhos + outros	14,5	19,9	16,4	17,6	18,0	17,9
Casal com filhos + outros	83,6	73,9	80,3	81,1	76,4	77,3
Monoparental Feminino + outros	1,5	4,1	2,4	0,5	3,3	2,8
Monoparental Masculino + outros	0,2	0,9	0,4	0,2	1,1	0,9
Outros arranjos familiares	0,1	1,1	0,5	0,5	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de mulheres	18.045.233	9.398.841	27.444.074	1.119.595	4.790.815	5.910.410

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

* Incluindo arranjos de mulheres unidas em que o companheiro moram em outro domicílio.

Faz-se necessário destacar que em uma parcela desses arranjos, o companheiro atual não mora no domicílio. No total de mulheres em união, 2,1% declararam que não estavam coabitando com o companheiro no momento da entrevista. Nesse grupo de unidas sem companheiro coabitante (716.842 mulheres) - predominantemente urbano (91,7%) - cerca de 70% das mulheres estavam em primeira união e 2/3 delas em união informal. Entre as recasadas sem companheiro coabitante também predominaram as unidas informalmente (97,3%). Isso pode explicar, em parte, a maior concentração de declaração de responsáveis femininas nesse grupo.

Quando se avalia o rendimento domiciliar *per capita* das mulheres em união, aquelas em união consensual se encontram em piores condições financeiras.

Abaixo, a **Tabela 2.6** mostra que, independente da ordem da união, os arranjos familiares da maioria das mulheres unidas consensualmente concentram-se nos quintis inferiores de renda domiciliar *per capita*, destacando-se aquelas que estão em arranjos

“Monoparental” e “Casal com filhos”. Em contraposição, os arranjos familiares das mulheres em união formal estão presentes em proporções mais elevadas nos quintis superiores de rendimento. Em todos os grupos de unidas observam-se percentuais maiores de “Casal sem filhos + outros” e “Unipessoais” nos quintis superiores de rendimento *per capita*.

Tabela 2.6 - Distribuição percentual das mulheres unidas por ordem e tipo de união atual, tipo de arranjo familiar, posição no domicílio e situação de domicílio, segundo quintis de renda domiciliar *per capita*. Brasil, 2006.

Quintis de renda domiciliar <i>per capita</i>	Formal							Informal						
	1o.	2o.	3o.	4o.	5o.	Total	Total de mulheres	1o.	2o.	3o.	4o.	5o.	Total	Total de mulheres
Arranjos familiares														
Primeira união														
Unipessoal	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	10.297	0,0	27,0	0,0	64,9	8,2	100,0	8.531
Casal sem filhos + outros	4,1	8,8	14,1	28,7	44,3	100,0	2.340.479	4,8	11,4	21,5	27,2	35,0	100,0	1.676.254
Casal com filhos + outros	10,8	20,1	21,7	25,4	22,0	100,0	13.711.735	18,1	31,3	24,1	16,1	10,3	100,0	6.340.158
Monoparental Feminino + outros	5,4	29,6	27,7	15,7	21,6	100,0	253.772	12,7	28,5	31,0	20,0	7,8	100,0	356.123
Monoparental Masculino + outros	9,5	22,6	67,9	0,0	0,0	100,0	34.109	22,6	35,6	27,3	0,9	13,5	100,0	85.453
Outros arranjos familiares	0,0	1,9	14,9	40,0	43,2	100,0	19.586	6,2	19,7	20,6	30,7	22,8	100,0	97.481
Recasadas														
Unipessoal	-	-	-	-	-	-	-	0,0	42,3	14,3	20,9	22,5	100,0	26.989
Casal sem filhos + outros	2,6	11,7	5,1	28,2	52,4	100,0	186.538	6,4	13,3	25,4	27,6	27,4	100,0	756.939
Casal com filhos + outros	12,4	22,7	24,9	22,8	17,2	100,0	866.090	19,7	27,8	23,1	18,5	10,8	100,0	3.424.451
Monoparental Feminino + outros	9,4	0,0	0,0	73,8	16,8	100,0	5.244	13,4	32,9	22,0	14,3	17,5	100,0	148.134
Monoparental Masculino + outros	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	2.372	31,3	46,2	20,0	2,5	0,0	100,0	31.698
Outros arranjos familiares	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	5.891	0,0	29,8	51,2	19,1	0,0	100,0	29.051
Posição no domicílio														
Primeira união														
Responsável	10,6	19,4	20,5	25,4	24,1	100,0	214.501	8,6	21,4	19,3	18,0	32,7	100,0	149.003
Cônjuge	9,9	18,4	20,5	25,7	25,5	100,0	15.411.647	15,1	27,2	23,7	19,4	14,7	100,0	7.267.006
Filha	6,1	19,3	22,3	32,3	20,0	100,0	459.243	14,1	23,5	35,6	3,7	23,1	100,0	518.059
Nora	1,8	27,3	39,9	13,4	17,7	100,0	248.088	21,6	33,2	17,3	18,2	9,6	100,0	460.628
Outros	3,7	26,9	13,3	31,8	24,2	100,0	38.230	10,0	30,6	18,9	27,4	13,0	100,0	169.440
Recasadas														
Responsável	3,0	37,8	28,3	12,9	18,1	100,0	5.625	8,7	28,2	26,6	23,8	12,7	100,0	317.913
Cônjuge	10,9	21,2	20,9	22,9	24,1	100,0	1.022.752	17,7	24,7	22,8	20,3	14,5	100,0	3.788.119
Filha	2,3	0,0	58,0	39,8	0,0	100,0	9.723	14,7	45,3	19,3	10,8	9,8	100,0	183.052
Nora	0,0	0,0	13,1	75,3	11,7	100,0	20.354	20,7	18,5	49,5	11,3	0,0	100,0	85.411
Outros	3,6	0,0	19,7	76,7	0,0	100,0	7.681	26,5	27,6	37,8	5,7	2,4	100,0	42.767
Situação de domicílio														
Primeira União														
Urbano	5,9	15,1	20,7	28,4	29,9	100,0	13.155.513	12,5	23,2	25,5	20,8	18,1	100,0	6.833.280
Rural	25,2	33,0	21,2	14,8	5,8	100,0	3.222.191	25,8	43,2	17,6	9,7	3,7	100,0	1.737.353
Recasadas														
Urbano	8,7	18,7	22,1	25,3	25,1	100,0	949.943	16,0	23,8	24,0	20,9	15,3	100,0	3.833.208
Rural	25,4	35,4	13,1	16,3	9,7	100,0	116.189	24,1	38,4	20,5	12,7	4,3	100,0	584.053

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.
N = 30.431.731 Missing = 2.927.250 (8,8%)

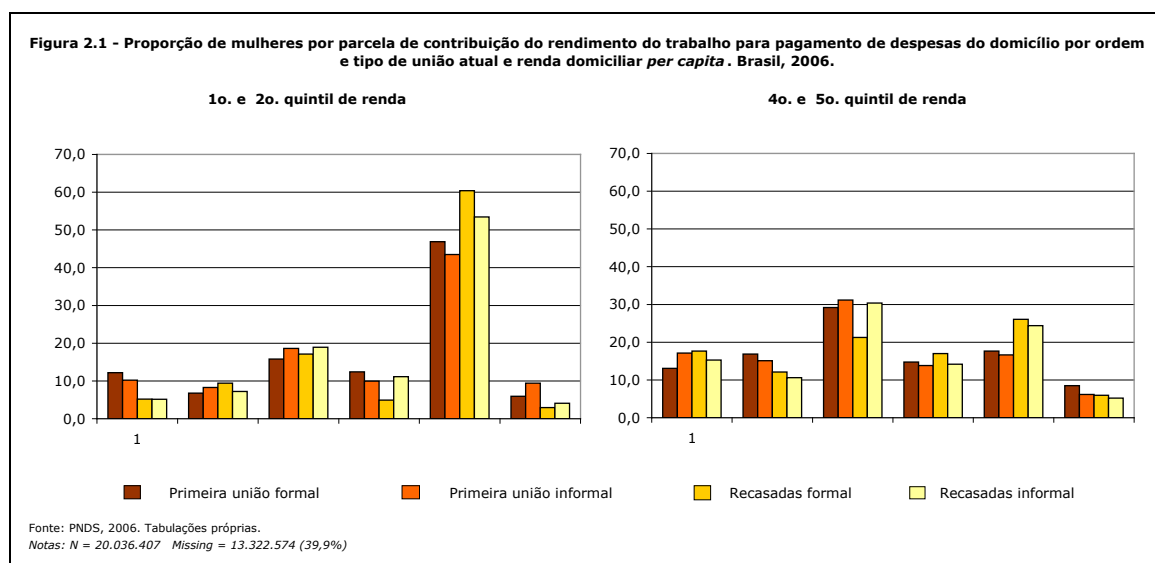
Ao considerar a posição no domicílio (**Tabela 2.6**), nota-se que entre as mulheres que são responsáveis, aquelas em primeira união se distribuem em maiores proporções nos quintis mais elevados de renda domiciliar *per capita* do que as recasadas. As cônjuges, filhas e noras que são unidas formalmente encontram-se em melhores condições financeiras do que aquelas que estão em união consensual.

Na **Tabela 2.6** também podemos observar que independente da ordem ou do tipo de união conjugal atual, as mulheres rurais estão em piores condições financeiras, concentrando-se em proporções elevadas nos quintis de menor rendimento domiciliar *per capita*, destacando-se os percentuais das mulheres recasadas formais.

Ao avaliar o quanto do rendimento percebido pelas mulheres é utilizado para o pagamento das despesas do domicílio em que residem, observamos que uma proporção

maior de mulheres que estão nos quintis inferiores de rendimento domiciliar *per capita* declarou que contribui com todo seu rendimento para o pagamento das despesas do domicílio, destacando-se as mulheres recasadas formais (60,4%) (**Figura 2.1**).

Nos quintis superiores de renda domiciliar per capita, a maioria das mulheres contribui com até a metade de seu rendimento para o pagamento de despesas do domicílio. E, novamente, observamos que uma parcela maior de mulheres recasadas formalmente contribui com o total de seu rendimento para o pagamento de despesas do domicílio (**Figura 2.1**).



Com base nas séries da PNAD, Hoffman e Leone (2004) mostram que no período de 1981 a 2002, há um crescimento constante no peso relativo do rendimento feminino na composição do rendimento total dos domicílios. Para os autores essa situação não decorre de um aumento nos rendimentos percebidos pelas mulheres que trabalham, mas é resultado da combinação de alguns fatores como a ampliação da força de trabalho feminina, a redução e precarização da participação masculina no mercado de trabalho e do crescimento dos domicílios com mulheres sem cônjuge, por diminuição dos casamentos e aumento das separações.

Características da vida reprodutiva e da fecundidade das mulheres unidas

Em 1996, a PNDS apontava em seus resultados para redução da idade de iniciação sexual e sua maior dissociação com a vida conjugal. Enquanto a idade mediana da primeira relação sexual passou de 20 para 18 anos de idade quando comparados os grupos etários de

45-49 anos e 25-29 anos, a idade à primeira união praticamente se manteve em torno dos 21 anos e o nascimento do primeiro filho por volta dos 22 anos (SIMÃO et. al., 2006).

Na PNDS 2006 observamos que as mulheres recasadas iniciaram sua vida sexual em idades mais jovens do que aquelas que estão em primeira união (**Tabela 2.7**).

Tabela 2.7 - Distribuição percentual das mulheres unidas quanto à faixa de idade de início da vida sexual, da primeira união, da primeira gravidez e do primeiro filho nascido vivo por ordem e tipo da união atual. Proporção das mulheres unidas por diferença de idade na ocorrência da primeira relação sexual, da primeira gravidez e do primeiro filho nascido vivo em relação ao início da vida conjugal com primeiro companheiro. Idade mediana à primeira relação sexual, à primeira união, à primeira gravidez e ao nascimento do primeiro filho nascido vivo por ordem e tipo de união atual. Brasil, 2006.

Eventos	Idade	Uma união			Mais de uma união		
		Formal	Informal	Total de mulheres	Formal	Informal	Total de mulheres
Primeira relação sexual	<15 anos	6,3	18,0	2.790.045	24,5	28,8	1.620.744
	15-20 anos	67,5	69,3	18.484.578	68,4	65,9	3.847.662
	>20 anos	26,3	12,7	5.874.244	7,1	5,3	327.264
	Total	100,0	100,0	27.148.867	100,0	100,0	5.795.670
Primeira relação sexual-Primeira união	Na mesma idade	52,8	32,5	12.453.187	52,4	48,0	2.830.326
	Antes da 1a. união	47,2	67,5	14.695.288	47,6	52,0	2.964.611
	Total	100,0	100,0	27.148.475	100,0	100,0	5.794.937
Idade mediana à primeira relação sexual		18	17		16	16	
Primeira união	<15 anos	2,2	6,9	1.039.852	12,0	15,0	850.195
	15-20 anos	52,3	56,0	14.673.974	72,2	67,5	4.030.444
	>20 anos	45,5	37,1	11.667.571	15,9	17,5	1.014.513
	Total	100,0	100,0	27.381.397	100,0	100,0	5.895.152
Idade mediana à primeira união		20	19		17	17	
Primeira Gravidez	<15 anos	2,1	6,1	782.223	9,9	9,7	547.161
	15-20 anos	47,1	61,3	12.108.720	67,0	67,8	3.791.085
	>20 anos	50,9	32,6	10.558.180	23,1	22,4	1.262.987
	Total	100,0	100,0	23.449.123	100,0	100,0	5.601.233
Primeira Gravidez-Primeira União	Na mesma idade	30,8	31,7	7.327.346	31,7	29,3	1.683.142
	Antes da 1a. união	13,9	30,3	4.511.372	19,5	22,5	1.238.506
	Depois da 1a. união	55,3	37,9	11.717.027	48,9	48,1	2.727.968
	Total	100,0	100,0	23.555.745	100,0	100,0	5.649.616
Idade mediana à primeira gravidez		21	18		18	18	
Primeiro FNV	<15 anos	0,9	2,7	328.162	3,4	4,3	225.403
	15-20 anos	39,8	57,5	10.404.318	64,6	67,5	3.664.259
	>20 anos	59,3	39,8	12.196.555	32,0	28,2	1.583.039
	Total	100,0	100,0	22.929.035	100,0	100,0	5.472.701
Primeiro FNV-Primeira União	Na mesma idade	14,8	17,9	3.626.603	16,0	18,6	999.887
	Antes da 1a. união	6,4	18,9	2.378.938	10,6	13,1	696.787
	Depois da 1a. união	78,7	63,2	16.961.383	73,4	68,2	3.821.531
	Total	100,0	100,0	22.966.924	100,0	100,0	5.518.205
Idade mediana ao primeiro FNV		21	19		19	18	

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

Notas:Primeira relação sexual missing = 414.443 (1,2%)

Primeira Gravidez missing = 4.308.625 (12,9%)

Primeiro FNV missing = 4.957.245 (14,8%)

Para a maioria das mulheres em união informal, destacadamente no grupo em primeira união, a iniciação sexual não coincide com o início da vida conjugal como ocorre nos grupos de mulheres em união formal (**Tabela 2.7**).

A experiência da primeira gravidez ocorreu para grande parte das mulheres unidas entre as idades de 15 a 20 anos (54,4%) e, na maioria dos casos, se deu após dois anos do início da vida conjugal com o primeiro parceiro (70,3%). A maioria das recasadas passou por essa experiência em idades um pouco mais jovens do que as unidas em primeira união. O que é de se esperar na medida em que igualmente a iniciação sexual nesse grupo ocorreu mais cedo. De fato, a maior diferença é apresentada pelo grupo de unidas formalmente em primeira união. Comparadas aos demais grupos de mulheres unidas, em sua maioria, eram mais velhas quando a primeira gravidez ocorreu e em maior proporção (79,4%) esteve associada com a experiência de vida conjugal, pois aconteceu na mesma idade ou nos anos iniciais (em torno de 2 anos) da convivência com primeiro companheiro (**Tabela 2.7**).

No que se refere ao primeiro filho nascido vivo, as mulheres unidas formalmente em primeira união e as recasadas consensualmente diferem de maneira mais destacada quanto à idade em que o evento ocorreu. Cerca de três anos de diferença, marcam a experiência desses grupos de mulheres, sendo a maioria das recasadas informais mais jovens ao nascimento do primeiro FNV (**Tabela 2.7**).

A idade de início da vida sexual e do nascimento do primeiro filho são marcadores importantes na avaliação dos níveis e das tendências de fecundidade. O primeiro, e em alguns casos também a idade à primeira união, marcam o início da exposição das mulheres ao risco de engravidar. Assim, quanto mais jovens as mulheres começam a ter relações sexuais, maior seu tempo de risco de procriar e de vir a ter uma ordem elevada de filhos.

Ao observar a parturição das mulheres até os 24 anos e de 45-49 anos de idade segundo a faixa de idade em que iniciaram a vida sexual (**Tabela 2.8**), nota-se que no grupo que teve sua primeira relação sexual antes dos 15 anos, a proporção de mulheres mais velhas com 5 filhos ou mais é mais elevada do que nas demais faixas, com destaque para o grupo de mulheres recasadas consensualmente e em primeira união formal. Entre as mais jovens, a parcela das mulheres em primeira união que teve até 2 filhos pouco difere entre aquelas que iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos e aquelas que tiveram a primeira relação entre os 15-20 anos de idade (2,3 p.p. entre as unidas formais e 7,8 p.p. nas informais). A maior diferença apareceu entre as recasadas, na medida em que no grupo que iniciou a vida sexual antes dos 15 anos há uma maior proporção de mulheres com 3-4 filhos (**Tabela 2.8**).

Interessante destacar a maior proporção de mulheres mais velhas que não tiveram filhos no grupo que iniciou a vida sexual depois dos 20 anos, abrangendo 1/3 das mulheres de 45-49 anos recasadas informalmente.

Tabela 2.8 - Proporção de mulheres unidas até 24 anos e de 45-49 anos de idade pelo número total de filhos nascidos vivos, segundo ordem e tipo da união atual e faixa etária de início da vida sexual. Brasil, 2006.

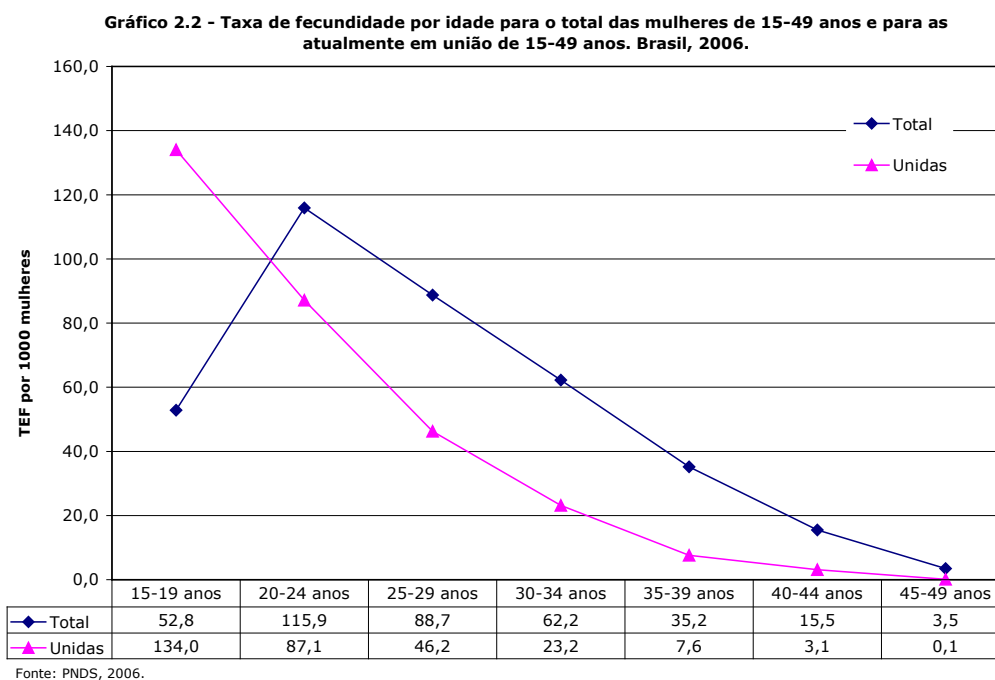
Início da vida sexual	<15 anos		15-20 anos		>20 anos	
	Até 24 anos	45-49 anos	Até 24 anos	45-49 anos	Até 24 anos	45-49 anos
Primeira União Formal						
Nenhum	29,7	3,4	36,0	7,0	89,7	12,3
1-2 filhos	64,2	20,3	61,9	40,3	10,3	65,8
3-4 filhos	4,9	11,9	2,1	40,4	0,0	17,6
5 filhos e mais	1,1	64,3	0,0	12,3	0,0	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de mulheres	263.043	124.831	1.859.362	1.616.009	155.666	1.076.855
Primeira União Informal						
Nenhum	25,3	0,0	39,9	7,2	81,0	15,3
1-2 filhos	65,1	47,0	57,3	38,5	19,0	62,9
3-4 filhos	8,8	0,0	2,8	42,5	0,0	21,5
5 filhos e mais	0,7	53,0	0,0	11,8	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de mulheres	1.038.617	9.461	2.613.787	202.208	71.254	116.087
Recasada Formal						
Nenhum	11,8	1,4	0,0	1,9	-	0,0
1-2 filhos	69,0	57,1	97,1	26,9	-	74,4
3-4 filhos	19,2	40,3	2,9	47,7	-	25,6
5 filhos e mais	0,0	1,2	0,0	23,5	-	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
Total de mulheres	35.891	64.588	70.833	143.003	-	29.080
Recasada Informal						
Nenhum	14,8	0,7	14,4	5,4	100,0	33,6
1-2 filhos	51,0	14,8	67,6	28,3	0,0	32,2
3-4 filhos	32,2	19,5	18,0	38,3	0,0	25,3
5 filhos e mais	2,0	64,9	0,0	28,0	0,0	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de mulheres	362.962	166.614	264.548	489.162	1.384	76.171

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

Ao analisar com certa atenção essas proporções pode-se perceber que, mesmo com a diminuição na idade média da iniciação sexual, a parturição de grande parcela das mulheres em união nos grupos destacados acima não se mostra elevada.

Em certa medida, esse aumento no tempo de exposição ao risco de engravidar, devido a iniciação sexual em idades cada vez mais jovens, tem sido amenizada por uma série de outras mudanças nas concepções e práticas sexuais e reprodutivas femininas, tais como, o melhor conhecimento e acesso aos métodos contraceptivos e difusão de um ideal de família reduzida. Isso é claramente demonstrado pelas reduzidas taxas de fecundidade observadas.

A fecundidade corrente das mulheres em união, calculada para o período de três anos anteriores à pesquisa, apresenta níveis bem baixos, com a Taxa de Fecundidade Total (TFT) em 1,5. A TFT da população total de mulheres de 15-49 anos ficou em 1,8 (**Gráfico 2.2**).



A baixa parturição das mulheres unidas pode ser igualmente observada pelo número médio de filhos nascidos vivos. Entre as mulheres em primeira união a média foi de 1,8 filhos e 2,6 filhos para as recasadas. O cálculo padronizado do número médio de filhos nascidos vivos revela que as mulheres recasadas, como esperado, possuem uma média de filhos mais elevada do que as mulheres do grupo em primeira união, considerando várias características sócio-demográficas (**Tabela 2.9**). Independente da ordem da atual união conjugal, as mulheres rurais, as negras, as de menor escolaridade e as que estão nos quintis inferiores de rendimento domiciliar *per capita* são aquelas que, em média, tiveram mais filhos nascidos vivos.

Tabela 2.9 - Número médio de filhos nascidos vivos das mulheres segundo ordem de união e grupo quinquenal de idade e características selecionadas.

Brasil, 2006

	<u>Primeira União</u>	<u>Recasadas*</u>
	1,8	2,6
Tipo de união		
Formal	1,9	2,5
Informal	1,9	2,8
Situação de domicílio		
Urbano	1,7	2,3
Rural	2,5	3,0
Cor		
Branças	1,6	2,4
Pretas e Pardas	2,1	2,8
Anos de estudo		
Nenhum	3,2	4,5
1-4 anos	3,3	4,9
5-8 anos	2,2	3,0
9-11 anos	1,8	2,1
12 anos e mais	1,9	3,4
Quintis de Rendimento domiciliar per capita		
1o. Quintil	2,9	3,7
2o. Quintil	2,3	2,8
3o. Quintil	1,7	2,4
4o. Quintil	1,4	1,9
5o. Quintil	1,0	1,5

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

Notas: *Dados padronizados pela estrutura etária das mulheres em primeira união, em união formal, urbanas, brancas, nenhum ano de estudo, sem rendimento.

Por escolaridade e rendimento, os dados reiteram a tendência de que quanto maior a faixa de anos de estudo e de renda, menor o número médio de filhos tidos pelas mulheres.

No que se refere à média de filhos nascidos vivos por anos de estudo da mãe, as recasadas apresentam médias mais elevadas (acima de 4 filhos) ou bem próximas das mulheres em primeira união com nenhum ou até 4 anos de estudos (em torno de 3 filhos). Exceção feita às recasadas com 9 a 11 anos de estudo, em que a média de filhos é próxima da observada para as mais escolarizadas do grupo em primeira união (**Tabela 2.9**).

Quando considerados os quintis de renda domiciliar *per capita*, observa-se que nos dois grupos de unidas, as mulheres que estão no quintil inferior tem em média 2 filhos a mais do que as mulheres que estão no quintil mais elevado. Nos quintis de rendimento domiciliar *per capita* mais baixos se observa que as mulheres recasadas tiveram em média 1 filho a mais do que as mulheres em primeira união. Essa diferença foi bem menor nos quintis superiores de rendimento (**Tabela 2.9**).

Quanto à satisfação com o número de filhos tidos, a **Tabela 2.10** mostra que a partir do terceiro filho nascido vivo, uma proporção maior de mulheres declara que teve um número maior de filhos do que desejaria ter, destacadamente as mulheres em união informal. Observa-se que uma proporção maior de recasadas do que de mulheres em primeira união declarou-se satisfeita em não ter tido filhos.

Tabela 2.10 - Percentual das mulheres unidas segundo a satisfação do desejo por filhos, por ordem e tipo de união conjugal e número de filhos nascidos vivos. Brasil, 2006.

Tipo	FNV	Primeira união				Recasadas					
		Tem os filhos que gostaria de ter	Tem mais filhos do que gostaria de ter	Tem menos filhos do que gostaria de ter	Total	Total de mulheres	Tem os filhos que gostaria de ter	Tem mais filhos do que gostaria de ter	Tem menos filhos do que gostaria de ter	Total	Total de mulheres
Formal	Nenhum	2,7	0,0	97,3	100,0	2.305.824	10,8	0,0	89,2	100,0	40.454
	1-2 filhos	48,4	5,6	46,0	100,0	11.078.423	44,6	10,0	45,4	100,0	564.045
	3-4 filhos	47,9	37,4	14,7	100,0	3.780.229	40,2	45,6	14,2	100,0	420.039
	5-6 filhos	24,6	64,3	11,1	100,0	665.679	11,7	75,8	12,5	100,0	71.838
	7 ou mais filhos	16,7	74,8	8,5	100,0	216.806	35,2	53,4	11,4	100,0	23.219
	Total	41,2	14,6	44,3	100,0	18.046.961	39,4	28,1	32,5	100,0	1.119.595
Informal	Nenhum	3,0	0,0	97,0	100,0	2.175.822	7,6	0,0	92,4	100,0	351.751
	1-2 filhos	41,3	11,1	47,6	100,0	5.514.731	44,4	16,4	39,3	100,0	2.059.276
	3-4 filhos	34,3	55,5	10,2	100,0	1.407.104	26,2	57,7	16,1	100,0	1.723.030
	5-6 filhos	15,1	76,4	8,5	100,0	267.228	20,2	75,3	4,5	100,0	396.801
	7 ou mais filhos	17,4	78,2	4,4	100,0	36.726	4,8	90,9	4,4	100,0	259.960
	Total	30,5	17,3	52,2	100,0	9.401.611	31,0	39,0	30,1	100,0	4.790.818

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

As mulheres que gostariam de ter mais filhos do que tiveram concentram-se nas idades mais jovens, até 29 anos, exceção feita às recasadas formalmente, onde a insatisfação atinge em maior número aquelas com até 24 anos. As parcelas mais insatisfeitas pelo número mais elevado de filhos do que o desejado se encontram bem distribuídas pelos grupos etários das mulheres recasadas informalmente (**Tabela 2.11**).

Tabela 2.11 - Percentual das mulheres unidas segundo a satisfação do desejo por filhos, por ordem e tipo de união conjugal e grupo etário. Brasil, 2006.

Tipo	Idade	Primeira união				Recasadas					
		Tem os filhos que gostaria de ter	Tem mais filhos do que gostaria de ter	Tem menos filhos do que gostaria de ter	Total	Total de mulheres	Tem os filhos que gostaria de ter	Tem mais filhos do que gostaria de ter	Tem menos filhos do que gostaria de ter	Total	Total de mulheres
Formal	15-19 anos	10,3	0,5	89,2	100,0	563.719	0,0	0,0	100,0	100,0	2.252
	20-24 anos	19,7	5,4	74,9	100,0	1.718.919	34,9	17,4	47,7	100,0	104.472
	25-29 anos	29,9	10,2	59,9	100,0	2.557.664	39,7	30,9	29,3	100,0	135.102
	30-34 anos	43,0	15,4	41,6	100,0	3.207.749	34,9	33,2	31,9	100,0	257.599
	35-39 anos	49,0	15,4	35,6	100,0	3.346.753	56,6	12,7	30,7	100,0	190.431
	40-44 anos	53,3	18,5	28,2	100,0	3.742.976	35,9	33,6	30,5	100,0	173.334
	45-49 anos	43,2	19,5	37,3	100,0	2.909.180	35,5	33,9	30,6	100,0	256.406
	Total	41,2	14,6	44,3	100,0	18.046.960	39,4	28,1	32,5	100,0	1.119.596
Informal	15-19 anos	12,3	5,5	82,2	100,0	1.345.216	16,6	5,0	78,4	100,0	124.541
	20-24 anos	23,2	13,2	63,6	100,0	2.392.699	31,4	30,2	38,4	100,0	510.161
	25-29 anos	35,2	21,9	42,8	100,0	2.000.701	28,1	30,3	41,6	100,0	806.948
	30-34 anos	39,2	23,9	36,9	100,0	1.377.273	31,5	37,7	30,8	100,0	808.895
	35-39 anos	38,9	22,1	39,1	100,0	1.090.114	31,2	43,4	25,4	100,0	1.042.560
	40-44 anos	46,9	14,0	39,1	100,0	832.020	39,6	39,1	21,3	100,0	721.327
	45-49 anos	25,2	31,0	43,8	100,0	363.589	27,3	54,2	18,5	100,0	776.380
	Total	30,5	17,3	52,2	100,0	9.401.612	31,0	39,0	30,1	100,0	4.790.818

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

Ao analisar pelos quintis de rendimento domiciliar *per capita* (**Tabela 2.12**) é possível notar que as mulheres em uniões formais são aquelas que em maiores proporções estão satisfeitas com o número de filhos tidos. As mulheres que declararam ter uma prole

maior do que gostariam estão em maiores parcelas nos quintis inferiores de renda de todos os grupos de mulheres unidas, destacando-se os percentuais mais elevados das mulheres recasadas informalmente. Em contraposição, são observadas altas proporções de mulheres em primeira união e de recasadas formais de quintis superiores de renda que declararam possuir um número menor de filhos do que desejavam ter.

Tabela 2.12 - Percentual das mulheres unidas segundo a satisfação do desejo por filhos, por ordem e tipo de união conjugal e quintil de rendimento domiciliar per capita . Brasil, 2006.

Tipo	Quintil de rendimento	Primeira união					Recasadas				
		Tem os filhos que gostaria de ter	Tem mais filhos do que gostaria de ter	Tem menos filhos do que gostaria de ter	Total	Total de mulheres	Tem os filhos que gostaria de ter	Tem mais filhos do que gostaria de ter	Tem menos filhos do que gostaria de ter	Total	Total de mulheres
Formal	1o.	32,6	36,8	30,6	100,0	1.588.838	36,9	39,6	23,5	100,0	112.623
	2o.	42,3	22,7	35,0	100,0	3.046.714	24,1	31,9	44,0	100,0	218.599
	3o.	41,0	14,0	45,0	100,0	3.406.544	39,6	43,5	16,9	100,0	225.264
	4o.	43,9	11,8	44,3	100,0	4.206.423	55,2	23,8	20,9	100,0	259.757
	5o.	37,7	5,3	57,0	100,0	4.123.189	37,7	13,5	48,8	100,0	249.889
Informal	1o.	30,3	32,4	37,4	100,0	1.299.156	18,2	59,5	22,3	100,0	754.304
	2o.	32,3	23,3	44,4	100,0	2.332.733	33,1	44,5	22,4	100,0	1.136.151
	3o.	34,6	16,3	49,1	100,0	2.045.428	30,2	39,1	30,7	100,0	1.040.675
	4o.	31,3	9,3	59,4	100,0	1.586.298	37,1	25,0	37,8	100,0	876.557
	5o.	22,7	6,2	71,2	100,0	1.303.155	39,0	24,9	36,0	100,0	609.572

Fonte: PNDS, 2006. Tabulações próprias.

No que se refere ao desejo do parceiro sobre o número de filhos, na maioria dos casos há concordância entre os desejos das mulheres e dos parceiros. Em maioria, as discordâncias referem-se ao fato de os parceiros desejarem, segundo a opinião delas, um número maior de filhos do que elas gostariam de ter. Este é o caso de quase metade do grupo de recasadas formalmente. O interessante é que, igualmente, esse grupo concentra a maior parcela, cerca de 25%, das discordâncias relativas ao desejo masculino por um número menor de filhos do que a mulher gostaria de ter.

Olhares mais acurados para as diferenças e desigualdades

Nessa análise descritiva e exploratória das informações sobre as mulheres em união, os resultados destacam que há diferenças importantes relacionadas à ordem, mas principalmente, ao tipo de união conjugal vivido pelas mulheres. Comparadas às mulheres em união formal, as unidas consensualmente, em vários aspectos, estariam em condições sociais mais desfavoráveis, principalmente as mulheres recasadas. Contudo, análises mais aprofundadas são necessárias para avaliar que tipo de efeito a conjugalidade, em conjunto com outras dimensões como escolaridade, trabalho e renda, exerce na geração ou manutenção de desigualdades sociais.

***Gravidez na adolescência e bem-estar infantil:
A idade da mãe é um fator determinante?***¹⁶

Estudos recentes têm demonstrado que a fecundidade brasileira sofreu nos últimos anos um processo de rejuvenescimento (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005). Resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS) de 2006 corroboram esta tese. A fecundidade das mulheres de 15 a 24 anos representa 53% da fecundidade total da população feminina. A idade mediana ao ter o primeiro filho diminuiu de 22,4 anos em 1996, para 21 anos em 2006 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Parte deste rejuvenescimento é devido ao aumento da fecundidade entre adolescentes entre 15 e 19 anos. Contudo, alguns especialistas relativizam a participação que a fecundidade adolescente vem desempenhando na fecundidade total brasileira, argumentando que ela tem se sobressaído justamente porque a fecundidade em outras idades nunca esteve em níveis tão baixos como agora.

Mas não é só frente à fecundidade de outros grupos etários que a gravidez na adolescência ganha relevância no Brasil. Uma análise exploratória preliminar dos dados da PNDS 2006 revela que 23,2% das adolescentes brasileiras de 15-19 anos já iniciaram sua vida reprodutiva – 16,2% são mães e 5,5% encontravam-se grávidas pela primeira vez na época da entrevista e 1,5% havia vivenciado uma gravidez sem que tenha resultado em filho nascido vivo. Dez anos antes, esses índices eram mais baixos, com 18% das adolescentes tendo iniciado sua vida reprodutiva – 14% eram mães e 4% encontravam-se grávidas (BRANDÃO, 2006: 64). Ou seja, em 2006 há mais adolescentes exercendo ou em vias de exercer papéis sociais próprios da maternidade.

A gravidez na adolescência tem despertado atenção e mesmo certa perplexidade. A mídia e a opinião pública ora condenam moralmente a gravidez na adolescência ou criticam a irresponsabilidade juvenil, ora demonstram compaixão pelas meninas grávidas. O Brasil sofreu profundas mudanças nos últimos quarenta anos tanto na esfera familiar quanto pública. Quando comparada à realidade de gerações anteriores, as jovens de hoje teriam potencialmente melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, são mais escolarizadas que os garotos de sua geração e estão mais bem informadas sobre gravidez e anticoncepção que suas mães quando tinham a mesma idade. Pesa sobre as

¹⁶ O texto que compõe este capítulo foi apresentado por Maria Coleta F. A. de Oliveira e Joice Melo Vieira na *XXVI IUSSP International Population Conference. Poster Session 2: Fertility, Family and Children*, Marrakech, Marrocos, de 27 de setembro a 02 de outubro de 2009.

jovens a expectativa social de que, para elas, estão abertas alternativas antes inexistentes, já que o casamento e a maternidade não são a única opção como outrora. Não raro a gravidez na adolescência é associada a uma imagem de atraso que contrasta com a pretensa modernidade alcançada pelo país. Há mesmo quem a considere um retrocesso nas conquistas femininas do último século.

Em uma leitura crítica da literatura brasileira sobre gravidez na adolescência Heilborn (2006) identifica três linhas discursivas. A primeira, seguida por médicos, epidemiologistas e alguns demógrafos, trata a questão como um problema de saúde pública (CAMARANO, 1998). Ressalta que uma gravidez na adolescência representa um risco à saúde tanto da mãe (que está mais exposta a um aborto espontâneo, parto prematuro e mesmo óbito), quanto do filho (mais suscetível a apresentar baixo peso ao nascer e a morrer ao longo do primeiro ano de vida). A segunda linha discursiva vê a gravidez na adolescência como um risco psicossocial para as adolescentes e seus filhos. Destaca as limitações que uma gravidez precoce impõe ao desenvolvimento das adolescentes, sua incapacidade financeira e imaturidade emocional para educar uma criança. Normalmente aponta como causa do problema o clima de forte erotização precoce que impregna a cultura brasileira; a falta de autoridade dos pais; e a falta de educação, que impede o controle da própria sexualidade. A gravidez na adolescência nos colocaria, por conseguinte, diante de uma espécie de problema moral (SERRA, 1999). O terceiro tipo de discurso associa a gravidez na adolescência ao próprio contexto de pobreza (SOUZA, 1998). É ao mesmo tempo causa e consequência da pobreza. O principal argumento desta linha é de que as meninas engravidam devido à falta de informação ou de acesso aos métodos contraceptivos, ou ainda pela ausência de um projeto de vida alternativo à maternidade.

O presente estudo busca testar hipóteses acerca das desvantagens que a gravidez na adolescência representa para as jovens e seus filhos, lançando mão dos dados recém divulgados da PNDS 2006. Na primeira parte, apresentamos um quadro geral da gravidez na adolescência no país e seu impacto na fecundidade brasileira, bem como uma caracterização sócio-demográfica das mães adolescentes na época da pesquisa. Em seguida, são analisadas as informações acerca das percepções das adolescentes e jovens sobre sua experiência de gravidez e de maternidade precoces, envolvendo as razões a que atribuem o que aconteceu com elas e suas próprias avaliações sobre os impactos desses eventos em suas vidas. Na parte final do trabalho, o foco da análise desloca-se das jovens mães para seus filhos com idades que variam de 0 a 4 anos, focalizando algumas dimensões associadas ao bem estar infantil. Como *proxy* do nível de bem-estar das crianças

filhas de mães adolescentes comparamos três indicadores. O primeiro diz respeito à circulação da criança, avaliando a possibilidade de mães adolescentes transferirem para outros adultos a criação de seus filhos. O segundo indicador diz respeito à existência ou não de algum déficit revelado por meio de avaliações antropométricas das crianças. O terceiro indicador refere-se à possibilidade de filhos de mães muito jovens poderem estar submetidos a um maior risco de acidentes.

Dados e método

A PNDS 2006 corresponde à terceira aplicação da *Demographic and Health Survey* (DHS) no Brasil. Houve duas edições anteriores desta pesquisa realizadas em 1986 e 1996. Embora tenha sofrido modificações em relação às edições anteriores, a PNDS 2006 permite comparações com suas congêneres realizadas no Brasil e em outros países em desenvolvimento.

A principal população alvo da PNDS 2006 são mulheres de 15 a 49 anos de idade e seus filhos menores de 5 anos. Possui representatividade nacional e permite a desagregação dos dados para as cinco grandes regiões administrativas brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), bem como segundo a situação de domicílio (Rural/Urbano).

A amostra segue o modelo estratificado de conglomerados aleatórios simples em duas etapas. A primeira etapa consistiu no sorteio aleatório dos conglomerados (setores censitários) e a segunda, no sorteio dos domicílios que seriam entrevistados. Foram entrevistados 14.617 domicílios e 15.575 mulheres em idade reprodutiva. Obteve-se também informações gerais sobre cerca de 27 mil filhos nascidos vivos, dos quais aproximadamente cinco mil tinham idade inferior a 5 anos. Para estes últimos, houve refinamento do inquérito.

A PNDS 2006 cobre um amplo leque de interesses relacionados à saúde feminina e infantil. Disponibiliza dados sobre características gerais do domicílio e de todos os seus moradores, além de focalizar questões de segurança alimentar. Nas entrevistas com a população feminina em idade reprodutiva os pontos abordados são: reprodução; anticoncepção; conjugalidade e atividade sexual; planejamento da fecundidade; características do cônjuge e trabalho da mulher; história de todos os filhos nascidos vivos e acesso a medicamentos. Coletaram-se também medidas antropométricas e amostras do sangue para análise em laboratório e detecção de anemia. Em específico para os filhos nascidos a partir de janeiro de 2001, levantaram-se informações sobre o histórico da

gravidez e do parto destas crianças, dados sobre amamentação e nutrição, saúde (vacinação, presença de sintomas de enfermidades; acidentes envolvendo estas crianças menores); peso e altura da criança e por fim, coletou-se sangue para análise clínica.

Baseado nas idades à primeira gravidez e ao ter o primeiro filho, mulheres de todas as idades foram classificadas como tendo iniciado vida reprodutiva na adolescência sempre que uma dessas idades se mostrou inferior a 20 anos. Buscou-se testar a hipótese de que a precocidade da vida reprodutiva das mães teria impacto sobre o bem-estar dos filhos. Ou seja, se os filhos menores de 5 anos destas mulheres que iniciaram vida reprodutiva mais cedo apresentavam algum tipo de defasagem de peso ou altura para a idade; e se estariam mais expostos a acidentes que podem ter implicações graves (quedas, intoxicação, queimaduras, etc.). Para crianças de 0 a 14 anos, investigou-se a associação entre o início de uma vida reprodutiva precoce por parte da mãe e o risco de circulação destas crianças. As mães muito jovens estariam mais propensas a delegar temporária ou definitivamente tarefas maternas cotidianas de cuidado e educação a terceiros? Uma forma ainda que rudimentar de captar isso é identificando se mãe e filho convivem no mesmo domicílio.

Os resultados aqui analisados baseiam-se na aplicação de modelos logísticos de uma única variável e de múltiplas variáveis (HOSMER e LEMESHOW, 2000; HAIR Jr. et al., 2006). Em algumas situações variáveis que seriam importantes do ponto de vista teórico não se revelaram significativas quando o modelo passa a ser controlado por outras variáveis.

Um primeiro modelo visa investigar a associação de características sócio-demográficas com a variável resposta “início de vida reprodutiva precoce” (antes dos 20 anos de idade). Como o foco da PNDS eram as crianças nascidas a partir de janeiro de 2001, uma moça de 24 anos em 2006 poderia ser a mãe adolescente de uma dessas crianças, se tivesse dado a luz aos 19 anos. Portanto, entraram neste modelo as observações referentes às jovens de 15-24 anos. Embora pudesse ser interessante construir o modelo com mulheres de 15-49 anos, quanto mais tempo tivesse transcorrido desde o nascimento do filho, e as mulheres fossem se distanciando da adolescência, mais difícil seria assumir que as características atuais das mulheres são as mesmas que elas tinham quando foram mães pela primeira vez. As chances de haver migrado podem ser maiores, de terem retomado os estudos, de serem unidas hoje, mas solteiras quando foram mães adolescentes, etc. Enfim, haveria uma série de mudanças que poderiam ter se processado depois de uma gravidez/maternidade precoce, de forma a que a probabilidade de que as características atuais da mulher sejam diferentes daquelas do momento em que vivenciou a

gravidez/maternidade precoce aumenta com a idade. Para as mais jovens, o evento foi recente, por isso é factível imaginar que boa parte das características sócio-demográficas devem ter se mantido similares, embora a situação conjugal possa ter mudado.

Os três modelos seguintes – que consideraram respectivamente como variáveis respostas: 1) estar em circulação (não residir com a mãe); 2) apresentar algum tipo de déficit (de peso para a altura, de altura para a idade ou de peso para a idade); e 3) haver sofrido acidente no último ano – foram controlados por situação de domicílio, área geográfica de residência, sexo e idade da criança e características sócio-demográficas da mãe. Mediante numerosas tentativas selecionamos para esta análise os resultados para os quais as variáveis de interesse se mostraram mais significativas.

Um retrato da gravidez adolescente no Brasil

A amplitude da experiência reprodutiva adolescente na população brasileira é maior quando consideradas todas as mulheres entrevistadas, com idades entre 15 e 49 anos, e não apenas as adolescentes à época da pesquisa. De acordo com as informações levantadas em 2006, 35,5% das mulheres brasileiras de 15 a 49 anos iniciaram sua vida reprodutiva antes dos 20 anos, isto é, tiveram uma gravidez ou um filho nascido vivo quando ainda adolescentes. Um total de 28,4% foram mães antes dos 20 anos. Estas proporções são dignas de nota, e escondem uma flutuação da incidência do fenômeno ao longo das gerações. Os dados reunidos na Tabela 3.1 permitem uma aproximação da evolução desta incidência no tempo, obviamente considerando as mulheres sobreviventes à época do levantamento.

As informações revelam que a incidência de gravidez ou de maternidade antes dos 20 anos de idade é maior entre as mulheres que tinham de 25 a 34 anos à época da pesquisa, com proporções de mulheres que haviam experimentado pelo menos um evento reprodutivo – uma gravidez ou filho nascido vivo – ainda antes de completarem os 20 anos ao redor de 40%. Os demais grupos etários femininos apresentam proporções de experiência reprodutiva adolescente acima de 30%, com exceção das atualmente adolescentes, com uma proporção de 23,1%. Obviamente que as mulheres com 15-19 anos à data da pesquisa oferecem provavelmente uma avaliação para menos da incidência da reprodução entre adolescentes da geração mais jovem, uma vez que mais mulheres deste grupo poderão vir a experimentar uma gravidez ou nascimento de um filho vivo ainda

dentro dos limites do grupo etário em que se encontravam em 2006¹⁷. Contudo, os dados sugerem ter havido uma ampliação do fenômeno da gravidez entre adolescentes nos anos 1990's, seguida de uma redução na passagem do milênio. Os níveis do final do século XX representaram uma mudança em relação, pelo menos, ao quadro das três décadas anteriores, quando se observam apenas flutuações no mesmo patamar. Porém, os dados para as mulheres de 20-24 anos à época do levantamento – portanto com idades imediatamente acima do limite considerado como da adolescência – revelam uma incidência de 38,9% com experiência de uma gravidez ou maternidade antes dos 20 anos. É possível que estejamos vivendo um período de declínio da gravidez chamada precoce, mas ainda é cedo para tirar conclusões mais precisas.

Tabela 3.1– Distribuição percentual das mulheres segundo grupo etário atual e vivência de gravidez/maternidade durante a adolescência

	Engravidou antes do 20 anos*	Teve FNV antes dos 20 anos	Está grávida antes dos 20 anos (primípara)	Está grávida antes dos 20 anos (reincidente)	Não se aplica**	Total	N
15-19	1,5	14,8	5,5	1,4	76,8	100%	8417796
20-24	5,3	33,6	-	-	61,1	100%	8660654
25-29	6,3	35,1	-	-	58,6	100%	8023501
30-34	8,8	31,0	-	-	60,2	100%	7276363
35-39	5,7	28,8	-	-	65,5	100%	7097828
40-44	8,8	28,1	-	-	63,1	100%	6947800
45-49	6,7	27,9	-	-	65,4	100%	5937511
15-49	6,0	28,4	0,9	0,2	64,5	100%	52361453

Fonte: PNDS 2006.

* Estão incluídas mulheres cuja gestação não foi levada a termo até o parto e mulheres que engravidaram com 19 anos, mas o parto apenas ocorreu quando já haviam completado os 20 anos.

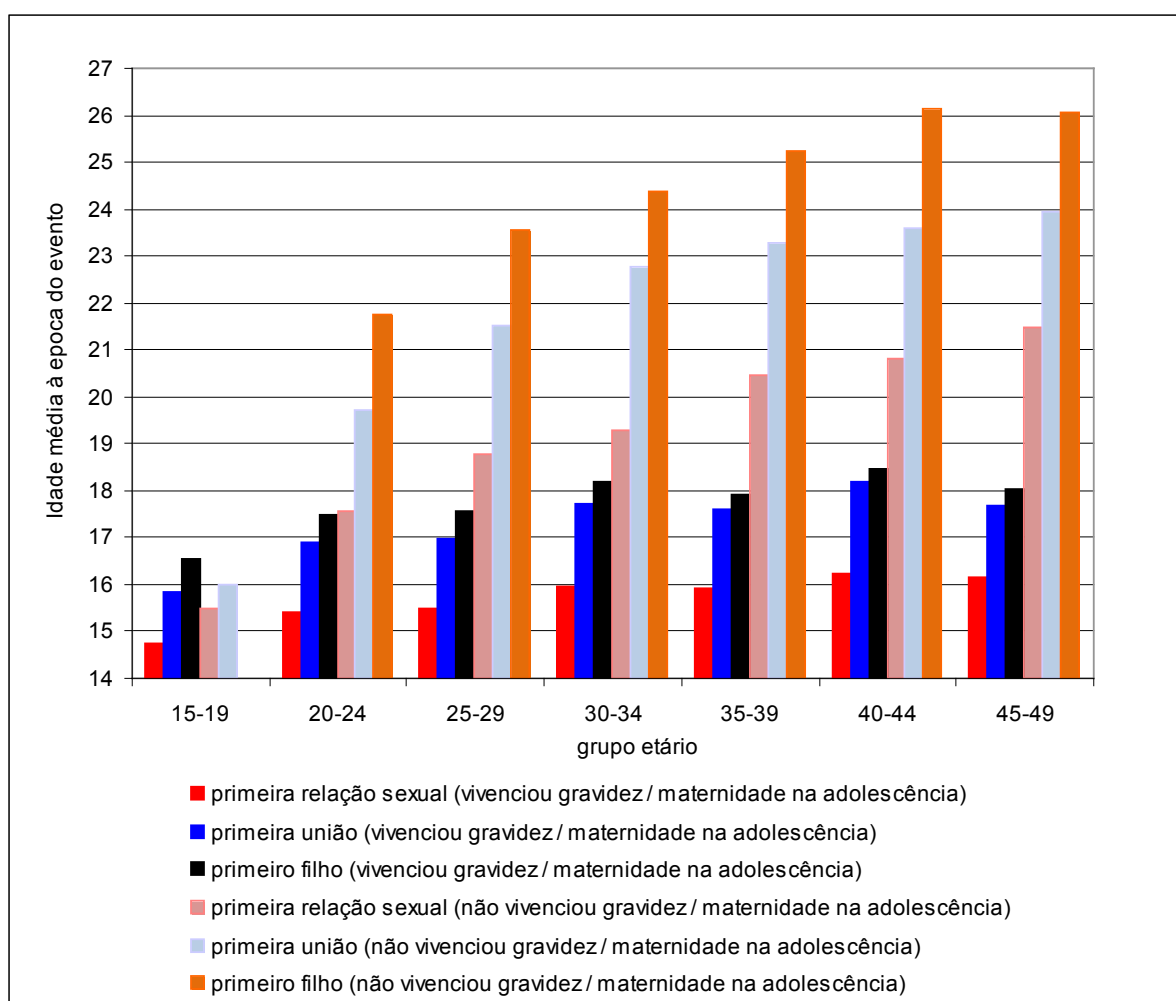
** Não vivenciaram gravidez e nem maternidade durante a adolescência.

Os dados apresentados evidenciam que o fenômeno da gravidez e da maternidade adolescentes não é novo no Brasil. Quer porque segmentos relevantes da população casavam e casam mais cedo do que outros, quer porque uma gravidez precoce não planejada acabasse por precipitar uniões muito cedo, o fato é que convivemos no país com proporções relativamente elevadas de jovens meninas iniciando precocemente sua vida reprodutiva.

¹⁷ Esta razão pode ser parte da explicação para a diferença entre a proporção de adolescentes de 15-19 anos já tendo iniciado vida reprodutiva encontrada na PNDS 1996 (18%) e a proporção de 41,3% de mulheres de 25-29 anos (portanto com 15-19 em 1996) tendo iniciado vida reprodutiva antes dos 20 anos, encontrada na PNDS 2006.

As informações reunidas no Gráfico 3.1 abaixo dão indicações interessantes acerca do fenômeno. São contrastadas no gráfico dois grupos de mulheres: as que tiveram um evento reprodutivo antes de completarem 20 anos e aquelas que não tiveram. Para ambos os grupos são apresentadas as idades médias à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho nascido vivo para mulheres nas diversas faixas etárias à época da pesquisa.

Gráfico 3.1- Idade média das mulheres à época de ocorrência de eventos selecionados segundo grupo etário atual, Brasil, 2006



Fonte: PNDS 2006.

A sequência de experiências que acompanham a reprodução se dá mais cedo no grupo de mulheres que viveu um evento reprodutivo antes dos 20 anos de idade¹⁸. Note-se que a primeira união se dá em idades médias mais baixas que a primeira gravidez ou nascimento do primeiro filho, sugerindo que em grande medida a precocidade reprodutiva estaria associada à precocidade das uniões. Não é possível descartar a hipótese de que o aparecimento de uma gravidez não planejada precipite a formação da união. A defasagem das idades médias à primeira relação sexual e quando do primeiro evento reprodutivo sugere também estarmos diante de um quadro em que adolescentes e jovens ingressam em relações afetivo-sexuais bastante precocemente, distinguindo este grupo das demais mulheres.

Longo e Rios-Neto (1998) argumentam que a tendência de uma iniciação sexual cada vez mais precoce e o declínio da proporção de mulheres que mantêm a virgindade até o casamento pode, por um lado, significar a existência de valores liberais em relação à família no Brasil. Contudo, os autores alertam que o tradicionalismo se faz valer de outras formas, sobretudo via a eleição do casamento como um “ajuste de resposta”, quando o aborto não é uma saída viável para a grande maioria das adolescentes grávidas. Quer em virtude de valores familiares, da ilegalidade desta prática no país ou pela inviabilidade financeira, já que o custo de um aborto seguro é alto, o casamento face uma gravidez inesperada pode ser uma solução. Para estes autores, vive-se no Brasil um “padrão de transição bi-modal”, onde certos grupos já superaram o estigma do nascimento de um filho fora de uma união, enquanto para outros grupos o casamento ainda durante a gravidez, portanto antes do nascimento da criança, é a melhor maneira de “reparar” os fatos. Subverte-se a ordem dos eventos, mas não a associação entre formação do par conjugal e nascimento de um filho.

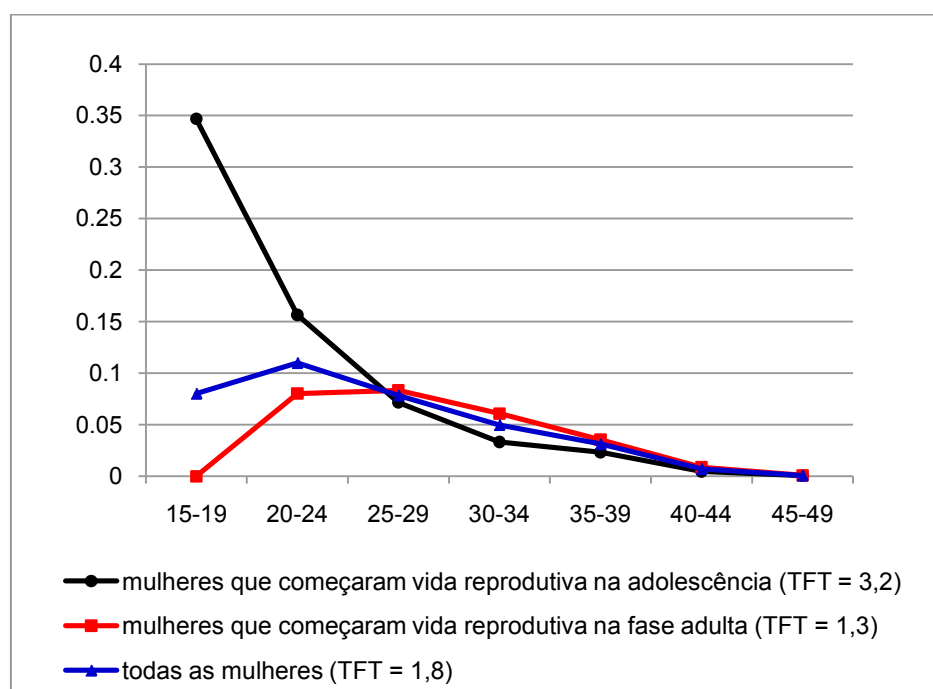
Vale a pena notar que a década de 1990 foi exatamente o período em que o tema da gravidez adolescente adquiriu preeminência no Brasil, coincidindo com uma elevação da fecundidade dos grupos femininos menores de 20 anos (YASAKI, 2003; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004) e contrariando as tendências de queda nos demais grupos de idade. Avaliações de várias fontes de dados para o Brasil, realizadas por Berquó e Cavenaghi (2005), sugeriram que não se trataria de uma tendência sustentada de elevação da

¹⁸ Cabe ressaltar que dentre as mulheres de 15-19 anos, 44,8% não iniciou vida sexual ativa, proporção que atinge apenas 12,6% entre as mulheres de 20-24 anos e 6,7% entre as de 25-29 anos. Da mesma maneira é digno de nota que 72,1% das garotas de 15-19 anos são solteiras (sem experiência de união, seja formal ou consensual); no grupo 20-24 anos esse percentual decresce para 38,5% e no grupo 25-29 anos é de apenas 22,1%.

fecundidade em idades extremamente jovens, mas sim um fenômeno de curta duração, apesar da tendência geral de rejuvenescimento da fecundidade no Brasil ao longo de seu processo de declínio.

A gravidez chamada precoce tem e teve impactos na fecundidade brasileira. A fim de evidenciar a magnitude deste impacto, realizamos o exercício de estimar, com base nos dados de 2006, a Taxa de Fecundidade Total para os dois subgrupos de mulheres acima considerados. Os resultados estão no Gráfico 3.2 abaixo.

Gráfico 3.2 – Taxas de fecundidade por idade e TFT segundo experiência de gravidez/maternidade na adolescência e para todas as mulheres. Brasil, 2006



Fonte: PNDS 2006.

Como pode ser observado, a experiência reprodutiva precoce conduz a resultados de fecundidade mais elevada, com uma diferença de 1,9 filhos entre os dois grupos de mulheres considerados neste exercício. As curvas de fecundidade são reveladoras de que, para as mulheres precoces, há uma antecipação da fecundidade no tempo e uma concentração da atividade reprodutiva nos primeiros grupos de idade, apenas aproximando-se das mulheres sem experiência reprodutiva precoce no grupo de 25-29 anos. As mulheres que iniciam muito cedo sua vida reprodutiva passam pelos 20-24 anos com uma fecundidade bastante mais elevada que aquelas que se iniciam na idade adulta (com 20 anos ou mais de idade). A partir dos 25-29 anos a fecundidade específica por idade dos dois grupos de mulheres mantém-se no mesmo patamar, tendo as mulheres

precoces uma fecundidade ligeiramente mais baixa aos 30-34 anos. Ou seja, as mulheres precoces acumulam uma fecundidade anterior à idade adulta, não diferindo a partir dela seu comportamento em relação às demais. Parece haver, de fato, uma seletividade destas mulheres, no sentido de que seu comportamento como adultas não compensa a fecundidade da adolescência, tendo como resultado uma TFT de 3,2 filhos por mulher, contra 1,3 filhos das mulheres que começam a ter filhos a partir dos 20 anos.

Algumas características sócio-demográficas das mulheres

A Tabela 3.2 reúne as informações acerca dos níveis de escolaridade atingidos pelas mulheres entrevistadas de todas as faixas etárias entre 15 e 49 anos. Os dados discriminam grupos de mulheres em cada faixa de idade segundo a vivência de gravidez ou de maternidade antes de completarem 20 anos. Por estes dados é possível perceber que a escolaridade média das mulheres que nunca viveram experiência reprodutiva – gravidez ou nascido vivo - enquanto ainda adolescentes é sempre maior das que vivenciaram uma gravidez ou filhos em idades precoces. As diferenças tendem a se manter em torno dos 2 - 2,5 anos, com exceção das mais velhas (diferença de 3,18 anos) e das mais jovens (diferença de 1,5 anos). Note-se que os próprios níveis de escolarização variam de acordo com a coorte que os distintos grupos de idade representam. Os dados são consistentes com a elevação da escolaridade média feminina no Brasil, ocorrida de forma sustentada desde os anos 1970 até o presente. Assim é que apenas a coorte jovem, com 20 a 24 anos à época do levantamento e sem experiência reprodutiva quando adolescente, atingiu a escolaridade média de 10 anos de estudos, aí incluídas certamente em maior proporção as que chegaram a concluir o ensino superior.

Estes dados corroboram resultados de outros estudos que identificam a gravidez na adolescência como uma realidade própria de camadas sociais menos favorecidas na população (CAMARANO, 1998; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005). Não é nosso objetivo aprofundar na discussão dos determinantes do fenômeno da gravidez ou da maternidade na adolescência. Sabemos, no entanto, que uma multiplicidade de fatores faz parte do problema, mas sabemos também que a experiência reprodutiva precoce está associada a indicadores sociais menos satisfatórios.

Tabela 3.2 – Número médio de anos de estudo segundo o grupo etário e classificação quanto à vivência de gravidez na adolescência

Idade	Vivência de gravidez/maternidade na adolescência		Total
	Não	Sim	
15-19	8,70	7,20	8,35
20-24	10,02	7,54	9,06
25-29	9,64	6,77	8,46
30-34	8,88	6,99	8,13
35-39	8,66	6,21	7,82
40-44	8,23	5,76	7,31
45-49	7,66	4,48	6,58

Fonte: PNDS 2006.

As controvérsias a respeito dos impactos de uma gravidez precoce nas trajetórias educacionais das adolescentes focalizam, de um lado, os possíveis efeitos de um evento reprodutivo na interrupção da escolarização e, de outro, a pouca atratividade da escola e do mercado de trabalho como motivação para a permanência nos bancos escolares nos segmentos mais pobres da população brasileira (AQUINO et. al., 2003; HEILBORN, 2006). Um dos argumentos diz respeito à possibilidade de a maternidade precoce fazer parte de um projeto de vida em contextos em que o mercado de trabalho oferece poucas perspectivas para as adolescentes das camadas mais desfavorecidas. Seria esta uma das razões que explicariam a entrada precoce em uniões estáveis.

Os dados reunidos na Tabela 3.3 abaixo revelam que a grande maioria das adolescentes (70,9%) que tiveram um evento reprodutivo antes dos 20 anos já se encontram unidas, formal ou consensualmente. O grupo de 15-19 anos é, no entanto, o que reúne uma proporção maior de solteiras, correspondente a 20% das adolescentes que tiveram experiência reprodutiva. Contudo, independentemente da precocidade de suas experiências sexuais e reprodutivas, as mulheres tendem ao longo do tempo a se unir, destacando-se entre as jovens, com idades até 29 anos, a modalidade consensual de união, com proporção superior a 50%.

Tabela 3.3 – Distribuição percentual das mulheres por situação conjugal atual e grupo etário atual

Experiência de gravidez/ maternidade na adolescência	Idade	Solteira	União formal	União consensual	Separada/ divorciada/ desquitada	Viúva	Total
Não	15-19	87,7	3,2	7,6	1,5	0,0	100
	20-24	58,6	18,4	19,5	3,2	0,3	100
	25-29	34,8	34,5	24,1	6,4	0,3	100
	30-34	18,3	47,0	25,8	8,7	0,2	100
	35-39	11,5	52,8	25,4	9,2	1,2	100
	40-44	10,4	57,6	19,8	10,6	1,5	100
	45-49	10,2	55,0	14,4	15,2	5,2	100
Total		37,3	35,5	18,9	7,2	1,1	100
Sim	15-19	20,2	18,4	52,5	8,9	0,1	100
	20-24	6,9	25,4	56,3	10,7	0,7	100
	25-29	4,3	33,0	50,8	10,5	1,4	100
	30-34	2,7	48,9	37,0	10,6	0,8	100
	35-39	0,9	44,5	39,1	14,2	1,3	100
	40-44	0,4	54,7	26,9	14,9	3,1	100
	45-49	0,5	51,1	28,6	12,7	7,1	100
Total		4,8	39,1	42,5	11,7	1,9	100

Fonte: PNDS 2006.

A influência de variáveis sócio-demográficas sobre a chance de iniciar a vida reprodutiva antes dos 20 anos foi avaliada por meio de modelo logístico. Neste modelo foram consideradas apenas as mulheres de 15 a 24 anos que já haviam iniciado vida sexual ativa. Foram mantidas no modelo as variáveis que se mostraram significativas em sucessivas avaliações, a saber: região do país onde residem, cor da pele, nível de escolaridade, status escolar atual, idade à primeira relação sexual, idade à primeira união e situação conjugal atual¹⁹. Os resultados encontram-se no Quadro 3.1.

¹⁹ Foram excluídas do modelo as variáveis que não mostraram relação significativa com a reprodução abaixo dos 20 anos em sucessivas avaliações, a saber: residência atual urbano ou rural, residência urbana ou rural até os 12 anos de idade, filiação religiosa, frequência a cultos religiosos, status de trabalho e posição no domicílio. A variável renda mostrou comportamentos contraditórios, atribuídos ao volume de missing cases, tendo sido retirada do modelo final.

Quadro 3.1 - Modelo logístico multivariado para início da vida reprodutiva na adolescência

Variáveis	Odds	Wald F	Significância	
Grande região administrativa de residência atual				
Norte	1.158			
Nordeste	0.833			
Centro-Oeste	1.265	3.354	0.010	***
Sul	0.673			
Sudeste	1.00			
Cor				
Branca	1.00			
Não-branca	1.737	10.124	0.002	***
Primeira relação sexual				
16 anos ou menos	2.168			
Mais de 16 anos	1.00	16.614	0.000	***
Primeira união				
Nunca unida (solteira)	2.073			
Aos 17 anos de idade ou menos	3.158	17.272	0.000	***
Com mais de 17 anos	1.00			
Grau de escolaridade				
Nenhum	7.468			
Não seriado	7.745			
Ensino Fundamental	7.323	193.355	0.000	***
Ensino Médio	4.085			
Superior	1.00			
Estuda				
Sim	1.00			
Não	1.447	3.213	0.073	*
Situação conjugal atual				
Solteira	1.00			
Unida alguma vez	8.892	6.725	0.010	***

Fonte: PNDS 2006. Nível de significância: * 0,10; ** 0,05; *** 0,01.

Mulheres não-brancas têm uma chance 73,7% maior de iniciar vida reprodutiva na adolescência quando comparadas às mulheres brancas. Aquelas que experimentam a primeira relação sexual aos 16 anos²⁰ de idade ou menos têm o dobro de chance de iniciar sua vida reprodutiva ainda na adolescência se comparado àquelas que adiaram a primeira relação sexual para depois dos 16 anos de idade. Aquelas que formaram o par conjugal aos 17 anos²¹ ou menos têm uma chance 3 vezes maior de também vivenciarem uma

²⁰ 16 anos é a idade mediana da iniciação sexual do grupo 15-24 anos.

²¹ 17 anos é a idade mediana da primeira união do grupo 15-24 anos.

gravidez/maternidade precocemente. Comparado àquelas que atingiram o Ensino Superior, mulheres sem nenhum estudo ou com apenas o Ensino Fundamental possuem uma chance 7 vezes maior de se tornarem mães adolescentes. Esse dado chama a atenção especialmente porque o Ensino Fundamental não impacta na redução da maternidade adolescente, já que ter Ensino Fundamental ou nenhum estudo, segundo estes dados, tem o mesmo efeito. As garotas que atingem o Ensino Médio tem 4 vezes mais chance de viver uma gravidez/maternidade antes dos 20 anos se comparado àquelas com nível superior. De qualquer maneira o Ensino Médio reduz em 3 vezes a chance de uma gravidez precoce. Não estar estudando aumenta em 44,7% a chance de a garota fazer parte do grupo que inicia vida reprodutiva abaixo dos 20 anos. Quanto à situação conjugal, estar unida ou haver estado alguma vez unida aumenta em 8,9 vezes a chance de a moça vivenciar gravidez/maternidade na adolescência.

Estes dados levam a concluir que gravidez/maternidade precoce tende a atingir mais as garotas menos escolarizadas, que estão menos integradas ao sistema escolar – posto que as que não estudam estão mais propensas a serem mães – e que iniciaram vida sexual e união conjugal abaixo da idade mediana das garotas de seu grupo etário.

Quanto à gravidez na adolescência, adotando como parâmetro o Sudeste, as garotas do Sul do Brasil são as menos propensas a engravidar e se tornarem mães na adolescência, seguidas pelas garotas do Nordeste, região das mais pobres do país. Já as garotas do Centro-Oeste e Norte são as mais vulneráveis a uma gravidez precoce.

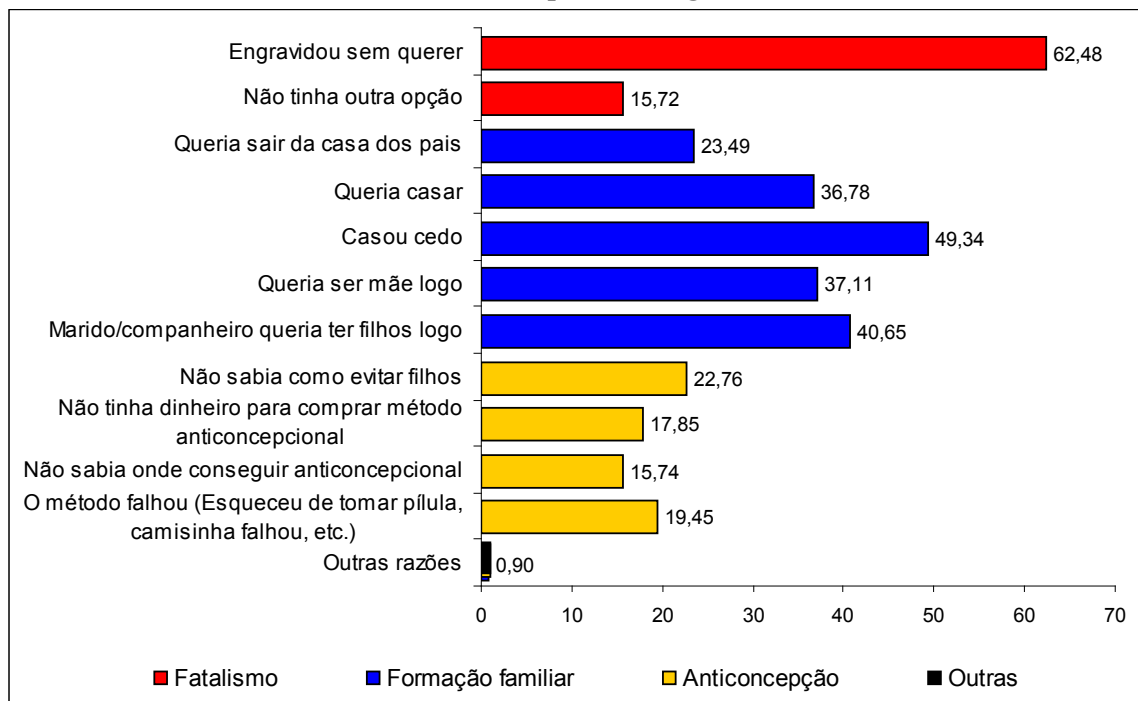
Percepções das adolescentes sobre a reprodução precoce

A PNDS investigou também as percepções das mulheres acerca de sua experiência reprodutiva durante a adolescência, incluindo adolescentes (18-19 anos à época da pesquisa) e mulheres adultas jovens (20-24 anos à época da pesquisa) que tiveram um evento reprodutivo quando ainda adolescentes.

Uma primeira bateria de motivações expressa a percepção das entrevistadas acerca das razões que justificam ou explicam o porque de terem engravidado ou tido filhos antes dos 20 anos, permitindo escolhas múltiplas de respostas. Os resultados são apresentados no Gráfico 3.3, distinguindo grupos de razões. O primeiro grupo expressa ausência de planejamento da gravidez ou inexistência de outra alternativa para a mulher, aqui denominado de fatalismo (no gráfico, em vermelho). O segundo expressa a vinculação da gravidez a um projeto de vida no qual engravidar e ter um filho fazia sentido para a

mulher. O terceiro indica insuficiência de informação ou de acesso a meios de prevenção da gravidez.

Gráfico 3.3 – Razões para ter engravidado, Brasil, 2006



Fonte: PNDS, 2006.

A primeira conclusão é que a maioria das mulheres foi surpreendida pela gravidez. De fato, quando questionadas sobre as razões que acreditam explicar o porquê se tornaram mães 62,48% admite que o filho não foi planejado. Dentre elas destacam-se adolescentes atualmente grávidas que já tiveram um filho antes da gravidez atual. Dentre elas 83,16% declara que engravidou sem querer, não havendo aparentemente dúvidas que não haviam planejado uma segunda gravidez precoce. Note-se também que são as reincidentes que declaram em maior proporção não terem tido outra opção à gravidez, com 40,75% dos casos, enquanto a média de escolha desta justificativa fica em 15,72%, expressando existir ainda certo fatalismo com relação à reprodução.²²

Entretanto, as principais justificativas concentram-se em torno de mudanças de status que marcam a passagem para a vida adulta (no gráfico, em azul). Há forte vinculação entre casamento e maternidade. Consideram que são mães jovens, porque igualmente se casaram jovens (49,34%). Ou vêm na gravidez uma forma de acelerar alterações nos status conjugal e residencial, ou seja, casar (36,78%) e sair da casa dos pais

²² Os dados desagregados por situação da adolescente encontram-se na Tabela A1, no Anexo.

(23,49%). Não se pode desprezar que muitas creditam a maternidade adolescente ao desejo do parceiro (40,65%) ou delas próprias por filhos (37,11%). A escolha destas respostas indica que a gravidez faz parte de um projeto de vida, significando mais uma escolha do que uma fatalidade.

É interessante notar que são as adolescentes que já têm pelo menos um filho – as reincidentes e aquelas que tiveram um filho e não se encontram grávidas no momento – as que mais declaram terem engravidado porque queriam sair da casa dos pais. São 42,36% entre as primeiras e 33,55% entre as últimas, situando-se as demais em patamares inferiores. Esta justificativa remete à estratégia de engravidar com o parceiro como meio de criar para si um projeto de vida independente da família de origem.²³

Outro aspecto digno de nota são as proporções de escolha de razões que expressam insuficiência de informação ou de meios materiais para ter acesso à contracepção. Razões ligadas ao conhecimento, acesso e uso de métodos anticoncepcionais formam um terceiro bloco de justificativas (no gráfico, em amarelo). Mas, essas justificativas são admitidas por uma fração menor das mulheres. Ainda assim, é grave que 22,76% afirme que não sabia como evitar filhos. A deficiência de informação penaliza reiteradamente um grupo de adolescentes dentre as entrevistadas. São exatamente as adolescentes reincidentes que apresentam proporção mais elevada de escolha desta justificativa, com 41,83% delas expressando desconhecimento de meios contraceptivos.²⁴

A escolha de razões ou motivações associadas ao casamento não surpreendem se levarmos em conta que a gravidez antes dos 20 anos ocorre frequentemente no Brasil no contexto de uma união, como já tratado aqui. Não é por acaso que motivações relativas aos parceiros tenham sido escolhidas por uma proporção expressiva ainda que variável de mulheres entrevistadas. Razões ligadas ao conhecimento, acesso e uso de métodos anticoncepcionais formam, diante delas, um bloco secundário de justificativas, pois que são admitidas por uma fração menor das adolescentes. Ainda assim, os dados revelam que há ainda muito a avançar no que diz respeito ao acesso à contracepção, como revelam as adolescentes grávidas de um segundo filho. Entretanto, os elementos trazidos sugerem que não é possível explicar simplesmente a reprodução precoce creditando-a à insuficiência do planejamento familiar no país.

A pesquisa indagou também acerca das mudanças de vida percebidas pelas entrevistadas com a gravidez ou o nascimento de um filho quando ainda adolescentes,

²³ Dados apresentados na Tabela A1 do Anexo.

²⁴ Dados apresentados na Tabela A1 do Anexo.

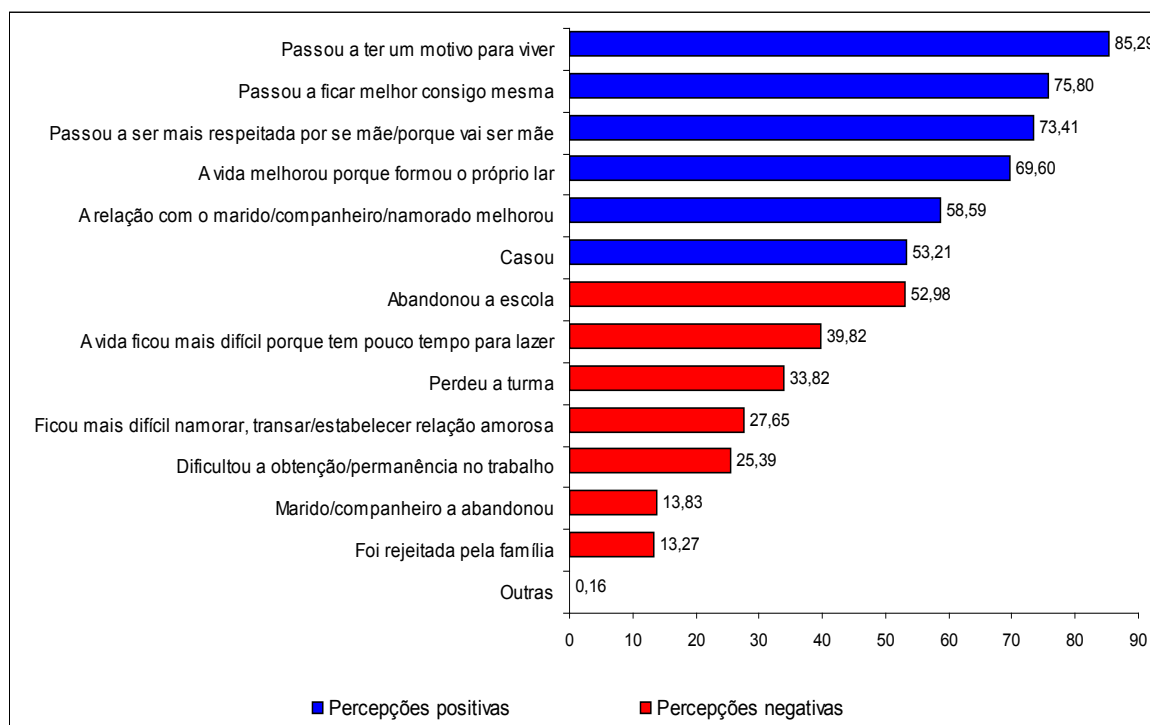
incluindo também para esta bateria de questões de escolha múltipla as adolescentes e as jovens adultas à época da pesquisa. Os resultados encontram-se no Gráfico 3.4, distinguindo-se dois blocos de mudanças percebidas. Um primeiro bloco é constituído por mudanças que podem ser tomadas como positivas na avaliação das entrevistadas (no gráfico em azul) e o outro inclui mudanças que revelam uma avaliação negativa do impacto da reprodução adolescente (no gráfico, em vermelho).

Quando inquiridas sobre as mudanças que a gravidez ou o nascimento de um filho provocou em suas vidas, em geral as mulheres fazem uma avaliação positiva do evento. A maioria absoluta das mães ou futuras mães adolescentes considera que passou a ter um motivo para viver e sente-se melhor consigo mesma. Esses resultados reforçam achados presentes sobretudo na literatura antropológica que já assinalavam que, na ausência de um projeto de vida claro, a maternidade é para muitas adolescentes brasileiras uma espécie de plano de emergência, um recurso extremo para atribuir sentido à existência.

As duas mudanças mais citadas remetem à maternidade como fonte de realização pessoal. Mudanças no status social e na condição familiar são também recorrentes e avaliadas de maneira positiva, se sentem mais respeitadas depois que se tornaram mães e, para muitas delas a relação com o companheiro melhorou.

Entretanto, 52,98% das moças afirmam que a gravidez ou nascimento de um filho durante a adolescência levou-as a abandonar a escola, risco enfatizado na literatura sobre o tema. Dimensões relativas à sociabilidade nesta etapa da vida são também apontadas como consequências negativas da reprodução precoce. Lamentam a compressão sobre o tempo de lazer e a perda de contato com seu grupo de pares. Interessante notar que enquanto pouco mais que $\frac{1}{4}$ das mulheres avalia ter-se tornado mais difícil o estabelecimento de relações amorosas, apenas 14% relata ter sido abandonada pelo companheiro em consequência da gravidez ou do nascimento do filho. De modo semelhante, a tolerância familiar em relação a trajetórias femininas fora do padrão socialmente valorizado é expressa pela baixa proporção de jovens que relatam terem sido rejeitadas pela família quando da descoberta da gravidez ou do nascimento de um filho quando ainda adolescentes.

Gráfico 3.4 – Percepções das adolescentes sobre o impacto da gravidez/maternidade sobre suas vidas, Brasil, 2006



Fonte: PNDS, 2006.

Reprodução precoce e bem-estar das crianças

O tema do bem estar infantil é amplo e envolve dimensões múltiplas. São avaliados aqui apenas três dos aspectos contemplados pela PNDS 2006: as chances de os filhos de nascidos de mães adolescentes serem entregues para serem criados por outros adultos – a chamada circulação de crianças –, a probabilidade de apresentarem algum déficit físico avaliado por medidas antropométricas (especialmente peso, altura e peso em relação à altura) e os riscos de sofrerem acidentes de qualquer tipo.

No Brasil, as tarefas de cuidado continuam sendo desempenhadas majoritariamente pelas mães, ou ao menos gerenciadas por elas. Mais que uma prática, trata-se de uma norma social. Há em vigência uma construção de gênero que não apenas enfatiza a expectativa de que as mulheres venham a se tornar mães, mas que considera as mães como as cuidadoras mais adequadas de seus filhos, pelo menos enquanto ainda pequenos. Tanto a circulação infantil quanto os agravos de saúde das crianças são associados a incapacidades daquela que seria a principal responsável pelo bem estar de seus filhos. E este bem estar envolve muito mais do que a integridade física e a saúde.

Dado o escopo da PNDS, não é possível fazer uma caracterização substantiva da relação mãe-filho. Contudo, os indicadores aqui investigados fornecem elementos ainda que precários, da qualidade do cuidado dispensado às crianças frente às prescrições sociais que pesam sobre mães de qualquer idade. Não se pretende com isso afirmar que a mãe, adolescente ou adulta, é ou deve ser a única responsável pelo cuidado dos filhos, ou necessariamente responsabilizar os pais por todas as ocorrências envolvendo seus filhos.

Circulação de Crianças

Uma das preocupações presentes na literatura sobre a gravidez na adolescência diz respeito às dificuldades que mães muito jovens teriam de cuidar de seus filhos. Parte da literatura supõe que mães adolescentes estão fora de relações conjugais estáveis, não dispõem de recursos financeiros para se sustentarem a si e seus filhos e tampouco teriam um grau de maturidade emocional necessário à criação de filhos. A inadequação das condições a que as mães adolescentes estariam submetidas adquire maior importância face ao fato de haver uma forte associação da gravidez na adolescência à pobreza²⁵.

Diante deste quadro de preocupações, uma hipótese seria a de que outros adultos pudessem acabar assumindo a criação desses filhos de mães muito jovens. As alternativas seriam entregar os filhos para serem criados por familiares da mãe ou do pai da criança ou por outros adultos de fora do círculo de parentesco. Estudo sobre a circulação infantil realizado no Brasil revela que a idade da mãe ao ter o filho afeta a probabilidade de a criança circular. Da mesma forma, mulheres com mais de uma união conjugal teriam mais chance de ter um filho não vivendo com elas (SERRA, 2003). A literatura antropológica no Brasil reiteradamente menciona a frequência com que crianças de camadas populares são informalmente adotadas por outras famílias – a chamada “adoção à brasileira” – ou mesmo circulam entre casas de vizinhos ou de parentes por períodos variáveis, em decorrência de dificuldades econômicas ou das vicissitudes das relações conjugais de seus pais (FONSECA, 1995, 2001 e 2006; HITA-DUSSEL, 2004).

Para avaliar as chances de filhos de mães adolescentes não viverem na companhia da mãe foram testados modelos logísticos multivariáveis, tomando-se por base a seleção de variáveis feita por Serra (2003)²⁶. Os resultados apresentados no Quadro 3.2 incluem

²⁵ No âmbito deste trabalho a variável renda requer tratamento específico, a ser realizado posteriormente, dadas as dificuldades ocasionadas por lacunas de informação.

²⁶ Foram testados modelos logísticos envolvendo as seguintes variáveis, que não se mostraram significativas e por esta razão não constam no Quadro 2: situação de domicílio urbano ou rural, residência urbano ou rural

apenas as variáveis que se comportaram significativamente em seu impacto sobre a probabilidade de a criança circular isto é, de não viver no momento da pesquisa com sua mãe biológica.

Vale ressaltar que 6,4% dos filhos das mulheres entrevistadas encontravam-se em circulação. No entanto, há importante variação segundo a fase da vida em que a mulher se torna mãe pela primeira vez. Entre mulheres que começaram a vida reprodutiva durante a adolescência a proporção de filhos de 0 a 14 anos que se encontram circulando atinge o patamar de 9,5%. Já entre as mulheres que iniciaram vida reprodutiva na fase adulta esta proporção é bem inferior, apenas 2,5%.

A circulação de crianças guarda importantes distinções regionais. As crianças residentes no Sudeste do Brasil são as que apresentam menor chance de circular. Os dados sugerem que nas regiões mais desenvolvidas do ponto de vista sócio-econômico a chance de circulação de crianças é menor. Se comparadas às crianças residentes no Sudeste, as crianças do Sul apresentam uma chance 8,2% maior de estarem em circulação. Esta mesma chance é ainda maior no Centro-Oeste, Nordeste e Norte, onde a proporção de aumento da chance de circular, se comparado às crianças do Sudeste, é respectivamente 37,9%; 52,4% e 58,6%.

Interessante notar que mulheres residentes em domicílios que recebem transferência de renda de programas governamentais – o Programa Bolsa Família do governo federal - reportam menos a existência de crianças em circulação, apesar de sua condição de vulnerabilidade sócio-econômica. Segundo os dados, a chance de circulação de crianças é duas vezes maior no caso de a mãe residir em domicílio que não recebe o Bolsa Família. Este achado está certamente relacionado ao fato de a elegibilidade para o programa envolver a presença de crianças menores de 14 anos no domicílio e que estas crianças estejam frequentando escola regular. Provavelmente está-se diante de situações que envolvem uma seletividade ou mesmo que o próprio benefício desestimule a circulação infantil.

até os 12 anos de idade, cor da mãe, filiação religiosa, frequência a culto religioso, status de trabalho e sexo do filho.

Quadro 3.2 – Modelo logístico multivariado para crianças em circulação (0-14 anos)

Variáveis		Odds	Wald F	Significância	
Criança	Idade atual				
	0-6 anos	1.00	23.040	0.000	***
	7-14 anos	1.970			
	Idade ao ter o filho				
	Menos de 20 anos	4.646	26.208	0.000	***
	20-29 anos	1.980			
	30 anos e mais	1.00			
	Idade ao ter 1º filho				
	Menos de 20 anos	1.620	5.623	0.018	**
	20 anos e mais	1.00			
Filhos nascidos vivos					
1 a 3 filhos	1.00	9.210	0.002	***	
4 filhos e mais	1.638				
Grande região administrativa de residência atual					
Norte	1.586	1.971	0.097	*	
Nordeste	1.524				
Centro-Oeste	1.379				
Sul	1.082				
Sudeste	1.00				
Tempo de residência no município					
Menos de 10 anos	1.499	5.877	0.003	***	
10 anos ou mais	0.798				
Sempre morou	1.00				
Situação conjugal atual e número de uniões anteriores					
Unida 1 vez	1.00	87.400	0.000	***	
Unida / +1 vez	8.407				
Não unida / 1 vez	7.967				
Não unida / +1 vez	8.808				
Recebe Bolsa Família					
Sim	1.00	14.779	0.000	***	
Não	2.009				

Fonte: PNDS 2006. Nível de significância: * 0,10; ** 0,05; *** 0,01.

A circulação é mais comum entre as crianças mais velhas (7-14 anos). Elas têm o dobro de chance de circular se comparadas às crianças mais novas (0-6 anos). As razões da separação mãe-filho são desconhecidas. Entretanto, é possível tecer algumas hipóteses. O fato de a circulação tornar-se maior entre as crianças de 7-14 anos pode indicar, de um lado, que as mães tentam cuidar de seus filhos, adiando a separação ao máximo. Por outro lado, se imaginarmos que muitos programas assistenciais priorizam o atendimento de famílias com filhos menores, à medida que as crianças envelhecem essas famílias perdem o

amparo social. Consequentemente, crianças mais velhas precisam se enquadrar a estratégias familiares alternativas, como, por exemplo, o trabalho doméstico em casa de outras famílias, o que pode implicar na saída do grupo doméstico de origem. Ainda, tendo em vista que, no Brasil, os casamentos que são interrompidos duram em média 10,5 anos e considerando que o intervalo entre a união e o nascimento do primeiro filho não costuma ser muito grande, parte destas crianças podem estar em circulação em função de um rearranjo familiar pós-ruptura conjugal dos pais.

A idade em que a mulher torna-se mãe é um importante fator que dá sinais de estar fortemente associado à circulação de crianças. Quanto mais jovem a mulher se torna mãe pela primeira vez maior é a probabilidade de o filho circular. Independente do filho em circulação haver nascido durante a fase adolescente da mãe ou quando ela já era adulta, o fato é que se ela teve um primeiro filho antes dos 20 anos, outros filhos, independente da ordem de nascimento, têm uma chance 62% maior de circular se comparados aos filhos de mulheres que se tornaram mães pela primeira vez em idade adulta.

Contudo, a idade ao ter o filho que está em circulação é mais decisiva do que a idade em que a mulher teve o primeiro filho. Se o filho nasceu quando a mãe tinha menos de 20 anos, a chance de ele estar em circulação é 4,6 vezes maior do que a de uma mulher que deu a luz com idade igual ou superior a 20 anos.

Quanto maior é a prole, maior é a probabilidade de algum deles se encontrar em circulação. A chance de uma criança que tenha três irmãos ou mais estar em circulação é 63,8% maior que a de uma criança que tenha no máximo dois irmãos. A circulação de crianças é, portanto, uma alternativa que está no horizonte de famílias numerosas, podendo ser vista como estratégia para acomodar uma elevada fecundidade.

A condição de migrante recente da mãe é um fator que influi na circulação de crianças. A chance de circulação de crianças cujas mães residem a menos de 10 anos no município é 49,9% maior em relação à chance de circulação de crianças cujas mães residem no município de origem. Este fato pode refletir estratégias em que os jovens adultos da família migram, deixando para trás os mais velhos que se encarregam das crianças.

Entretanto, nenhum fator parece pesar mais na circulação de crianças do que a situação conjugal atual e o número de uniões da mãe. Crianças que são filhas de mulheres que tiveram mais de uma união conjugal ou mesmo que tiveram apenas uma união conjugal, mas estão atualmente sem companheiro apresentam uma chance pelo menos 8 vezes maior de circular quando comparadas às crianças filhas de mulheres atualmente

unidas e vivenciando sua primeira união. As vicissitudes das relações conjugais da mãe parecem reunir os fatores que mais afetam a circulação infantil. Seja por dificuldades de criar sozinhas os filhos, seja pela não aceitação da permanência dos filhos de uma união conjugal anterior em uma nova família pós-ruptura, o fato é que crianças cujas mães estão fora de uma união conjugal ou passaram por mais de uma experiência de união têm maiores probabilidades de viverem sem a companhia da mãe.

Déficits Antropométricos

A PNDS 2006 avaliou por meio de aferições antropométricas os déficits de peso e altura vis a vis a idade das crianças e de peso em relação à altura de crianças com menos de 60 meses de vida isto é, de 0 a 4 anos completos. Os resultados revelam que 6,9% dessas crianças apresentam déficit de altura para a idade atingida, 2% são portadoras de déficit de peso em relação à idade e apenas 1,6% manifestaram déficit de peso em relação à altura.

Uma série de fatores potencialmente relevantes na determinação destes déficits foi testada em modelos multivariáveis. Em especial, face aos propósitos deste estudo, interessava-nos verificar em que medida a idade da mãe ao ter o filho e a idade da mulher ao ter o primeiro filho alterariam as chances de a criança vir a apresentar déficit antropométrico antes de completar os 5 anos. Tal hipótese não se verificou, não havendo diferenças entre filhos de mães adolescentes e mães adultas com relação às chances de vir a apresentar insuficiente desenvolvimento físico²⁷.

A seguir são apresentados os resultados do modelo de regressão logística com apenas as variáveis que se mostraram significativas na explicação da existência de pelo menos um dos déficits avaliados.

²⁷ Foram as seguintes as variáveis eliminadas do modelo sobre algum tipo de déficit: situação de domicílio atual urbano ou rural, cor, idade ao ter o filho, idade ao ter o primeiro filho e número de filhos nascidos vivos.

Quadro 3.3 – Modelo logístico multivariado para algum tipo de déficit (crianças de 0-4 anos)

Variáveis	Odds	Wald F	Significância	
Sexo				
Criança	Menina	1.00	3.774	0.052 *
	Menino	1.392		
Idade atual				
	0-24 meses	2.054	15.524	0.000 ***
	25-59 meses	1.00		
Grau de escolaridade				
Mulher	Nenhum	4.855	1.261.413	0.000 ***
	Não seriado	24.610		
	Ensino Fundamental	3.441		
	Ensino Médio	1.928		
	Curso técnico	1.437		
	Superior	1.00		
Grande região administrativa de residência atual				
	Norte	2.374	6.295	0.000 ***
	Nordeste	1.133		
	Centro-Oeste	0.951		
	Sul	1.591		
	Sudeste	1.00		

Fonte: PNDS 2006. Nível de significância: * 0,10; ** 0,05; *** 0,01.

Considerando o modelo multivariável no qual todas as variáveis inseridas são significativas, os meninos têm chance 39,2% maior de apresentarem algum tipo de déficit antropométrico que as meninas. A idade das crianças revelou-se altamente significativa na relação com os déficits apresentados, na presença das demais variáveis. Os dados revelam que as crianças de até 2 anos têm o dobro de chance de apresentar algum tipo de déficit se comparadas às crianças que já superaram os 2 anos mas não atingiram ainda os 5 anos. Da mesma forma, em regiões menos desenvolvidas do país são maiores as probabilidades de as crianças apresentarem algum dos tipos de déficits mencionados. Aquelas que vivem na região Norte têm 2,4 vezes mais chance de apresentar algum tipo de déficit se comparado às crianças do Sudeste do país, por exemplo.

Outro fator significativo é a escolaridade da mãe. As crianças filhas de mães sem nenhum grau de instrução têm 4,8 vezes mais chance de apresentar algum déficit e as filhas de mães que possuem apenas o Ensino Fundamental 3,44 vezes mais chance de ter um déficit antropométrico quando comparadas às filhas de mulheres com Ensino Superior. De fato, parece ser que a partir do Ensino Médio diminuem de modo importante as

probabilidades de os filhos apresentarem algum dos déficits antropométricos avaliados, ainda que permaneçam em desvantagem comparativamente aos filhos de mães que atingiram o nível Superior de escolaridade.²⁸

Crianças Vítimas de Acidentes

Acidentes envolvendo crianças constituem episódios comuns no dia a dia das famílias em todas as camadas sociais em todo o mundo. A literatura sobre o tema chama a atenção para o fato de o controle de doenças infecciosas e os avanços da medicina no diagnóstico de enfermidades que acometem a infância terem produzido como resultado a preeminência dos acidentes com causa de agravos infantis (PEDEN et. al., 2008; BACARAT et. al., 2000). De acordo com os dados da PNDS 2006, 37,3% das crianças abaixo de 60 meses no Brasil havia sofrido algum acidente nos 12 meses que antecederam o levantamento. Embora a proporção chame a atenção para a relevância deste tipo de episódio durante a infância, o nível de gravidade das ocorrências é de difícil avaliação. Dentre as crianças que sofreram algum tipo de acidente, apenas 10,4% chegaram a ser internadas em instituições de saúde e ¼ delas chegou a ser atendida por um serviço de saúde.

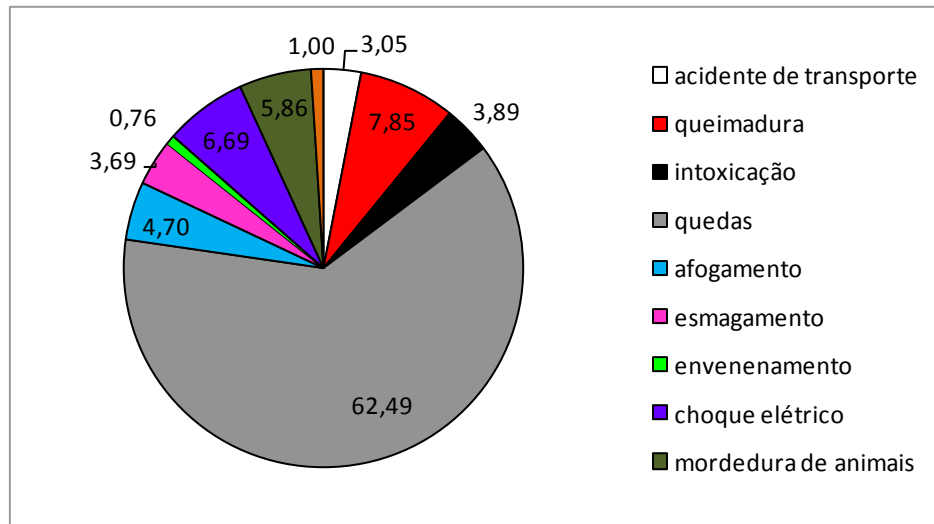
Os Gráficos 3.5 e 3.6 acima mostram os principais tipos de acidentes sofridos pelas crianças de 0-4 anos e o local de ocorrência desses acidentes. Detacam-se as quedas, com 62,5% dos casos de acidentes. Os acidentes ocorrem em sua grande maioria na própria residência da criança. Estas características constituem um forte motivo de preocupação dos especialistas em saúde infantil, já que boa parte dessas ocorrências poderiam ser evitadas com medidas preventivas de fácil implementação.

Neste estudo exploramos a hipótese de que filhos de mães adolescentes possam ter mais riscos de sofrerem acidentes, devido a eventual inadequação dos cuidados que seriam capazes de oferecer a seus filhos. Contudo, os modelos testados com um conjunto de variáveis potencialmente relevantes mostraram resultados que não suportam a hipótese testada. Tal como no caso da suposta desvantagem do ponto de vista do desenvolvimento físico, a idade da mãe ao ter o filho e a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho

²⁸ Note-se que o modelo destacou uma possível desvantagem extrema de crianças filhas de mães que seguiram cursos não seriados, aí incluídos cursos especiais de alfabetização de adultos, entre outros. No entanto, o número de casos nessa modalidade de curso na amostra da PNDS é muitíssimo reduzido, situação em que os resultados não devem ser tomados em conta.

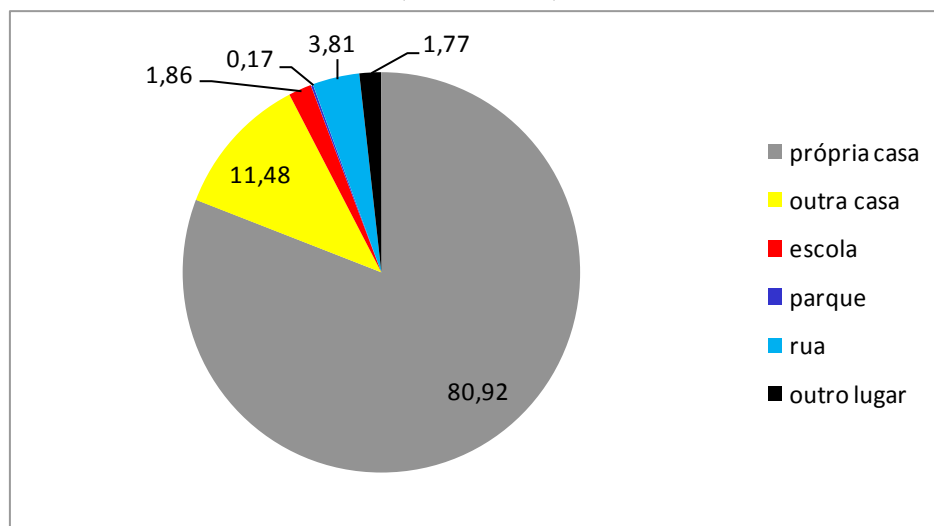
não tem aparentemente qualquer impacto significativo na probabilidade de a criança sofrer acidentes quando na presença das demais variáveis.

Gráfico 3.5 – Principais tipos de acidentes envolvendo crianças de 0-4 anos (Brasil, 2006)



Fonte: PNDS 2006.

Gráfico 3.6 – Local de ocorrência dos acidentes envolvendo crianças de 0-4 anos (Brasil, 2006)



Fonte: PNDS 2006.

Quadro 3.4 – Modelo logístico multivariado para acidentes sofridos nos últimos 12 meses (crianças de 0-4 anos que vivem com a mãe)

Variáveis	Odds	Wald F	Significância
Sexo			
Menina	1.00	9.724	0.002
Menino	1.506		
Current age			
0-24 meses	1.00	17.241	0.000
25-59 meses	1.592		
Great administrative regions of current residence			
Norte	1.816	22.132	0.000
Nordeste	2.293		
Centro-Oeste	0.678		
Sul	0.532		
Sudeste	1.00		

Fonte: PNDS 2006. Nível de significância: * 0,10; ** 0,05; *** 0,01.

Vale destacar que os dados da PNDS não permitem recuperar os acidentes sofridos no último ano por crianças que não vivem no mesmo domicílio da mãe ou que faleceram. Por esta razão, não é possível explorar a hipótese de que crianças em circulação teriam ou não maiores chances de se acidentarem.

Note-se que quando testada isoladamente a variável idade da mãe ao ter o filho, os resultados mostraram-se significativos²⁹. Crianças nascidas de mães adolescentes apresentaram uma chance 45% maior de sofrer acidente do que crianças nascidas de mães adultas. Os dados do Quadro 3.4 acima reúnem os resultados do modelo de regressão logística incluindo as variáveis que se mostraram significativas mesmo em presença das demais.

As variáveis que se mostraram significativamente associadas aos acidentes foram o sexo e a idade da criança, além da região do país em que a criança reside. A chance de um menino se acidentar é 50,6% maior que de uma menina. As crianças maiores (25-59 meses) também têm um risco 59,2% maior que as crianças menores (até 24 meses). Semelhante ao que ocorre com a existência de déficits antropométricos, a chance de uma criança que vive em regiões mais pobres sofrer acidentes é maior. Exemplo das diferenças regionais pode ser verificado com os riscos de crianças nordestinas se acidentarem, que

²⁹ Foram excluídas do modelo sucessivos as seguintes variáveis: situação de residência atual urbano ou rural, cor, grau de escolaridade da mãe, idade ao ter o primeiro filho, idade ao ter o filho, número de filhos nascidos vivos e participação no mercado de trabalho por parte da mãe.

chega a ser duas vezes maior do que a probabilidade de ocorrer o mesmo com uma criança residente no Sudeste do país.

Considerações Finais

Este estudo chama a atenção para características peculiares das garotas que se tornam mães adolescentes. Uma característica que se destaca é que muitas destas garotas têm uma percepção positiva de suas trajetórias, o que não lhes impede de serem capazes de adotar uma visão crítica dos acontecimentos que lhes sucederam e reconhecer possibilidades que se perderam.

A escolaridade é sem sombra de dúvidas um divisor de águas no curso de vida feminino, com fortes implicações sobre as chances de início precoce de vida reprodutiva. É muito provável que o processo de expansão do Ensino Médio atualmente em curso no Brasil produza impacto a médio prazo sobre a gravidez/maternidade precoce, e acabe por consolidar um declínio da fecundidade adolescente, corroborando tendências já apontadas na literatura. Como vimos, alcançar o Ensino Médio reduz três vezes a chance de uma gravidez precoce se comparado a garotas de menor escolaridade.

Dentre os riscos aqui explorados a que hipoteticamente estariam sujeitas as crianças filhas de mães adolescentes, o único que de fato se mostra real é o risco de ser posta em circulação. Recordemos que os filhos que nasceram quando as mães tinham menos de 20 anos apresentam chance quatro vezes maior de se encontrarem em circulação. Porém, a circulação não apresenta nenhuma seletividade relacionada ao sexo da criança e este é um ponto que vale ser salientado. A trajetória conjugal da mãe também dá sinais evidentes de propiciar a circulação do filho de modo tão ou até mais importante do que propriamente a idade em que a mulher torna-se mãe.

Se por um lado há estudos que de fato sustentam a teoria de que filhos de mães adolescentes apresentam baixo peso ao nascer, o que vemos aqui, considerando também crianças já maiores, é que a tendência é de essas crianças se enquadrarem à média da população de sua idade antes dos 5 anos. Não se encontrou nenhum padrão diferencial entre crianças filhas de mães adolescentes e de mães adultas no que tange à existência de algum déficit antropométrico. De modo similar, os acidentes atingem indistintamente crianças filhas de mães adultas e de mães adolescentes, sempre que se controlam múltiplas variáveis.

Capítulo 4

Principais questões e perspectivas de futuro

No Brasil ainda não contamos com pesquisas de base populacional com representatividade nacional que permitam uma apreensão e compreensão adequada de processos importantes da dinâmica familiar e das trajetórias individuais. A seqüência e a duração de eventos de relevância sócio-demográfica, tais como o histórico completo de uniões conjugais, o momento da vida em que as mulheres se encontravam quando tiveram seus filhos – ou seja, não apenas o *timing* dos nascimentos dos filhos e intervalos intergenésicos, mas a interconexão do evento reprodutivo propriamente dito e outros eventos fundamentais relacionados à trajetória laboral e trajetória afetivo-familiar – são lacunas que por enquanto só podem ser abordadas no campo das hipóteses, pois as bases de dados não permitem um tratamento refinado da questão.

Obviamente todas as pesquisas domiciliares realizadas no país trazem características básicas das unidades domiciliares e de seus moradores, mas como a temática central destas pesquisas não é a família, são poucos os quesitos direcionados a ela. O pesquisador que se dedica aos estudos de família no Brasil precisa necessariamente recorrer a diferentes fontes de dados que não conversam entre si e que foram planejadas com outros objetivos específicos em mente. Com isto, raramente os dados nos permitem ir além da mera descrição da composição dos domicílios e dos arranjos familiares. É como conhecer o esqueleto das famílias, mas ainda sabemos pouco do que lhe dá “sangue e carne”.

A base de dados em que se fundamenta este *Working Paper* - a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS 2006) -, embora também não tenha como tema central a família, traz um número considerável de possibilidades para os estudiosos desta área. Uma importante inovação diz respeito à forma de captação das relações de parentesco entre os residentes de um mesmo domicílio. A PNDS 2006 não se restringiu à informação da relação de cada membro do domicílio com o chefe, como é de praxe ocorrer nas pesquisas domiciliares brasileiras. Ela averigua a presença de mãe, pai e cônjuge no domicílio de maneira que se pode recuperar exatamente *quem* são essas figuras-chave. Não se trata apenas de saber se eles estão vivos e residindo no domicílio, mas identificar exatamente *quem* no domicílio ocupa este papel. Para cada pessoa residente no domicílio perguntou-se: Quem é a mãe? Quem é o pai? Quem é o cônjuge? Para cada uma dessas perguntas se registrava na *Ficha do Domicílio* se a pessoa em questão morreu, se residia em outro local,

se tinha paradeiro desconhecido ou se residia no domicílio do entrevistado. Todos os membros de um domicílio são identificados por um número. O primeiro indivíduo listado em um domicílio é sempre o responsável pelo domicílio seguido pelos demais membros respeitando-se o grau de proximidade com o responsável. Assim, a pessoa número 2 normalmente é o cônjuge, seguido por filhos e demais parentes e não-parentes. Quando se indagava quem era o pai, a mãe e o cônjuge, caso estas pessoas residissem no domicílio era indicado o número que individualizava esta pessoa dentro do domicílio.

Essa mudança aparentemente simples e de baixo custo dentro do orçamento geral de uma pesquisa abre a possibilidade para que se reconheçam múltiplos núcleos reprodutivos no interior de um mesmo domicílio. Ao invés de termos o responsável pelo domicílio sempre no centro da análise, como a pessoa que constitui o elo entre todas as demais, existe agora a possibilidade de outras abordagens que explorem estes outros elos que se interconectam e se sobrepõem, sem que fixemos de antemão a centralidade do elo de cada indivíduo com o responsável pelo domicílio exclusivamente.

Vale lembrar que a PNDS 2006 é composta por dois questionários: o *Questionário da Mulher* e a *Ficha do Domicílio*. O desenho em especial da *Ficha do Domicílio* foi objeto de intenso debate entre os participantes brasileiros da RED LAFAM, sendo a metodologia de captação da informação referente às relações de parentesco acima descrita o resultado de uma proposta de integrantes ativos da RED LAFAM ao Consórcio que conduziu a realização da PNDS 2006.

A introdução desta forma de coletar informações sobre pai, mãe e cônjuge de cada membro do domicílio representa um avanço importante, sobretudo, por permitir a estimação do número de famílias recompostas no Brasil a partir de uma pesquisa de base amostral. É somente através da identificação dos núcleos familiares e sabendo se todos os filhos solteiros do casal são filhos de ambos, que podemos estimar o número de famílias recompostas, cada vez mais importantes face o crescimento das taxas de divórcio e de recasamentos. Os núcleos familiares constituem a célula básica e são formados pelas relações de parentesco primárias. As famílias recompostas seriam aquelas em que ao menos um dos filhos solteiros que compõe o núcleo familiar é filho de uma união anterior de um dos cônjuges que formam o casal. Este é, sem sombra de dúvidas, um avanço significativo. Segundo a PNDS 2006 15,4% dos núcleos familiares brasileiros se enquadram na descrição de famílias recompostas. À primeira vista este índice parece bastante elevado se comparado à Argentina, onde as famílias recompostas são estimadas em 5,2% do total de acordo com a *Encuesta de Condiciones de Vida* de 2001 (STREET,

2006), uma frequência quase três vezes menor que aquela verificada para o Brasil. Bartholo (2008), utilizando dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, também estima o número de famílias recompostas no universo de famílias de baixa renda cadastradas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Cadastro Único deste Ministério visa obter informações detalhadas sobre as famílias passíveis de serem assistidas pelo governo federal. No Cadastro Único estão registradas cerca de 16,8 milhões de famílias. Logicamente esta base possui um filtro importante, pois são necessariamente famílias de baixa renda e que, em geral, se inscreveram com vistas ao recebimento de auxílio governamental. Neste universo, o percentual de famílias reconstituídas é de 8,2%. Mas vale ressaltar que houve uma perda de 9,4% das famílias registradas no Cadastro Único, para as quais Bartholo (2008) não pôde identificar se tratavam-se ou não de famílias recompostas³⁰.

Contudo, acreditamos que o percentual de famílias recompostas estimado no Capítulo 1 deve estar bastante próximo do real. Como vimos no Capítulo 2, as mulheres recasadas representam 18,3% das mulheres em união. Embora existam casais que optem por não ter filhos, no Brasil uniões estáveis sejam elas formais ou informais costumam ser seladas com a concepção de um filho. O filho é um valor que exprime a solidez de um relacionamento ou o desejo de solidificá-lo. Portanto, uma mulher em segundas núpcias comumente leva consigo filhos de uma primeira união. Falar de família recomposta no Brasil significa quase sempre falar de famílias formadas por mãe-filhos-novo cônjuge da mãe – 14,3% do total de núcleos familiares brasileiros têm esta configuração.

Raros são os pais que permanecem com seus filhos após a ruptura de um relacionamento com a mãe das crianças. O convívio com as crianças no mesmo domicílio parece estar condicionado ao convívio com a mãe delas. Famílias monoparentais masculinas são raras assim como famílias recompostas nas quais os filhos de outras uniões tenham sido trazidos pelo homem são exceções. Aliás, na impossibilidade de serem criadas pela mãe, é mais comum que as crianças sejam alocadas em domicílio de terceiros do que conservadas junto ao pai. Isso provavelmente se deve muito mais a uma matriz cultural que atribui as tarefas de cuidado e educação ao gênero feminino do que a impedimentos de ordem legal ou material. O direito brasileiro reconhece poderes e deveres iguais a homens e mulheres sobre os filhos que concebem juntos, de maneira que não há nenhuma barreira jurídica que explique a raridade das configurações familiares pai-filhos e pai-filhos-nova

³⁰ Bartholo adota a terminologia famílias reconstituídas para se referir às famílias recompostas.

companheira do pai. É verdade que as alterações na legislação nessa direção são recentes, e consolidam práticas judiciais anteriores (MARCONDES, 2002).

Há evidências de que existe associação entre determinados arranjos domiciliares e a renda domiciliar per capita. As famílias recompostas e as famílias monoparentais femininas tendem a se concentrar nas camadas de renda mais baixa. Da mesma forma, quando nos atemos à informação referente às mulheres, também se verifica que aquelas que tiveram mais de uma união e as que se encontram em uniões consensuais também tendem a se concentrar nas posições socioeconômicas menos favorecidas. Por não termos uma visão integral dos processos e dos contextos de formação e dissolução de uniões que nos permita acompanhar a trajetória das pessoas, é impossível saber se as famílias empobrecem em função das sucessivas rupturas conjugais ou se precipitam a formação de sucessivos núcleos familiares como uma estratégia de mitigar sua situação de pobreza. Está claro que as famílias monoparentais tendem a ser aquelas com menores rendimentos provenientes do trabalho, melhorando substancialmente sua situação financeira em razão dos benefícios sociais e das pensões. A situação de pobreza de uma parcela importante das famílias monoparentais se deve à sua maior dificuldade em satisfazer o modelo de dupla renda hoje praticamente obrigatório para a manutenção de um domicílio particular autônomo. Não por acaso são novamente estes núcleos monoparentais os que muitas vezes se encontram na condição de famílias secundárias.

Casais sem filhos constituem o tipo de núcleo familiar que costuma se situar entre as camadas de mais alta renda. No extremo oposto estão famílias com crianças, que proporcionalmente correm mais risco de pertencerem às camadas de baixa renda.

A PNDS 2006 apresenta um bom potencial para o estudo do bem-estar infantil. Aqui exploramos a hipótese de que o fato de a mãe da criança ter dado a luz ainda durante a adolescência pudesse ter algum impacto sobre o bem estar de seu filho. Mas esta base de dados também pode ser utilizada para investigar se o tipo de arranjo domiciliar ou de núcleo familiar em que a criança está inserida apresenta algum tipo de associação com o bem-estar infantil. Isto poderia ser feito seja considerando os três aspectos considerados neste *Working Paper*: circulação de crianças, déficit antropométrico e acidentes, como também poder-se-ia considerar a adequação idade-série das crianças em idade escolar, considerando por exemplo a realidade de crianças que integram famílias recompostas, monoparentais e biparentais. Estas relações serão exploradas em trabalhos subsequentes.

Outra inovação importante da PNDS 2006 consiste em mensurar o volume de pessoas que não sabem do pai ou da mãe. Embora o número de pessoas que se enquadram

nesta situação seja modesto, oferece uma idéia sobre a magnitude do problema do total abandono parental.

As possibilidades da PNDS 2006 certamente não se esgotam com este trabalho investigativo. Os próximos passos do grupo de pesquisa continuarão a se apoiar em parte nesta fonte de dados.

Perspectiva institucional: a construção de parcerias

Glauca Marcondes – uma das integrantes do grupo de pesquisa “Família, Gênero e Demografia” liderado por Maria Coleta Oliveira no Núcleo de Estudos de População/Unicamp – vem desenvolvendo seus estudos de pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia sob supervisão da Professora Guaraci Adeodato Alves de Souza. Seu projeto de pós-doutorado encontra estreita conexão com as preocupações manifestas neste *Working Paper*.

Sua investigação em curso contempla a dinâmica da vida doméstico-familiar de tipos diferenciados de arranjos domiciliares de segmentos sociais médio-populares da cidade de Salvador (Bahia). Atenção especial é dada à divisão de papéis de gênero no interior do domicílio e o cuidado dispensado aos filhos. A pesquisa de campo, em sua primeira fase, colheu informações referentes a 65 domicílios, totalizando 248 pessoas.

A segunda etapa da pesquisa respalda-se em entrevistas em profundidade que abordam os seguintes aspectos:

Circunstâncias e implicações acerca da primeira união conjugal

- Percepções sobre a primeira união conjugal
- Momento de vida em que ela ocorreu: estava trabalhando, estudando, condições financeiras dela e do parceiro, aprovação familiar
- Situação de moradia no início da primeira união: houve formação de uma nova unidade domiciliar, compartilharam moradia com outros familiares, quando se instaura uma nova unidade familiar
- Apoios recebidos da rede de relações no início da vida conjugal (quem, para o quê, por quanto tempo, quais trocas implicaram)
- Percepções sobre a mudança de status solteira/casada
- Situações conflituosas

Circunstâncias e implicações acerca do nascimento do primeiro filho

- Percepções sobre o nascimento do primeiro filho
- Gravidez esperada, desejada, planejada
- Momento de vida em que ocorreu: estava trabalhando, estudando, condições financeiras dela e do parceiro, aprovação familiar
- Mudanças imediatas que o nascimento do primeiro filho implicaram: casamento/união, mudança de residência, parar de trabalhar/estudar

- Apoios recebidos da rede de relações durante a gravidez e após o nascimento do primeiro filho (quem, para o quê, por quanto tempo, quais trocas implicaram)
- Percepções sobre a mudança de status sem filhos/com filhos
- Situações conflituosas

Circunstâncias e implicações acerca do desenvolvimento e da socialização dos filhos

- Percepções sobre a ampliação da família, desejo por outros filhos, contextos que marcam o nascimento de outros filhos, ocorrência de gravidezes, abortos,
- Percepções sobre o tamanho ideal de família, sobre o número de filhos que gerou e criou
- Momentos que marcam o crescimento e a socialização dos filhos: Trabalho, condições financeiras da família, mudanças de residência, de trabalho, migrações
- Apoios recebidos da rede de relações durante as fases de crescimento dos filhos: infância, adolescência e vida adulta (quem, para o quê, por quanto tempo, quais trocas implicaram)
- Percepções sobre as mudanças de status: com filhos pequenos, filhos adolescentes, filhos adultos, saída dos filhos de casa, união dos filhos, nascimento dos netos
- Apoios oferecidos aos filhos e netos (de que tipo, em que condições)
- Situações conflituosas

Circunstâncias e implicações acerca de uma ruptura conjugal por separação ou morte

- Percepções sobre o momento da separação ou viuvez
- Momento de vida em que ocorreu: estava trabalhando, condições financeiras da família, quem morava na casa
- Mudanças imediatas que implicaram: mudança de residência, voltar a trabalhar, migração
- Apoios recebidos da rede de relações (quem, para o quê, por quanto tempo, quais trocas implicaram)
- Percepções sobre a mudança de status com cônjuge/sem cônjuge
- Situações conflituosas

Circunstâncias e implicações acerca do envelhecimento

- Percepções sobre o momento
- Condições de vida: atividades, saúde, condição financeira, de trabalho
- Relação com os filhos e netos
- Apoios recebidos da rede de relações (quem, para o quê)
- Percepções sobre as mudanças que afetaram a família com a aposentadoria ou com situações de adoecimento
- Situações conflituosas

Importante ressaltar que esse estudo de pós-doutorado corresponde a um desdobramento das reflexões realizadas em atividades da RED LAFAM. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram inicialmente elaborados como proposta de um *core questionnaire* que poderia ser aplicado em pesquisas domiciliares realizadas nos países de origem dos integrantes da RED LAFAM e assim permitir estabelecer pontos de

comparação para o estudo das famílias latino-americanas. Diante das dificuldades em viabilizar esse *core questionnaire* nas pesquisas nacionais, adotou-se a estratégia de adaptá-lo e aplicá-lo em estudos regionais em parceria com outras instituições acadêmicas. O desenvolvimento do projeto de pós-doutoramento de Marcondes é um ponto de partida nessa nova estratégia e que tem contribuído para estreitar laços institucionais entre o Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia e o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (São Paulo). Mais recentemente, a elaboração e submissão junto ao CNPq de um projeto ampliado, condensando questões contempladas nessa pesquisa e nos projetos desenvolvidos por Guaraci Adeodato Alves de Souza - *Configurações dos grupos domésticos e solidariedade familiar intergeracional* representa um primeiro esforço de estabelecer uma cooperação em pesquisa entre o CRH/UFBA e o NEPO/Unicamp. A coordenadora do Grupo de Pesquisa Família, Gênero e Demografia do (NEPO), Maria Coleta de Oliveira e a demógrafa Joice Melo Viera, fazem parte da equipe de colaboradores deste novo projeto.

Em outra frente de trabalho, buscando explorar os diferenciais de fecundidade por coorte considerando mulheres que vivenciaram gravidez/maternidade na adolescência e aquelas que não vivenciaram, nova parceria deve ser estabelecida com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), onde Vieira deve aprofundar seus estudos na área de fecundidade, com a supervisão de Suzana Cavenaghi, docente e pesquisadora daquela instituição e membro da RED LAFAM. Diferenciais de fecundidade por coorte considerando a diversidade regional brasileira também devem ser contemplados.

O apoio recebido do *Observatory on Inequality in Latin America* foi fundamental para a exploração da PNDS 2006, uma base de dados ainda nova e pouco explorada, bem como para fornecer os subsídios mínimos para uma aproximação e início de parcerias institucionais ainda em uma fase embrionária, mas dotada de potencial para se desenvolver.

Anexo

Tabela A1 – Reasons for becoming pregnant, segundo grupo etário atual e distinção quanto a situação de gravidez e gravidez levada a termo

	Engravidou antes dos 20 anos		Teve FNV antes dos 20 anos		Está grávida antes dos 20anos (primíparas)	Está grávida antes dos 20 anos (reincidentes)
	(idade atual: 15-19 anos)	(idade atual: 20-24 anos)	(idade atual: 15-19 anos)	(idade atual: 20-24 anos)	(idade atual: 15-19 anos)	(idade atual: 15-19 anos)
Engravidou sem querer	66,26	46,58	61,52	63,28	59,23	83,16
Não tinha outra opção	6,40	9,65	12,11	19,32	12,81	40,75
Queria sair da casa dos pais	7,81	13,53	33,55	22,25	6,64	42,36
Queria casar	35,04	31,40	40,60	36,33	26,51	35,03
Casei cedo	40,55	37,67	47,49	51,71	45,95	58,18
Queria ser mãe	19,74	40,03	41,27	38,08	36,69	31,61
Companheiro queria ter filho logo	28,91	38,41	46,06	40,00	39,70	27,26
Não sabia como evitar filhos	19,43	13,79	14,50	26,97	15,71	41,83
Não tinha dinheiro para comprar método anticoncepcional	22,71	21,17	14,45	18,07	16,35	25,12
Não sabia onde conseguir um anticoncepcional	9,78	12,33	7,99	18,66	16,66	16,22
Método falhou	19,15	15,97	19,49	20,09	19,62	8,49
Outras	0,00	1,41	0,52	0,94	0,08	0,00

Fonte: PNDS 2006.

Referências Bibliográficas:

ALVES, J.E.D. e CAVENAGHI, S. (2006). Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: GUIMARÃES, J.R.S. (org.) **Demografia dos Negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações**. Campinas, ABEP, pp.257-286.

ARRIAGADA, I (ed.). (2005). **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago de Chile: CEPAL/UNFPA, 314p.

BARACAT, E. C. E. et al (2000). Acidentes com crianças e sua evolução na região de Campinas, SP. **Jornal de Pediatria**, 76 (5); 368-374.

BERQUÓ, E. (2008). Sobre o sistema internacional de pesquisas em demografia e saúde reprodutiva. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 11(supl 1): 72-89

_____. (1998). Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L.M. (org.). **História da vida privada no Brasil v.4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras. p.411-437.

_____.; CAVENAGHI, S.. (2005). Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?. In: **Annals Population Association of America: 2005 Annual Meeting**, session 151. Pennsylvania, Philadelphia.

_____.; CAVENAGHI, S. (2004). Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu (MG), ABEP.

_____.; LOYOLA, M.A. (1984). União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.1, n.1-2, p.35-98.

_____.; OLIVEIRA, M.C.F.A. (1992). Casamento em tempos de crise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.2, p.155-167, jul./dez.

_____.; _____.; CAVENAGHI, S. (1990). Arranjos familiares “não canônicos” no Brasil. **VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu (MG), ABEP.

BILAC, E.D. (2006). Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, J.M.P. (org.) **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População; Universidade Estadual de Campinas; p.51-65.

_____. (1991). Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, 1991. São Paulo, Vértice/Anpocs. pp.70-94.

BRANDÃO, E.R. (2006). Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico. In: HEILBORN, M. L. et al. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Guaramond e Fiocruz, pp.63-95.

BRUSCHINI, M.C. A. (2007) Trabalho e gênero no brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez.

_____.; LOMBARDI, M.R. (2001). Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu** (17/18): pp.157-196.

CAMARANO, A. A. (1998). Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: **Jovens Acontecendo na trilha das políticas públicas**, vol.1. Brasília, CNPD, pp.109-33.

DA MATTA, R. (1987). A Família como Valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: A.M. de ALMEIDA et. al. **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. pp. 115-136.

FONSECA, C.. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 26, p. 11-44.

_____. (2001) La circulation des enfants pauvres au Brésil: une pratique locale dans un monde globalisé. **Anthropologie et Sociétés**, France, 24 (3) : 53-73.

_____. (1995). **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez. 152p FUNDAÇÃO IBGE. (2003) **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, (Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra).

FUNDAÇÃO IBGE. (2003) **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, (Famílias e Domicílios - Resultados da Amostra).

GARCIA, B.; ROJAS, O..(2002) Cambio en la formación y disoluciones de las uniones en América Latina. **Papeles de Población**, México, n.32, p.12-31, abr./jun.

GOLDANI, A.M. (2005) Reinventar políticas para famílias reiventadas: entre la “realidad” brasileira y la “utopia”. In: ARRIAGADA, I. (ed.). **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago de Chile: CEPAL/UNFPA, 314p.

_____. (2002) Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.19, n.1, p.29-48.

_____. (1984). A informação de família no Censo Demográfico. In: **Censos, Consensos e Contra-Sensos**. Ouro Preto: ABEP/Fundação FORD. pp.235-281.

GREENE, M.E. (1992) Formal and informal marriage in Brazil: changes and consequences for family structure. **VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu (MG), ABEP.

_____.; RAO, V. (1992) A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.2, p.168-183.

GUEDES, M.C. (2008) A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História da Ciências da Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro.

HAIR Jr., J.F. et. al. (2006). **Multivariate Data Analysis**. New Jersey: Upper Saddle River. 899p.

HEILBORN, M. L. (2006). Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L. et al. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Guaramond e Fiocruz, pp.30-59.

HITA-DUSSEL, M. G. (2004). **As Casas das Mães sem Terreiro**. Doctorate Dissertation. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, State University of Campinas. Campinas, Brazil

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. (2004). Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 14 (2), p.35-58, maio-agosto.

HOSMER, D.W.; LEMESHOW, S. (2000). **Applied Logistic Regression**. New York, NY: John Wiley and Sons. 375p.

LAZO, A.V. (2001). **Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?** Rio de Janeiro: IPEA. (Textos para Discussão).

_____.; SANTANA, E.O.C. (1998) **Projeções semi-dinâmicas de famílias e/ou domicílios para o Estado de São Paulo**. Relatório Parcial de Pesquisa. Departamento de Estatística, IMECC-UNICAMP.

LONGO, L.F.B.; RIOS-NETO, E. (1998). Virgindade matrimonial e iniciação sexual: uma análise temporal. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu (MG), ABEP.

MARCÍLIO, M.L.(org.). (1984). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes.

_____. (1986). **Caiçara: terra e população, estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas; CEDHAL.

MARCONDES, G.S. (2008) **Refazendo Famílias:** trajetórias familiares de homens recasados. Campinas. 288f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2002) **Eternos aprendizes:** o vínculo paterno em homens separados e descasados de camadas médias. Campinas, 184f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2008). **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006** – Relatório Final. Brasília (DF).

MIRANDA-RIBEIRO, P. (1993). **Começar de novo:** um estudo comparativo do descasamento e recasamento. Belo Horizonte, 1993. 150f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, M.C.F.A. (2008). Constrangimentos e motivações: a propósito da queda da fecundidade em Goran Therborn. **XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Caxambu (MG), ABEP.

_____. (2007). **Política de família no Brasil contemporâneo: quanto e como avançar?** Aula inaugural proferida na Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, março.

_____. (2006). A família no Brasil contemporâneo: conhecimento e disponibilidade de informações (ou o que sabemos e o que gostaríamos de saber?). In: **CONFEST**, Rio de Janeiro. 2006.

_____. (2005) Tendências contemporâneas e a família como questão. In: **Seminário sobre família e políticas públicas no Brasil**, Belo Horizonte: ABEP.

_____. (2002) Políticas de población y salud: reflexiones a partir de la experiencia brasileña em salud reproductiva. In: GARCÍA GUZMÁN, B. (coord.). **Población y sociedad al inicio del siglo XXI**. México: El Colegio de México, p.197-214.

_____. (1996) A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.55-63.

_____. (1979) **Classe social, família e reprodução:** reflexões teóricas e referências empíricas. São Paulo: FAU/USP; Fundação para Pesquisa Ambiental. 52p.

_____.; BERQUÓ, E.S. (1990) A família no Brasil: análises demográfica e tendências recentes. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice, ANPOCS.

_____.; BRITO, R.S. (2007) Gênero, conjugalidade e família na população-alvo dos serviços. In: _____. **Avaliação do impacto da mediação familiar como método de intervenção em situações de violência intrafamiliar**. (Relatório Final de Pesquisa) (Mimeo).

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A.L.; SOARES, B.C. (2002). Gênero e Participação Social - dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Caxambu (MG), ABEP.

PEDEN, M. (eds.) (2008). **World report on child injury prevention**. Geneva, WHO and UNICEF. (http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241563574_eng.pdf, accessed 15 July 2009)

PINELLI, A. (2004) Gênero e família nos países desenvolvidos. In: _____. (org.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas: ABEP. p.55-98. (Coleção Demographicas).

QUILODRÁN, J. (2003) La familia, referentes en transición. **Papeles de Población**, México, n.37, jul./sep.

SABÓIA, A.e COBO, B. (2005). As Famílias Conviventes no Censo Demográfico 2000. **Seminário: As famílias e as políticas públicas no Brasil**. Belo Horizonte, 21 e 22 de novembro de 2005. 12p.

- SARTI, C. A. (1996). **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados. 128p.
- SERRA, J. (1999). Mães crianças. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 ago., Primeiro Caderno Opinião, p.8.
- SERRA, M.M.P. (2003). **O Brasil das muitas mães: Aspectos Demográficos da Circulação de Crianças**. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SIMÃO, A.B.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; CAETANO, A.J.; CESAR, C.C. (2006). Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-166, jan./jun.
- SOUZA, M.M.C. (1998). A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. In: VIEIRA, E.M.; FERNANDES, M.E.L.; BAILEY, P.E.; MCKAY, A. (orgs.). **Seminário Gravidez na adolescência**. São Paulo, Associação Saúde da Família.
- STREET, M.C. (2006). Metodología para la identificación de las familias ensambladas. El caso de Argentina. **Notas de Población**, n° 82, CEPAL. pp.133-166.
- THERBORN, G. (2006). **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto.
- TORRADO, S. (1998). **Familia y diferenciación social. Cuestiones de método**. Buenos Aires: Eudeba.
- VAITSMAN, J. (1994). **Flexíveis e plurais, identidade, casamento e família em circunstâncias pós modernas**. Rio de Janeiro: Rocco.
- WU, Z.; HART, R. (2001). Marital and nonmarital union separation in Canada. **XXIV General Population Conference of the International Union for Scientific Study of Population**.